

50 mil crianças
sem escolas
na Guanabara

DURANTE a campanha eleitoral, o sr. Carlos Lacerda prometeu inúmeros votos, publicamente, na televisão e em comícios, a aplicação de um plano mirabolante para resolver, ainda este ano, o problema do déficit escolar na Guanabara. Entretanto, apesar do sistema de redição instituído, solução precária e parcial para um dos problemas mais agudos do novo Estado, mais de 50 mil crianças ficarão, em 1961, sem oportunidade de frequentar os bancos escolares. A falta de estabelecimentos de ensino continua sendo um fato: as 100 escolas novas prometidas pelo então candidato e hoje governador, já para o presente ano letivo, não passaram de propaganda, e que, aliás, não é nenhuma novidade. (Leia reportagem na sexta página do primeiro caderno).

EXCLUSIVO - Sábios Soviéticos Revelam: Plataformas Lançarão Astronautas a Vênus e Marte!

NOVOS RUMOS

EDIÇÃO PARA A GUANABARA

ANO II Rio de Janeiro, semana de 24 de fevereiro a 2 de março de 1961 Nº 103
Redator-Chefe — Fragmon Borges Diretor — Mário Alves Diretor Executivo — Orlando Bomfim Jr.

Dez Mil Funcionários Demitidos e 100 Mil Ameaçados DESEMPRÊGO EM MASSA: AUSTERIDADE DE JÂNIO É MISÉRIA PARA O POVO



A DEGOLA do funcionalismo — mais de dez mil demitidos e cem mil ameaçados de demissão — e a perspectiva imediata de desemprego para uma grande massa de trabalhadores: eis os primeiros resultados da política econômico-financeira ditada pelo FMI ao governo do sr. Jânio Quadros e que o ministro Clemente Mariani começa obedientemente a levar à prática. A mudança de horário nas repartições, as demissões ordenadas terça-feira última, a paralisação de obras públicas, o anunciado aumento do custo de câmbio, além de outras medidas no terreno econômico, indicam já com bastante clareza o rumo a ser tomado para o povo brasileiro da orientação do governo do senhor Jânio Quadros. O atual clamor contra o desemprego crescerá em todo o País até levar à derrota a política impatriótica e antipopular do atual governo. 2ª e 3ª págs. do 1º cad.)

Lumumba: Herói e Mártir da Luta Anticolonialista

Reportagens na 7ª página do 1º caderno e na 6ª página do 2º caderno

Sexta-feira na ABI: Debate sôbre Reforma Agrária em Cuba

SOB O PATROCÍNIO da Comissão Brasileira de Solidariedade ao Povo Cubano terá lugar no dia 24, sexta-feira, às 20 horas, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa, um debate público sôbre a Lei de Reforma Agrária Cubana. Dêse debate participativo, entre outras personalidades, os deputados Josué de Castro e Jonas Bahiense, o economista Damar Campos e o desembargador Osny Duarte. A entrada é franca.

DEPOIS de lançarem um satélite de 6,5 toneladas, os soviéticos anunciaram a viagem da estação interplanetária, que deverá encontrar a órbita do planeta Vênus nos primeiros dias da segunda quinzena de maio. O «Venusik», como foi batizado o mais novo engenho espacial soviético, foi disparado do bôjo do satélite anteriormente lançado, o que constituiu um feito inédito e de magna importância para o desenvolvimento da astronáutica, abertura o caminho para a colocação no espaço das plataformas que alirão os foguetes tripulados em direção aos outros planetas do sistema solar. A ida do homem ao cosmos está cada vez mais próxima. A propósito do lançamento do «Venusik», NR apresenta, na 8ª página do 1º caderno, um artigo exclusivo do professor N. Barabachov, diretor do Observatório Astronômico da Universidade de Kárvov. Na foto acima, Gennady Zovodoviky, um dos homens soviéticos que deverão participar dos primeiros vôos interplanetários.



Olhando Para Vênus

Autoridades Brasileiras Cúmplices no Assassinato de Patriotas Paraguaio

Reportagem na 3ª página do 2º caderno

Pela vitória do funcionalismo

Artigo de ORESTES TIMBAÚVA na 6ª página

Açúcar: 20 mil trabalhadores vão à greve
Texto na 2ª página

Aeroviários vão eleger diretoria do Sindicato
Texto na 2ª página

Drama das ferrovias brasileiras: deficits de milhões
Texto na 2ª página do 2º caderno

Drama das Ferrovias Brasileiras: Deficits

Reportagem na 2ª página do 2º caderno

Lixo toma conta das ruas do Rio: para turista ver
Texto na 6ª página

TRABALHADORES EXIGEM DE JÂNIO:

Combate à Carestia e Assegurar a Liberdade

Texto na 3ª página do 1º caderno

Reatamento

ORLANDO BOMFIM JR.

ESTA oficialmente colocado na ordem-do-dia o problema da normalização das relações diplomáticas do Brasil com os países socialistas, incluídas a União Soviética e a República Popular da China. Num (este, pelo menos, bem inspirado) dos seus folhetinhos, o sr. Jânio Quadros deu a propósito instruções ao ministro do Exterior:

TRATA-SE, sem dúvida, de medida justa e necessária. Não corresponde, apenas, a promessa de condado, mas a exigência que nosso povo, pelo que tem de mais vigorosa e decisiva, vem fazendo com intensidade crescente. No princípio — todos se lembram — era uma palavra-de-ordem que as mãos corajosas dos comunistas faziam surgir, do noite para o dia, nos muros das cidades. E dava lugar às mais revoltantes violências e arbitrariedades policiais. Mas os interesses do povo constituem um fator que atua permanentemente e que não desaparece ante nenhuma repressão. Agora, o que soa estranho e absurdo é a voz da minoria restrita e deslocada que ainda insiste na tentativa de sobrepor-se à realidade, tentando manter uma situação que os fatos tornam cada vez mais insustentável. Como uma viúva desvarada pelo desconsolo que continuasse agarrada ao cadáver putrefacto do marido há muito morto, pensando estar ele apenas dormindo, e impedisse fosse enterrado...

O RESTABECIMENTO de relações diplomáticas com os países socialistas significará um passo à frente, de caráter progressista, na nossa política exterior. Atenderá aos genuínos interesses nacionais, colocando o Brasil, no convívio direto e amigável exatamente com os países que percorrem de maneira mais acelerada o caminho do progresso, em novas condições favoráveis à solução dos problemas do seu desenvolvimento, de sua emancipação econômica, do bem-estar do seu povo. E a aproximação com a União Soviética, com a República Popular da China e com os outros países socialistas também poderá trazer uma contribuição concreta a defesa da paz mundial, que é o mais precioso bem a resguardar.

NÃO significa isso que se justifique qualquer exagero a respeito. Não há porque falar em mudança radical na política externa até agora seguida pelo governo brasileiro. E muito menos adquire sentido a apreciação de certos comentaristas de superfície, que afirmam estar o sr. Jânio Quadros pondo em prática uma política externa de esquerda e uma política interna de direita, como se fosse possível a um governo adotar ao mesmo tempo duas filosofias opostas, apoiar-se ao mesmo tempo em dois conjuntos de forças contraditoriamente antagônicas. Uma mudança radical e efetiva na orientação até hoje seguida pelo Itamarati dependerá de uma série de medidas, tendo por pedra angular uma real independência frente ao Departamento de Estado norte-americano.

MAS, o certo é que o sentido progressista da normalização de relações diplomáticas com os países socialistas tem sua contra-prova na mobilização que está sendo feita das forças mais retrógradas e reacionárias, interessadas em impedi-la. E estas forças existem dentro do próprio governo, como claramente transpareceu das declarações do gen. Pedro Geraldo de Almeida, chefe da Casa Militar do sr. Quadros, o que serve de alerta a todos os patriotas e democratas. O povo não pode ficar de braços cruzados. Deve fazer ouvir sua voz, já antes tantas vezes levantada em defesa do reatamento, reavivando a campanha, por todos os meios. Mesmo porque a questão não se restringe a uma simples abertura de embaixadas aqui e em Moscou. Isto seria o ato formal. O princípio. Não tudo, porém. Os interesses nacionais exigem que o reatamento se concretize em medidas efetivas de relações que se ampliem e rebusquem, num intercâmbio que traga para nosso povo todos os benefícios possíveis.

O PRÓPRIO governo colocou, conforme dissemos, o problema na ordem-do-dia. Contribuamos para que lhe seja dada a solução realmente justa.

Jânio e os Portuários

Excmo. Sr. Deputado Federal Jânio Quadros

As minhas saudações e as de todos os portuários brasileiros ao Excmo. Sr. Deputado Federal Jânio Quadros, Presidente da República, e ao Sr. Jânio Quadros, Presidente do Conselho de Ministros, e ao Sr. Jânio Quadros, Presidente do Conselho de Ministros, e ao Sr. Jânio Quadros, Presidente do Conselho de Ministros...

- 30) Criação de Invalidez ou Risco de Vida;
- 31) Apresentação aos 30 anos para os que exercem serviço noturno;
- 32) Extinção da remuneração de serviço extra para efeito do Lda Benta;
- 33) Cumprimento do Dec. Lei nº 26.299 de 10/1/1949, que especifica para os serviços burocráticos o regime de 33 horas semanais, negando aos Conferentes que exercem serviço predominantemente burocrático;
- 34) Contra a transformação dos Fortes em órgãos de economia mista ou S.A., lesivo aos interesses nacionais e em particular dos portuários;
- 35) Semana Inglesa;
- 36) Construção de 2 Restaurantes do S.A.F.A.
- 37) Fala federalização dos Fortes.

Assinaturas de representantes dos portuários, incluindo nomes como José Augusto de Aguiar e outros.

Promessas e Fatos

Com menos de um mês de governo, o sr. Jânio Quadros revela a essência de sua política, o que pretende fazer em relação aos problemas do país e como cumprirá as promessas que fez durante a campanha eleitoral. O documento, cujo "face-simile" publicamos acima, foi firmado pelo então candidato à presidência da República, quando recebeu uma comissão de servidores da Administração do Porto do Rio de Janeiro. Ele contém as reivindicações formuladas pela categoria e nele o sr. Jânio Quadros prometeu solenemente respeitá-las. A verdade, entretanto, é que a coisa ficou só na promessa. Com o decreto que amplia o número de horas de trabalho do funcionalismo, o presidente da República desrespeitou o compromisso que havia assumido quando candidato diante dos portuários. O item 4.º do documento, que se refere ao cumprimento do Decreto Lei 26.299 que especifica o regime de 33 horas semanais para os serviços burocráticos, é o primeiro que o sr. Jânio Quadros deixa de cumprir.

GOLPE DE JÂNIO CONTRA O FUNCIONALISMO

Novo Horário é Manobra Para Forçar a Demissão em Massa

Um decreto revogado e outro assinado, transformaram completamente a vida de centenas de milhares de servidores federais em todo o país. A partir do dia 20, em virtude da decisão do presidente Jânio Quadros, o barnabé começou a trabalhar 7 horas por dia e em dois expedientes. O ato governamental, apresentado ao povo como decreto moralizador e capaz de imprimir aos serviços administrativos um ritmo de trabalho mais eficiente, revela na sua essência, além dos prejuízos inevitáveis que acarretou para o funcionalismo, os objetivos que o sr. Jânio Quadros tem em vista com sua política de «economia e austeridade»: procurar resolver a grave situação econômica e financeira que o país atravessa os custos do sacrifício cada vez maior do povo, e somente dele.

Os verdadeiros motivos

Uma das primeiras medidas do presidente Frondizi, da Argentina, quando se propôs a aplicar o plano de austeridade recomendado pelo Fundo Monetário Internacional, foi exatamente criar dificuldades para os servidores federais. Instituiu, como o faz agora o presidente Jânio Quadros, os dois expedientes e, uma semana depois, vinha a público afirmar que a operação havia sido coroada de sucesso: 60 mil funcionários se tinham demitido, o que possibilitava uma substancial economia na despesa de pessoal.

Outra coisa não pretende o sr. Jânio Quadros. Um vespertino revelava em sua edição do dia 21 que o decreto presidencial se enquadrava perfeitamente dentro do plano de austeridade do ministro da Fazenda, que objetiva o corte de 100 mil funcionários dos quadros da União. O «Correio da Manhã», órgão indetificado com a política do atual governo federal, afirmava, em seu editorial do dia 19, que o decreto presidencial «obedece aos objetivos de uma política deflacionária. Visa, em última análise, provocar demissões em massa...».

Insensível aos problemas de ordem social que criou para a imensa massa de servidores atingida pela medida, possivelmente convencido de que os

argumentos de ordem demagógica que antecederam e sucederam à aprovação do decreto tenham angariado para o mesmo os simpatias da população, o presidente Quadros arremeteu contra o funcionalismo inaugurando a sua política de austeridade. A promessa política de sacrifício, apresentada ao povo em sua linguagem de passe, toma corpo revelando já contra quem será dirigida. Investe contra os humildes, como o afirma o próprio «Correio da Manhã», e deixa os poderosos, para os quais também tinha prometido sacrifícios, de lado. Prejudica dezenas de milhares com um ato que de forma alguma contribuirá para resolver os problemas mais sérios que afligem o país. Ao invés, por exemplo, de revogar a portaria 113 da SUCMO, ato que só prejudicaria os interesses imperialistas no Brasil e favorecerá em grande medida os interesses da indústria nacional; ao invés de apressar a aprovação do projeto que limita a remessa de lucros das companhias estrangeiras para o exterior, medida que contribuiria excepcionalmente para equilibrar a situação financeira do país, — envereda pelo caminho preconizado pelo Fundo Monetário Internacional, contrário aos interesses do povo brasileiro, criando um clima de insegurança e, também, de desespero a milhares de famílias de brasileiros.

Por isso a compensação devida. A exploração, luntam-se as dificuldades provocadas pela instituição dos dois expedientes.

Este aspecto é dos mais importantes, sendo o mais importante da questão. A instituição dos dois expedientes constitui, em primeiro lugar, um elemento para desvalorizar os vencimentos recebidos pelo funcionalismo. Ele obrigará a despesas novas, tais como transporte e alimentação. Tomando-se como exemplo o Rio de Janeiro, por sinal a cidade que conta com o maior número de funcionários atingidos pelo decreto presidencial, o barnabé será obrigado, em virtude das dificuldades de transporte, a fazer refeições nos restaurantes centrais, o que representará, no mínimo, uma despesa diária de 100 cruzeiros. Mesmo que ele fosse fazer refeição em sua residência, a despesa aumentaria no mínimo em 25 a 30 cruzeiros diários, o preço do transporte. Já nos primeiros dias de aplicação do decreto, verificou-se no Rio o espetáculo desolador de funcionários a perambular pelas ruas centrais, sem condições de ir até em casa fazer refeição e sem dinheiro para alugar nos restaurantes. Como as repartições federais não dispõem de refeitórios ou locais adequados, até a marmita, que seria um recurso, o servidor não pode trazer. Por outro lado, a instituição do novo horário criou sérios problemas para a funcionária que é mãe e dona-de-casa. A maioria delas, com a vida organizada de forma a atender às necessidades da lar, principalmente dos filhos, está na completa impossibilidade de o fazer. Agora, as repartições não dispõem de creches e outras condições para atender às necessidades e direitos da funcionária que tem filhos.

Mais exploração e menos serventia. Os argumentos demagógicos utilizados para justificar a decisão presidencial não resistem ao mais simples exame e deixam clara a natureza da manobra do sr. Quadros. Sempre foi uma bandeira da oposição a acusação contra os governos anteriores de manterem «um número exagerado de pessoas nos quadros do funcionalismo». O decreto presidencial, a se levar em conta a verdade dessa afirmativa, perde a razão de ser como elemento para aumentar a produtividade. Não se justificaria um aumento do número de horas de trabalho sabendo-se que existe excesso nos quadros do funcionalismo federal. E, mesmo não sendo válida essa afirmativa, não será com o aumento de uma hora no expediente das repartições que se regularizará a desorganização administrativa. O serviço público federal está precisando, isto sim, de medidas no sentido de se promover a racionalização do trabalho, medidas capazes de impedir, como disse o barnabé que se manifestou contra o decreto, que um processo permaneça mais do que o tempo devido nas mãos do funcionário encarregado de examiná-lo. Além do mais, a adoção dos dois expedientes criará uma série de problemas de ordem administrativa, principalmente levando-se em conta o fato de que a interrupção para o almoço forçar naturalmente, uma diminuição do ritmo de trabalho nas primeiras horas do segundo expediente.

A adoção do novo horário, entre outros prejuízos, constitui uma exploração indevida do trabalho do funcionário. Passou ele a dar mais uma hora, que representa mais de 16% do total que dava anteriormente, sem receber grande assembleia realizada no dia 2 de fevereiro corrente, quando os trabalhadores decidiram pleitear um aumento de 40%, a vigorar a partir de 27 de março próximo, quando termina o último acordo. Os empregadores, tomando conhecimento da pretensão dos operários, resolveram iniciar os entendimentos para o novo ajuste salarial. Nesse sentido, compareceram, éles mesmos, uma reunião que se realizou no último dia 21, na sede do seu Sindicato, com os líderes dos marceneiros, quando estudaram o assunto.

Marceneiros Iniciaram a Campanha Por um Aumento Salarial de 40%

Cerca de 12 mil trabalhadores na indústria de marcenaria que operam em mais de 250 fábricas de móveis situadas no Estado de Guanabara, estão sendo mobilizados para a assembleia geral convocada para o dia 23 do corrente, quando será levado a conhecimento de todos a resposta patronal ao pedido de 40% de aumento solicitado pela classe, em sua última assembleia.

O Sindicato dos Marceneiros, baseando-se na atividade dos seus delegados sindicais, já havia conseguido, anteriormente, um reajustamento salarial para os operários do setor de carpintaria, tanoaria, serralta e caixaotaria, através da assinatura de um acordo que começou a vigorar a partir de 1 de janeiro do corrente, estabelecendo aumentos de 32, 27, e 20%.

Nova batalha. Encerrada vitoriosamente uma batalha, os líderes do Sindicato dos Marceneiros e Trabalhadores da Indústria de Serralta e Móveis de Madeira da Guanabara deram início a nova campanha, dessa vez visando a conquista de melhores salários para os empregados em marcenaria. A campanha se iniciou com uma

Açúcar: 20 Mil Trabalhadores Preparam-se Para a Greve

Cerca de 20 mil trabalhadores na indústria do açúcar nos Estados de São Paulo, Guanabara e Rio de Janeiro, que há mais de um mês vêm pleiteando um reajustamento salarial, adiarão a greve que estava prevista para zero hora do dia 18, atendendo a um apelo formulado pelo sr. Ildélio Martins, atual diretor do Departamento Nacional do Trabalho, que prometeu solucionar o problema salarial daqueles trabalhadores, até o próximo dia 24. Os operários decidiram, entretanto, que, se até aquela data não tiverem sido atendidos, a greve será deflagrada no dia imediato.

Novo acordo. O acordo salarial dos trabalhadores na indústria do açúcar no Estado de Guanabara e nas cidades de São Paulo, Santos, Limeira, Campinas, Santa Rita Viteru, Niterói, Três Rios e Caxias, terminou no dia 1 de fevereiro corrente. Prevendo a reação dos industriais ao novo reajustamento salarial, e considerando a tradicional demora para a conclusão do acordo, os trabalhadores, tanto da Guanabara como de São Paulo, dirigiram-se, com bastante antecedência, ao Sindicato patronal, solicitando, os de São Paulo, um aumento de 50%; e os da Guanabara e Estado do Rio, um aumento de 45%, com um mínimo de Cr\$ 4.500,00 e um máximo de Cr\$ 15.000,00.

Os entendimentos. Depois de encaminhadas aos patrões as propostas de aumento aprovadas em suas respectivas assembleias, os líderes do à imprensa paulista, o sr. Castro Neves declarava que a projetada greve dos trabalhadores era um movimento dirigido pelos industriais, que pretendiam forçar o governo a conceder-lhes novo aumento no preço do produto, a pretexto de fornecer-lhes meios para reajustar os salários dos empregados.

Paciência dos operários. Embora o ministro do Trabalho tenha se comprometido com os trabalhadores que até o último dia 17 seria encontrada uma solução para o reajustamento salarial pleiteado, a verdade é que, na mesa-redonda realizada naquele dia, no DNT, nenhuma solução foi apresentada. A greve seria decretada na noite daquele mesmo dia, em assembleia geral convocada pelo Sind. da Guanabara. Mas os trabalhadores, submetendo-se a mais uma prova de paciência, e demonstrando o seu inquestionável desejo de que as suas reivindicações sejam solucionadas de maneira amigável, decidiram atender a um outro apelo, dessa vez formulado pelo sr. Ildélio Martins, novo diretor do Departamento Nacional do Trabalho, que prometeu apresentar, até o próximo dia 24, uma solução definitiva para o novo acordo salarial entre os empregados e os empregadores na indústria do açúcar. Embora oplacem pelo adiamento do apelo formulado pelo diretor do DNT, os trabalhadores na indústria do açúcar decidiram pela deflagração da greve no dia 25 do corrente, se até o dia 24 não tiverem os seus salári-reajustes, com o mesmo plano.

Aeroviários Preparam-se Para Eleger Novos Líderes

Milhares de trabalhadores aeroviários estão sendo mobilizados em todo o País, para as eleições que se realizarão de 27 do corrente a 3 de março vindouro, destinados a eleger a nova diretoria do seu sindicato. A campanha de arregimentação e de esclarecimentos vem sendo feita pelos componentes das duas chapas que disputam o pleito, um dos mais movimentados que até agora se realizou entre a numerosa e combativa categoria profissional.

As duas chapas, uma encabeçada pelos srs. Othão Canedo Lopes, Moacyr de Sá Palmeira e João da Silva Matos; outra pelos srs. Juracy Costa, Altair de Oliveira Hespanha e Zambiro Joaquim dos Santos, disputam as preferências dos aeroviários nesse pleito que, segundo afirmações dos líderes de ambas as chapas, qualquer que seja o seu resultado, constituirá um fator de unidade da classe, que continuará coesa na luta pelas suas reivindicações.

Candidato da renovação. Foto novo na história do Sindicato Nacional dos Aeroviários é a candidatura do jovem e combativo líder sindical, Juracy Costa. Juracy é baiano, e toda a sua atividade pela causa dos aeroviários se desenvolveu na terra de Castro Alves, onde é querido pelos seus companheiros, graças à impetuosidade que imprime na luta pelas reivindicações da classe que representa. Embora quase desconhecido nos Estados da Guanabara e Rio Grande do Sul, onde se concentram grande parte dos aeroviários, Juracy, em poucos dias de campanha, identificou-se logo com os seus companheiros cariocas, gaúchos, mineiros e dos demais Estados, ganhou a sua simpatia, e conquistou a adesão de inúmeros grupos de ativistas, que se encontram agora inteiramente voltados para a vitória da sua campanha, que se desenvolve sob o lema: «Unidade e Renovação».

Participação na greve. Embora muito jovem, pois conta apenas 29 anos de idade, Juracy Costa, graças a sua intensa atividade sindical e a sua participação nos movimentos grevistas de sua classe, adquiriu aquela visão necessária aos autênticos líderes, que permite conduzir os seus companheiros às lutas mais audazes e difíceis, com um mínimo de sacrifício. Por isso é que os partidários de sua candidatura podem afirmar, hoje, que os aeroviários da Bahia foram os menos atingidos pelas demissões em massa da última greve, particularmente no Estado da Guanabara. Com efeito, compreendendo o terreno difícil em que lutava, Juracy Costa procurou cercar sua classe do máximo de aliados, promovendo, desde os primeiros momentos da greve, a mobilização efetiva de todo o movimento sindical, estudantil, popular e das forças políticas da Bahia em apoio aos aeroviários. Graças a esse apoio, as empresas aeroviárias não puderam cometer as arbitrariedades que cometeram contra os seus empregados em outras regiões.

Manifesto aos aeroviários. Os componentes da chapa Unidade e Renovação, a propósito do próximo pleito, lançaram um manifesto aos aeroviários, no qual, após um breve histórico sobre o crescente processo de unidade e organização que vem caracterizando os lutas dos aeroviários em todo o País, salienta que: «A próxima realização de eleições para a diretoria e conselho fiscal põe mais uma vez nas mãos de todos nós, aeroviários, a responsabilidade de dar nova prova de zelo pelo nosso glorioso órgão de classe, de influirmos com os nossos votos livres e conscientes para que ele se aperfeiçoe e fortaleça ainda mais daqui por diante».

Por que duas chapas

Eclarecendo as razões pelas quais promoveram o lançamento da sua chapa, os membros da Unidade e Renovação afirmam: «Convocadas as eleições, os signatários do presente manifesto, já que o tempo passava e não eram procurados nem ouvidos pelos atuais dirigentes sindicais mais responsáveis, resolveram, dentro do espírito de unidade e renovação acima exposto, promover entendimentos para chegar-se a uma chapa única, capaz de merecer o sufrágio de todos os aeroviários. Lutamos por todos os meios possíveis para chegar a esse resultado, dando sucessivas provas de isenção de ânimo e de mais elevado sentido construtivo».

«Se chegamos a uma chapa de unidade e renovação em que não figuram determinados nomes e se, contra a nossa chapa, concorrerá uma outra, isso foi apesar de todos os nossos esforços».

Programa. É o seguinte o programa da chapa Unidade e Renovação: 1) intensificação da campanha de sindicalização em todo o território nacional; 2) instalação imediata das Delegações Regionais do Galeão, e Caju, com gabinetes dentários; criação de um departamento do Interior, visando sobretudo o melhor atendimento às delegacias estaduais; 4) reorganização do Departamento Jurídico, com ampliação do corpo de advogados; 5) reorganização do Departamento Sócio-Cultural-Recreativo; 6) Estudo com vistas à organização de uma farmácia sob responsabilidade do Sindicato, que assegure a aquisição de medicamentos a preços mínimos; 7) designação de um diretor e de um delegado para ligarem-se diretamente à administração do SAPP; 8) luta pela instituição da escola primária para os filhos dos associados e incentivo à formação de filhas de aeroviários como técnicas em aviação, através de curso, na EAPAC; 9) distribuição do Imposto Sindical proporcionalmente à arrecadação por Delegação; 10) melhoria da orientação da «Bússula»; 11) luta pelo cumprimento dos dispositivos legais sobre insalubridade e periculosidade; 12) luta pela aprovação do Regulamento Profissional do Aeroviário; 13) prosseguimento da luta para que o IAPPESP obedeça realmente às suas finalidades; 14) unidade com todos os sindicatos na luta pelo direito de greve, pela revogação do 9.º artigo, pela liberdade e autonomia sindicais; 15) aplicação na prática das decisões do I e do II CONTAC e providências para a realização com êxito do III Congresso Nacional dos Trabalhadores da Aviação Comercial, em 1962, na Bahia.

Clamor e protestos

A decisão presidencial foi recebida com indignação pelo funcionalismo que, mesmo cumprindo o decreto, não deixa de protestar contra a sua aplicação. Em reunião realizada no dia de Janeiro, no dia 20, representantes de numerosas entidades do funcionalismo federal manifestaram sua oposição ao ato presidencial, decidindo, em nota oficial distribuída à imprensa, o seguinte: 1 — manifestar-se contra o novo horário; 2 — promover a realização de uma assembleia da classe, a fim de tomar medidas em defesa dos seus legítimos direitos; 3 — promover campanha em defesa de esclarecimento do povo e solicitar o apoio dos trabalhadores, comerciantes, bancários e estudantes; 4 — promover o entendimento com as entidades de classe nos demais Estados; 5 — solicitar audiência ao presidente da República; 6 — manter emé dissonâncias com as autoridades da legislativa e no executivo.

Solidariedade e unidade

Ao mesmo tempo que começam a surgir as manifestações de solidariedade ao movimento de protesto do funcionalismo federal, os servidores desenvolvem ações de classe no sentido de orientar a sua categoria a decisão presidencial de maneira unificada, englobando a opinião da classe dos seus direitos, instintamente, todas as entidades do funcionalismo em todo o Brasil. Nesse sentido, representantes de numerosas entidades criticaram a ação da ACBS que, em declaração publicada e sem consultar as outras entidades, manifestou opinião, em relação a decisão presidencial, contrária aos interesses da maioria do funcionalismo.

FMI ORDENA E JÂNIO CUMPRE:

Paralisar Obras e Demitir em Massa

O relatório apresentado pelo ministro da Fazenda, sr. Clemente Mariani, na reunião ministerial da última terça-feira, e as primeiras medidas adotadas pelo sr. Jânio Quadros revelam já com suficiente clari-

za em que sentido pretende o governo orientar a sua política econômico-financeira. As advertências feitas pelas forças nacionalistas na última campanha eleitoral começaram a confirmar-se: o sr. Jânio Quadros,

depois de formar um ministério escolhido entre o que há de mais reacionário e entreguista no país, passa a aplicar a política do Fundo Monetário Internacional, exigida pelos trustes e o governo norte-americano

como condição para conceder qualquer ajuda; isto é, para espoliar mais ainda o nosso país. O sr. Jânio Quadros, pondo de lado as promessas demagógicas feitas na campanha eleitoral e sistemática-

mente denunciadas pelos nacionalistas — envereda pelo caminho de uma política cujas consequências são, desde já, uma miséria maior para as grandes massas do povo, o desemprego, o aumento da carestia de vida e, por outro lado, uma dependência ainda mais estreita em relação aos monopólios estrangeiros e aos seus testas-de-ferro.

prensa após a última reunião ministerial, o sr. Clemente Mariani indiretamente confirmou as notícias de uma nova elevação do câmbio de custo — para 150 cruzeiros. Isso quer dizer que produtos essenciais de importação como o trigo e os combustíveis passarão a custar mais, enquanto os monopólios exportadores obterão lucros ainda maiores. As consequências imediatas serão uma nova onda dos preços de todos os gêneros e dificuldades crescentes para a indústria nacional, particularmente para as empresas do Estado, como a Petrobrás e a Siderúrgica Nacional. Esse será mais um passo para a reforma cambial completa, cuja efetivação também não foi desmentida pelo ministro da Fazenda em sua entrevista do dia 21. Ao contrário, a próxima viagem do sr. Clemente Mariani aos Estados Unidos, depois da recente conferência secreta havida em Brasília entre o sr. Jânio Quadros e os banqueiros norte-americanos James S. Rockefeller e William A. Frondengast Jr., vem reforçar os temores de que o governo de Jânio esteja mesmo decidido a liquidar com o que resta de proteção cambial e entregar por completo a nossa economia às exigências imperialistas do FMI.

Os Trabalhadores Reivindicam

O memorial aprovado no Encontro sugere uma série de medidas referentes à Liberdade e Autonomia Sindical, custo de vida, política sindical, política interna, política exterior.

Quanto à liberdade sindical, o documento condena a ingerência governamental nas associações de classe, qualquer atentado ao "exercício livre do direito de greve", com a anulação do decreto 9.070 e a aprovação do projeto regulamentando o direito de greve e extinção do Fundo Social Sindical, passando o imposto sindical a ser aplicado exclusivamente pelas entidades dos trabalhadores.

Custo de vida

O memorial recomenda: a) intervenção no abastecimento de gêneros de primeira necessidade, assegurando a participação de representantes dos trabalhadores no órgão controlador de preços. Essa intervenção deve

ser feita junto aos frigoríficos, moinhos de trigo, laboratórios de medicamentos, usinas de leite, empresas de distribuição de petróleo, monopólios internos e cartéis nacionais e estrangeiros;

b) proteção especial à produção, com financiamento público e a longo prazo, garantia de contrato e de preço justo aos arrendatários e demais trabalhadores do campo e combate aos monopólios, açouqueiros e outros exploradores. Incentivo da produção da pesca e nacionalização das empresas que a exploram;

c) intensificação da construção de estradas e melhoria de todos os sistemas de transporte, dando-se prioridade, no transporte marítimo, à cabotagem nacional;

Política sindical

São apontadas as medidas seguintes: a) reforma da Justiça do Tra-

balho, assegurando maior rapidez na tramitação dos processos, aumentando quando necessário as turmas dos Tribunais Regionais, atribuindo às Juntas nos Estados em que não haja Tribunais a direito de julgarem dissídios coletivos, revendo a classificação das regiões geoeconômicas para aplicação mais justa do salário mínimo, regulamentando o salário-família e modificando o artigo 116 da CLT de modo a garantir a obrigatoriedade do pagamento do salário mínimo na data da publicação dos Decretos que o estabeleçam.

b) dinamização do Ministério do Trabalho, principalmente no campo da fiscalização do trabalho;

c) isenção do imposto de renda sobre salários e extinção progressiva dos impostos sobre os bens de consumo obrigatórios e imediatos;

d) intensificação de cursos

técnico-profissionais, inclusive firmando-se um convênio entre a União e os sindicatos, cabendo a estes compor o corpo docente e selecionar os alunos.

e) previdência social: manutenção da Lei Orgânica e passagem dos seguros de acidentes do trabalho para as instituições de previdência;

f) regulamentar os contratos coletivos de trabalho, através de Mensagem ao Legislativo;

g) instituição da escala móvel de salários.

Política interna

Sugere o documento:

a) estímulo à aquisição de casa própria;

b) nacionalização dos bancos e empresas concessionárias de serviços públicos;

c) defesa da escola pública e adoção de um plano nacional de erradicação do analfabetismo;

d) realização da reforma agrária, através da desapropriação de latifúndios, aproveitamento de terras dos Estados e municípios, entrega dos títulos de propriedade aos posseiros (até 25 hectares), ampla ajuda técnica e financeira, regulamentação jurídica dos contratos agrários, proteção a todos os trabalhadores rurais e livre organização dos assalariados agrícolas em sindicatos e dos camponeses em associações.

Política exterior

Prevê o memorial:

a) elaboração imediata de um estatuto que regulamente as remessas de lucros das empresas estrangeiras, defendendo os interesses nacionais e evitando a evasão de nossas riquezas;

b) realização de uma política independente, estabelecendo relações culturais, diplomáticas e comerciais com todos os países e adotando uma posição própria na ONU.

Medidas progressistas

Por fim o documento, dirigindo-se ao presidente da República, acentua:

"O encargo mais pesado do desenvolvimento tem recaído sobre o trabalhador. Isto por vários motivos: pela fixação de níveis de salários que, em seus padrões médios, só atendem às necessidades mínimas de subsistência e, em seus padrões mínimos, está muito aquém dessas necessidades; pelo sistema de impostos e taxas que gravam diretamente os produtos de consumo forçado e é bastante benevolente para com as pessoas que usufruem maior renda; pelos efeitos indiretos de um padrão de desenvolvimento que atende apenas aos desígnios do empregador capitalista, sem a necessária proteção ao trabalhador.

O trabalhador brasileiro exige que se tomem medidas novas, que permitam redistribuir o peso do processo do desenvolvimento e reduzir a duração de seus efeitos."



Dezenas de dirigentes sindicais de todo o país estiveram presentes à reunião de São Paulo, durante a qual foram ratificadas as mais importantes resoluções adotadas pelo III Congresso Sindical Nacional, que constam de um documento dirigido ao sr. Jânio Quadros, definindo a posição e as reivindicações dos trabalhadores brasileiros

Plenário cheio

LÍDERES SINDICAIS EXIGEM DE JÂNIO:

Combater a Carestia e Assegurar a Liberdade

Partagem de ROBERTO MORENA

O Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais, realizado em São Paulo nos dias 18 e 19 do mês corrente, constituiu uma grande demonstração de unidade dos trabalhadores. Foi uma resposta aos que, rompendo o 3º Congresso Sindical Nacional de agosto do ano passado, haviam abandonado e anunciando a eleição que pretendiam levar a efeito.

Participaram do Encontro, delegados de 17 Estados e do Distrito Federal (Brasília), compostos de 237 delegados credenciados em suas respectivas entidades (CUT, CNT, CNTC e CNTT) e representantes nacionais e internacionais.

A discussão se efectuou em torno do projeto de memorial elaborado por uma Comissão designada pelo Conselho Sindical de São Paulo. Foi examinado e reelaborado, item por item. Dentre os temas que mais se destacaram no plenário destacamos: o custo de vida e o problema salarial; liberdade e autonomia sindical; previdência social; a instituição de um plano agrícola e a proteção dos trabalhadores sobre a produção. O memorial flui a favor das reivindicações em favor da liberdade sindical, da defesa dos interesses dos trabalhadores e da nacionalização das empresas e da reforma agrária. Entre as medidas que a mesma comissão defende a intervenção do governo em setores estratégicos, como a produção de energia elétrica e a indústria de celulose e a Câmara dos Deputados.

Moções aprovadas

O Encontro aprovou unanimemente moções de protesto contra o assassinio do patriota congolês Patrice Lumumba, endereçando um apelo à ONU no sentido da retirada das tropas colonialistas belgas do Congo; de apoio à luta do povo de Cuba, solicitando ao governo do Brasil, que intensifique as relações comerciais e culturais com Cuba e ajude a ação libertadora do governo de Fidel Castro; de protesto contra a prisão do dirigente sindical chileno Clotário Blest e de apoio ao Encontro Sindical Latino-americano, a realizar-se no Uruguai, de 21 a 26 de abril próximo; de apelo ao presidente da República para reexaminar o decreto que instituiu os dois turnos no serviço público; e outros apelos contendo várias reivindicações dos Estados e de categorias profissionais.

Novo Encontro em M. Gerais

Por proposta da delegação do Estado da Guanabara (44 delegados), foi aprovada a realização de um novo Encontro em Minas Gerais, a cargo da Comissão Executiva do III Congresso das Trabalhadoras do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de dar um balanço do cumprimento das tarefas aprovadas no Encontro de São Paulo e tratar de problemas específicos da classe trabalhadora. Esse novo Encontro será

organizado para o segundo semestre deste ano.

Discurso do Ministro do Trabalho

O ministro do Trabalho, sr. Castro Neves, examinou detidamente os termos do memorial aprovado. Durante quase duas horas referiu-se à posição que assumiria no Ministério: garantia à máxima liberdade sindical, respeitando toda organização sindical horizontal, como Conselhos, Comissões Permanentes ou Comissões de Congresso, criadas pelos trabalhadores; respeito o direito de greve, considerando o 9.070 um instrumento superado e caduco; aplicação do imposto sindical pelas entidades sindicais e sua extinção gradativa, até que os sindicatos tenham aparelhados e com recursos financeiros assegurados; necessidade de uma profunda reforma agrária; levar os direitos sociais aos trabalhadores do campo; relações do Brasil com todos os países do mundo.

Direção do Encontro

A mesa que dirigiu os trabalhos do Encontro foi presidida pelo dirigente gráfico Dante Pelacani, deputado estadual Rocha Mendes e o presidente do Conselho Sindical de São Paulo, Luiz Menossi, ocupando a Secretaria os delegados Salvador Rodrigues, Roberto Morena, Assis Brasil de Albuquerque, Antônio Anastácio Campos, Silvestre Bionzo, Aluizio Palhano Pedreira e Cláudio Smith Riani

Austeridade entreguista

O figurino dessa política é o mesmo fornecido pelo FMI a outros países do continente, como a Argentina e o Uruguai. É o «Plano de Estabilização Monetária», que L. Lopes e Roberto Campos tentaram aplicar no Brasil, mas que foi derrotado diante dos protestos dos trabalhadores, dos estudantes e outras camadas do povo. Cabe agora a Clemente Mariani — tão entreguista como Lucas Lopes ou Roberto Campos — retomar o «Plano de Estabilização» e, com a aprovação de Jânio, subordinar a ele a economia e as finanças do país. Começamos, assim, a sentir os efeitos da «austeridade» entreguista recomendada pelo Fundo Monetário Internacional.

As medidas até agora tomadas pelo sr. Jânio Quadros são de duas ordens:

a) frear o desenvolvimento econômico do país;

b) lançar sobre as massas trabalhadoras o peso das dificuldades, não vacilando em provocar um enorme desemprego e um drástico aumento do custo de vida.

Tudo se faz em nome do "combate à inflação" e da "contenção de despesas", levantando-se um ensurdecido alarido acerca de uma situação supostamente "à beira do caos". Ainda aqui, repete-se exatamente o que fizeram Frondizi na Argentina e, em seguida, o Partido Blanco no Uruguai, país em que o custo de vida, só em seis meses, elevou-se em mais de 120 por cento.

Tão graves são os perigos representados por essa política que um órgão conservador e abertamente partidário de Jânio como o "Jornal do Brasil" sentiu-se na necessidade, em seu editorial de quarta-feira, de advertir para "o perigo de uma retração de atividades, nos setores privados e públicos, uma contenção de iniciativas". E alertava: "É necessário que não haja contramarchas ou retrocessos no desenvolvimento econômico e que não se promova a sua paralisação sob o pretexto de corrigir dificuldades".

No que se refere às massas trabalhadoras, os primeiros resultados dos esquemas do FMI começam a se manifestar, através das desumanas medidas aplicadas contra o funcionalismo, atingindo de uma só vez dezenas de milhares de famílias, atraindo ao desemprego e às aflições da fome.

Reforma cambial

Isso é apenas o começo. Já o governo prepara novos passos, no terreno da sua orientação econômico-financeira, que deverão resultar em um agravamento dia a dia maior da situação das massas, sobretudo dos que vivem de salário.

Em declarações prestadas à im-

pressão após a última reunião ministerial, o sr. Clemente Mariani indiretamente confirmou as notícias de uma nova elevação do câmbio de custo — para 150 cruzeiros. Isso quer dizer que produtos essenciais de importação como o trigo e os combustíveis passarão a custar mais, enquanto os monopólios exportadores obterão lucros ainda maiores. As consequências imediatas serão uma nova onda dos preços de todos os gêneros e dificuldades crescentes para a indústria nacional, particularmente para as empresas do Estado, como a Petrobrás e a Siderúrgica Nacional. Esse será mais um passo para a reforma cambial completa, cuja efetivação também não foi desmentida pelo ministro da Fazenda em sua entrevista do dia 21. Ao contrário, a próxima viagem do sr. Clemente Mariani aos Estados Unidos, depois da recente conferência secreta havida em Brasília entre o sr. Jânio Quadros e os banqueiros norte-americanos James S. Rockefeller e William A. Frondengast Jr., vem reforçar os temores de que o governo de Jânio esteja mesmo decidido a liquidar com o que resta de proteção cambial e entregar por completo a nossa economia às exigências imperialistas do FMI.

Sacrifícios só para o povo

Ninguém pode negar a necessidade de se contida a inflação, já que é o povo a sua grande vítima. O que não se pode admitir é que precisamente em nome do combate à inflação se ponha em prática uma política ruinosa para a nação e o povo, entreguista, que favorece o enriquecimento ainda maior dos monopólios e seus testas-de-ferro e leva à miséria e ao esfomeamento das grandes massas. E isso precisamente é o que Jânio Quadros começa a fazer.

Se se trata, como procura fazer crer o governo, de aumentar os recursos do Estado para fazer face aos déficits, por que são os operários ou os funcionários públicos que têm de se sacrificar ainda mais? Por que o sr. Jânio Quadros não leva à prática as promessas que fez na campanha eleitoral — limitando as remessas de lucros das empresas imperialistas ou estabelecendo impostos mais altos sobre os lucros fabulosos de uma minoria de multimilionários? Por que não encara com seriedade o problema do aumento da produção, levando à prática outras de suas inúmeras promessas, como a reforma agrária ou a intervenção nos frigoríficos estrangeiros? Por que, em lugar da demissão em massa de servidores públicos, não promove medidas capazes de aumentar o emprego, na cidade como no campo?

O governo de Jânio, como advertiam as forças nacionalistas, começa a levar a termo uma política ruinosa — entreguista e antipopular. Aos trabalhadores e a todos os patriotas cabe, em defesa de seus próprios interesses e dos interesses do Brasil, lutar corajosamente contra essa política, até derrotá-la.

Fora de Rumo

Paulo Motta Lima

Emitando bilhetes no mesmo ritmo de qualquer guitarra inflacionária, o sr. Jânio Quadros decretou a extensão do horário das repartições públicas e a divisão da jornada de trabalho em dois turnos. Em círculos ligados ao governo argumenta-se em favor da medida com o exemplo de São Paulo, na época em que o atual presidente governava o Estado bandeirante.

versão vitoriosa da experiência do cavalo do inglês, que antes de se acostumar com o regime de completa suspensão da forragem morreu de fome, embora quando já estava quase acostumado. Acontece porém que em São Paulo o sr. Jânio Quadros perdeu a parada. Os funcionários paulistas saíram a campo, em defesa de seus direitos e o ato demagógico e arbitrário teve que ser revogado.

Onde está o sentido demagógico da extensão dos horários das repartições públicas? Aumentando esses horários e outras formas de vencimentos fixos não pagos pelo erário. Pretende apresentar o funcionalismo público, diante de outras camadas populares, como simples mandrins. Esse julgamento generalizado, além de injurioso, é injusto. Mas o objetivo, do sr. Jânio Quadros, homem calculista, não é o de simplesmente injuriar os servidores públicos e apresentá-los como ma-

landros, que não querem nada com o trabalho. O que se pretende é dividir as diversas categorias de pessoas que vivem de vencimentos fixos, para a posterior realização, em termos brutais, da política de fome. Os assessores do sr. Quadros no Ministério da Fazenda denominam isso "política de austeridade", usando, por sinal, forçada tradução da expressão inglesa (norte-americana) "austerity", que no caso quer dizer austeridade ou miséria do sovietico.

Através da mágica da "austeridade", entrando na dança primeiro os servidores públicos e depois outras categorias de empregados, o sr. Jânio Quadros pretende realizar a política de "bom menino" em relação aos credores estrangeiros. Internamente, essa política será favorável aos patrões, contra os empregados. Constitui essa política a própria essência, do atual governo, que lança mão de medidas demagógicas para encobrir o seu reacionarismo.

Brasil: Estudantes e Operários Condenam Assassinos de Lumumba

O assassinio do primeiro-ministro do Congo, Patrice Lumumba, e de seus companheiros M'Polo e Okito, repercutiu no Brasil através de numerosas manifestações de protesto de Casas Legislativas, entidades de trabalhadores e estudantes. No Rio de Janeiro, os estudantes e dirigentes sindicais brasileiros realizaram, no dia 17, manifestações de protesto diante da sede da Embaixada da Bélgica e do escritório do Centro de Informações da ONU no Brasil. Nessa ocasião, representantes da UNE e da UBES fizeram entrega, ao representante do governo belga e ao diretor do Centro de Informações da ONU, de uma nota oficial de protesto das entidades nacionais que aglutinam os estudantes brasileiros.

Além dessas manifestações, os estudantes e dirigentes sindicais realizaram uma passeata de protesto pelas ruas centrais do Rio de Janeiro, empunhando cartazes em que condenavam a ação do sr. Dag Hammarskjöld e dos colonialistas, no Congo, assim como enviaram telegramas à secretaria-geral da Organização das Nações Unidas.

Nos outros Estados

Em São Paulo, sob o patrocínio da União Estadual dos Estudantes, foi realizada uma passeata de protesto contra o assassinio do líder congolês e de condenação à ação do secretário-geral da ONU no que se refere ao problema do Congo. Os estudantes e trabalhadores paulistas também enviaram telegramas de protesto aos representantes diplomáticos da Bélgica no Brasil e à ONU.

As entidades de trabalhadores do Paraná, através do Conselho de Representantes da Federação dos Trabalhadores da Indústria,

NR no Paraná

Construção Civil Pede Aumento

Os trabalhadores em construção civil de Curitiba, através de seu sindicato, estão empreendendo uma campanha no sentido de ser obtido reajustamento salarial. O Sindicato dos Trabalhadores em Construção Civil de Curitiba elaborou um programa de esclarecimento ao público sobre os motivos de sua campanha. Foram programadas diversas atividades como assembleias, entrevistas a jornais e rádios, fixação de cartazes e faixas alusivas ao movimento, obtenção de apoio de entidades estudantis, etc.

Movimento de apoio a Cuba

Instalou-se em Curitiba o Movimento de Apoio à Revolução Cubana, em sessão solene, que foi transmitida pelo rádio a todo o Estado.

A Diretoria do Movimento é composta dos seguintes membros: presidente: gen. Agostinho Pereira; 1.º vice-presidente: Waldemar Daros; 3.º vice-presidente: Manoel Linhares de Lacerda; 4.º vice-presidente: Vieira Neto; secretário-geral: Hilton Denis; 1.º secretário: W. Marcelino. Fazem parte do Conselho Diretor, entre outros, os srs. José Nociti, José Augusto Ribeiro, Norton Macedo e Otto Bracarense Costa.

Metalúrgicos de Londrina não querem

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Londrina, sr. Ernesto Gonçalves Mendes manifestou-se contrário à filiação do seu sindicato à Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, abandonando assim a entidade de cúpula dos sindicatos paranaenses. Tal atitude é a primeira a opor-

também enviaram telegramas de protesto à Embaixada belga e ao Itamarati.

De Rio Bonito, no Estado do Rio, também foi enviado à Representação belga, telegrama de protesto contra o assassinio de Lumumba e seus companheiros.

se à pretensão do sr. Miguel Krug, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Curitiba, no sentido de desligar as entidades sindicais metalúrgicas da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná, vinculando-as à federação paulista.

Pão mais caro

Diversos líderes sindicais, expressando os interesses das classes que representam, manifestaram seu repúdio ao aumento dos preços do pão, autorizado pela COAP. Os trabalhadores estão inclinados a desencadear movimento visando à reconsideração da medida da COAP que, ao aumentar o preço da farinha de trigo, também aumentou o preço do pão para Cr\$ 37,00 o quilo, na padaria, e Cr\$ 38,00, a domicílio.

Transporte coletivo também

O Estado revogou as concessões dos transportes coletivos, acarretando o retorno dessa competência ao âmbito da Prefeitura Municipal de Curitiba. Os trabalhadores vêm lutando, em consequência, para que as tarifas retornem aos padrões antigos, passando a ser fixadas pela Câmara Municipal.

Tabela da paridade

Publicamos abaixo os níveis de vencimentos, de conformidade com a Lei de Paridade, cuja implantação resultou da recente greve dos ferroviários da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina:

Nível	Ref. Base	Horizontal
1	5.000,00	380,00
2	10.000,00	380,00
3	11.000,00	400,00
4	12.000,00	440,00
5	13.000,00	480,00
6	14.000,00	520,00
7	15.000,00	560,00
8	16.000,00	600,00
9	17.000,00	650,00
10	18.000,00	700,00
11	19.000,00	750,00
12	21.000,00	800,00
13	23.000,00	850,00
14	25.000,00	900,00
15	27.000,00	1.000,00
16	30.000,00	1.150,00
17	33.000,00	1.300,00
18	36.000,00	1.450,00

NR no Estado do Rio

O POVO DE NILÓPOLIS LUTA PELAS SUAS REIVINDICAÇÕES

De nosso correspondente Diogo Soares Cardoso

Em Nilópolis, no bairro de Chatuba, realizou-se no dia 6 do corrente um comício em defesa de luz e água para aquele bairro, abrangendo o trecho que vai de Marques Canário a Soares Neiva. A luta por essas duas reivindicações principais para os moradores de Chatuba, vem sendo travada há 12 anos. Entraram e saíram prefeitos e o sofrimento daqueles moradores continua. A luz é uma penumbra, alimentada por cabines. A água é rolada em barricas, em pleno século XX e a uma distância de um e meio quilômetros do centro de Nilópolis.

Na oportunidade, foi criada uma comissão composta dos senhores Arnaldo Tavares, Luiz Fernandes Chaves, William R. Campos, Diogo Soares Cardoso, Antônio Barnacas, Eracides Lima Carvalho, Luciano B. Saraiva, Antônio Bizarria, Alvaro Viana Bulhões e senhoras Dona Idalina Nogueira e Dona Célia Maranhães com a incumbência de ir ao Palácio do Ingá, no dia 7, levar um abaixo-assinado com 420 assinaturas, representando 1.500 famílias ali residentes, ao governador Roberto Silveira. A Comissão foi atendida com simpatia pelo dr. Jorge Loreti, chefe da Casa Civil do Governo Estadual, que se comprometeu a levar pessoalmente ao sr. Roberto Silveira, que se achava em Petrópolis. O dr. Jorge Loreti ficou de se comunicar com o sr. Eracides Lima Carvalho informando-o do despacho do Governador e promoveu interessante pela solução.

I Conferência dos Assalariados da Cana-de-Açúcar

No dia 19 do corrente, teve lugar, no município de Campos, a I Conferência dos Assalariados da Cana-de-açúcar Fluminense. Nesse conclave foram debatidas importantes reivindicações dos trabalhadores da indústria açucareira do norte fluminense, visando à melhoria de suas condições de vida e ao fortalecimento de suas entidades de classe.

A Conferência contou com o apoio da Federação das Associações dos Lavradores do Estado do Rio e das organizações sindicais da região.

Os seus participantes, cumprindo os objetivos da convocação da Conferência, elegeram seu representante à I Conferência Latino-Americana dos Lavradores e Plantadores, a realizar-se em Havana, de 1 a 5 de março, o sr. Antônio João de Farias, presidente do Sindicato Rural de Assalariados da Cana do Município de Campos.

Coluna do Lector

Bancários apóiam MCP de Recife

Garanhuns, fevereiro (do Correspondente) — Manifestando seu integral apoio e dispondo-se a colaborar efetivamente para a ampliação do movimento, o sindicato dos bancários desta cidade divulgou manifesto expondo as vantagens do Movimento de Cultura Popular iniciado na capital pernambucana sob os auspícios do prefeito Miguel Arraes.

O Movimento de Cultura Popular, agora encampado pelos bancários de Garanhuns, se propõe a: ampliar a campanha de alfabetização estimulando a construção de novas escolas; realizar pesquisas de cultura popular; divulgar e estimular os estudos das artes plásticas, cinema, rádio, teatro e televisão; promover o incremento das atividades esportivas entre o povo.

Infância desvalida

O leitor Afonso Pessca (Fortaleza-Ceará) nos enviou interessante artigo sobre a situação da infância abandonada. Do mesmo publicamos o trecho abaixo:

«É constrangedora a vida desses infelizes menores, desfilando tristes e melancólicos pelos logradouros públicos de nossa Capital. Vivem de mãos estendidas e olhos súplices a implorar a caridade pública. Crianças de 5 a 15 anos de idade vivem a perambular pelas ruas deste «Eldorado», maltrapilhos. A maioria delas sem lar, sem escolas, dormindo nas sarjetas, e sem direito à vida»

Para os brasileiros de boa vontade

Sob esse título, escreve-nos o leitor Benito Faroni, da cidade de Itanhandu, Sul de Minas, um artigo em que expõe suas opiniões a respeito da situação brasileira, principalmente do abandono a que foi relegado o Interior do país. Em trecho de seu trabalho, assinala o leitor, como uma dessas causas, «a influência e a intervenção do clero que, com suas 8 mil paróquias, levam do Brasil 400 milhões de dólares, aproveitando-se da boa fé do povo, de sua crença». Reclama o leitor, também, do governo, declaração de bens dos párocos e respeito à lei e à Constituição do país.

Diz ainda o sr. Benito Faroni, que o país precisa de um governo do povo e para o povo, e não administradores que fazem política em benefício dos grupos econômicos e trustes internacionais, um governo que acabe com a escandalosa remessa de lucros das empresas estrangeiras para o exterior, que se liberte do domínio da Standard Oil e capaz de realizar uma revolução profunda nos rumos da Nação.

IBGE não paga

O leitor Joaquim Bonifácio da Silva (Monte Carmelo — MG) escreve-nos para informar que os agentes contratados pelo IBGE para fazer o censo de 1960 estão sem receber as importâncias devidas por seu trabalho. Como ve-

mos, além de não concluir o censo o IBGE não paga aos que trabalham na sua realização.

Marx em capítulos

O leitor Jair Dias (São Paulo) escreve-nos sugerindo a publicação de obras de Karl Marx em capítulos, através de NR, afim de torná-las acessíveis às grandes massas, cujo poder aquisitivo não permite comprar os livros publicados em virtude de seus altos preços. A sugestão é interessante, porém de difícil concretização em face das limitações do espaço de que dispõe NR. No entanto, vamos estudá-la com carinho. Se o leitor estiver, porém, interessado em alguma das obras de Marx publicadas em português, pode-nos escrever mandando o endereço, que providenciaremos a sua remessa, sem qualquer ônus.

P. C. B.

A propósito do artigo de nosso colaborador Jover Telles (n.º 100 de NR) criticando os termos da entrevista dada pelo sr. Benedito Cerqueira ao CORREIO DA MANHÃ, recebemos do leitor E. Miranda (Guanabara) uma carta da qual destacamos os seguintes trechos:

«Eu não ignora o ponto de vista do sr. Benedito Cerqueira, nem o gesto de ele vir a um jornal burguês fazer tal pronunciamento, porque o sr. Benedito Cerqueira não pertence às fileiras do nosso Partido, apesar de o mesmo ser um lutador da classe operária. Falta-lhe, porém, o principal para reconhecer que o Partido Comunista é o partido do proletariado, o partido das massas, ligado aos problemas dos trabalhadores e do povo. O que falta ao sr. Benedito Cerqueira para reconhecer essas qualidades no Partido Comunista, é a consciência de classe»

«Como operário que sou reconheço que o Partido Comunista do Brasil é dirigido e organizado por operários e intelectuais que se unem na base dos mesmos princípios para combater a exploração do homem pelo homem, e a exploração dos trustes estrangeiros, principalmente os trustes norte-americanos, em nosso país».

A idade da alma

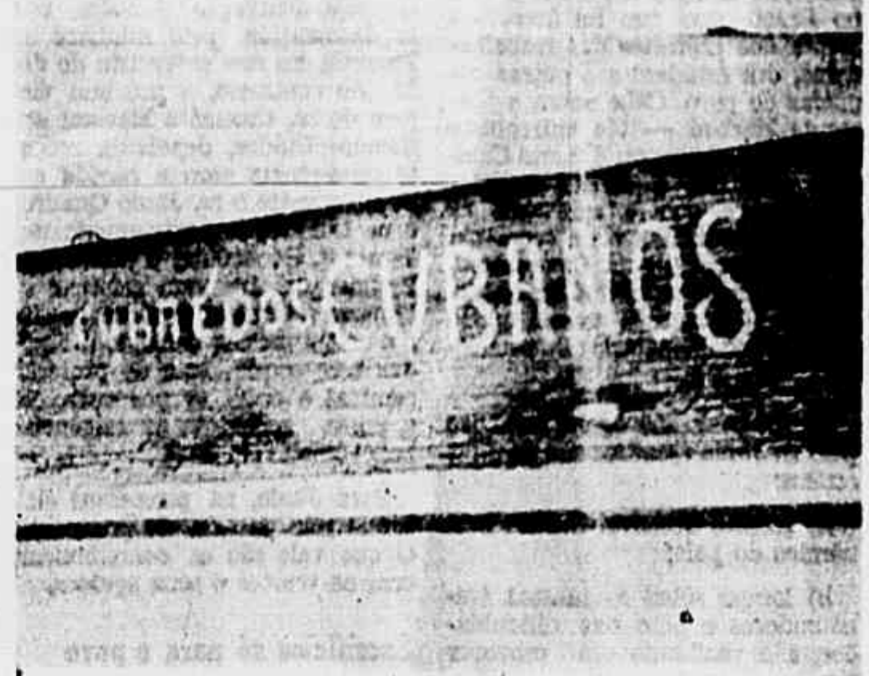
J. Moisés (Belo Horizonte-MG) — Agradecemos suas referências elogiosas ao nosso jornal. «Nunca ou quase nunca encontrei em NOVOS RUMOS um artigo sequer com o qual eu discordasse. Quero externar todo o meu agrado pela crônica do último número. A idade da alma. Não conheço quem a escreveu, mas posso afirmar sem medo que ela é uma beleza de crônica».

Defende teu direito

Carlos Andrade (Diamantina — MG) — Sua consulta foi encaminhada ao dr. Everaldo Martins, um dos responsáveis pela seção Defende Teu Direito. Recebemos e agradecemos a lembrança que enviou aos que fazem parte da Redação de NR.

Aniversário

Completo 50 anos no dia 31 de janeiro último, o nosso leitor João Ferreira Gomes, da cidade de Ouro Fino, em Minas Gerais.



JACAREÍ ESTÁ COM FIDEL

Trabalhadores e estudantes de Jacareí (São Paulo) vêm realizando uma intensa atividade no sentido de esclarecer a população sobre a situação cubana. Palestras, atos públicos e outras manifestações de solidariedade ao povo

cubano e a sua luta contra as ameaças de intervenção do imperialismo norte-americano, já foram efetuadas. A foto é de uma inscrição das muitas feitas nos muros da cidade pelos simpatizantes da causa de Fidel.

NR em Minas Gerais

Lavradores Querem Reforma Agrária

«Hoje em dia, é moda falar em reforma agrária. Todo mundo apregoa a medida e está de acordo com ela. Deputados e senadores, financistas, vereadores, políticos, negociantes, governadores, economistas, industriais, bispos, gerais e marechais, e também presidente da República. Todos de acordo com a reforma agrária ou com a chamada revisão agrária. Surgem programas e projetos de todos os tipos, mas no fim o que aparece são as medidas do governo de proteção e amparo à produção dos grandes fazendeiros de café, de cacau e algodão, ou o financiamento dos estoques de grandes intermediários da produção agrícola.»

Esse é um dos trechos do relatório recentemente apresentado pela diretoria da Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais, onde é feita uma análise da atuação da entidade e da situação da luta dos trabalhadores agrícolas do Estado pelas suas reivindicações.

Os dirigentes da ATAMG deliberaram fazer realizar, em setembro próximo, uma Conferência Estadual, a fim de dar maior impulso às suas atividades.

Um dos pontos de luta da ATAMG é a reforma agrária. E, no relatório citado, lê-se ainda que a entidade reconhece a existência no país de condições propícias à implantação dessa medida,

Volta Redonda vai ver festa chinesa

Em Volta Redonda, a Comissão Municipal de Amizade Sino-Brasileira realizará, no próximo dia 5 de março, às 9 horas da manhã, no Cine Avenida, a exibição de película documentária cinematográfica sobre as comemorações do X aniversário da Revolução Chinesa.

A sessão será ilustrada ainda por uma palestra do ilustre médico volta-redondense, dr. Adão Pereira Nunes, vice-presidente da Sociedade Nacional de Amizade Sino-Brasileira, sobre a vida, costumes e tradições da República Popular da China.

NR em São Paulo

CURTUME COQUEIRO AMEAÇA RUIK SOBRE OS TRABALHADORES

AMPARO, fevereiro (do correspondente) — Cerca de mil trabalhadores empregados no Curtume Coqueiros S/A de Arcadas, no município paulista de Amparo, enfrentam enormes dificuldades para cumprir suas funções, dada a extrema precariedade das condições em que trabalham.

Os barracões de madeira em que funciona o Curtume, cuja data de construção remonta a mais de setenta anos, vivem sob constante ameaça de desabamento, o que põe seriamente em risco a vida dos trabalhadores. Quando chove, além de ser difícil encontrar um lugar onde as goteiras não inundem o local de trabalho, há o constante perigo de incêndio, tão obsoletas são as instalações elétricas.

Não bastassem as péssimas condições das instalações do curtume, que outrora se dizia o maior da América do Sul, os operários trabalham sem nenhum equipamento protetor, tais como botas apropriadas para os que, nos chamados «banhos», permanecem horas a fio dentro de tanques cheios de água misturada com produtos químicos. Tais irregularidades já causaram a expulsão de uma diretoria do estabelecimento, mas nem por isso a nova toma as providências necessárias, alegando dificuldades financeiras, argumento que também serve para manter em níveis baixíssimos os salários do pessoal.

Os trabalhadores reclamam insistentemente uma vitória séria pelo Departamento do Trabalho, que

Não é comunista

Recebemos, com pedido de publicação, a seguinte nota: «Em face às atividades contrárias ao pensamento comunista de parte do sr. Armando dos Santos Gonçalves, os comunistas de Curitiba declaram a todos os comunistas, simpatizantes e amigos do Paraná que o mesmo foi afastado de suas fileiras.»

NOVOS RUMOS

Diretor
Mário Alves

Diretor Executivo
Orlando Bomfim Júnior

Redator Chefe
Fragmon Borges

Secretário
Luiz Fernando Cardoso

Gerente
Guttemberg Cavalcanti

Redatores

Renato Arena, Paulo Motta Lima,
Nilson Azevedo, Fausto Cupertino,
Rui Facó, Solon Pereira Neto

Redação: Av. Rio Branco, 257, 17º
andar, S/1712 — Tel: 42-7341
Correio: Av. Rio Branco, 257,
9º andar S/805

SUCURSAL DE S. PAULO
Rua 15 de Novembro, 228
8º andar — S/827
Tel: 37-32 64

Endereço telegráfico —
"NOVOS RUMOS"
ASSINATURAS

Anual	Cr\$ 500,00
Semestral	250,00
Trimestral	130,00
Av. anual, mais	200,00
Av. semestral, mais	100,00
Av. trimestral, mais	50,00
Número avulso	10,00
Número atrasado	16,00

Notas Sobre Livros

O que sobretudo me agrada no livro de Domingos Vellasco, A Nova China, é a sua maneira ao mesmo tempo coloquial e objetiva. Tendo viajado pela China mais de uma vez, nos últimos anos, tendo e anotando e que via, indagando e informando-se com ânimo perspicaz, documentando-se com imparcialidade, os autores se oferecem ao leitor, honesto, em tom de boa conversa entre amigos, sobre as coisas que lhe foi dado observar, palpitar, compreender. Seu livro, obra de boa fé e boa vontade, reflete, de tal sorte, uma imagem verdadeira dos principais aspectos da vida econômica, política, social e cultural da Nova China.

O que desde logo chama a atenção do observador é o ritmo de desenvolvimento da economia chinesa. O que se fez ali em dez anos é de nos deixar água na boca, a nós brasileiros, que queremos espantar nesse país para a frente e o vemos a engatinhar atrás de metas arbitrárias. Não que se refira, por exemplo, à produção de aço, coisa fundamental, e paralelo é extremamente significativo. Em 1949, a China produziu 135.000 toneladas de aço. Durante o primeiro Plano Quinquenal (1951/1957) a média anual passou a 3.300.000 toneladas, sendo que o último ano do Plano, 1957, a produção atingiu já 5.000.000 de toneladas. No ano seguinte, 1958, ano de "grande salto para a frente", o aço chinês subiu espetacularmente a mais de 11.000.000 de toneladas, e em 1959 alcançou o total de 13.350.000 toneladas. Agora a comparação com a produção brasileira prevista para 1960: 2.200.000 toneladas. E aí — dados concretos, cifras, fatos. Certamente, não devemos desprezar o fator população — dez vezes maior na China; mas ainda assim, sinais de cabeça baixa da competição.

Em todos os ramos da economia — tanto na indústria como na agricultura — o ritmo de desenvolvimento corre parelha com a produção de aço. Para se fazer uma idéia exata do que isto significa, basta confrontar o aumento médio do valor de toda a produção industrial durante os anos de 1950/58, na China, nos Estados Unidos e na Inglaterra; respectivamente, 28%, 3,7% e 2,9%. Quanto à produção de cereais, a China ocupa hoje o primeiro lugar no mundo, e o segundo na produção de algodão.

Com toda a razão, Domingos Vellasco conclui que nada disso aconteceu por acaso, mas resultou efetivamente "de muito estudo, de muita capacidade e, sobretudo, de muito trabalho do governo e do povo chinês." Poderiosos acrescenta que o imenso progresso da China Popular, registrado em apenas dez anos, resultou precisamente da vitória da revolução conduzida pelo Partido Comunista com o objetivo de libertar o povo chinês da miséria, da fome, da exploração e da opressão. A fome, flagelo secular, foi liquidada — sobre isto não há mais dúvida, conforme atesta o autor deste livro, confirmando o testemunho de numerosos outros viajantes e estudiosos que percorreram a China Popular durante os últimos anos. Com a fome, flagelo central, desapareceram os vícios desaparecendo todos os demais flagelos que pesavam sobre o povo chinês.

Não se trata de nenhum milagre, mas de ação do governo popular encabeçado pelos comunistas, que levam à prática, nas condições peculiares da China, a teoria científica do marxismo-leninismo.

Domingos Vellasco, socialista-cristão, não comunista, mas homem honesto, estuda e expõe os fatos com objetividade, tendo observado de perto os diversos setores da vida chinesa — a luta contra a miséria, a liquidação do latifúndio, a reforma agrária, a organização das cooperativas agrícolas, o surgimento das comunas populares, o formidável superávit industrial, os novos métodos de trabalho, a organização democrática do Poder, o progresso da cultura, os aspectos humanos da Revolução, etc. etc.

Na próxima vez voltaremos a tratar de alguns destes pontos.

X X X

CORRESPONDENCIA:

Foco ao amigo G. Rocha, que há alguns meses me remeteu um escrito de sua autoria, o favor de me comunicar o seu endereço.



ÓDIO À SÔLTA

Sempre o cartola viveu marcando a folhinha: antes do carnaval, depois do carnaval. Antes é a preparação, os pés, uma fuga da realidade para poder brincar, pular, cantar e rir nos dias do reinado do Momo. Depois é a queda na realidade, o lutar para viver, a volta aos dias sem fim: casa-trabalho-casa com um cineminha que quando em vez e assim mesmo para assistir desfilas filmes lanques tão ruins quanto corruptos. E as dividas crescendo.

Já secaram nos postes ou foram levadas pela chuva as serpentinas e estamos agora naquele momento que é o depois do carnaval. Nossos pés na terra começaremos a ver, analisar, para aplaudir ou protestar, para afirmar ou negar o que andam fazendo os novos governos: o federal e o estadual.

As poucas pessoas que conheço com mais intimidade, amigas e eleitoras, destes dois governos que acabam de subir (falo no governador da Guanabara e no presidente da República), estão espumando de ódio. Ameaçam céus e terra. Declaram que agora sim, vamos ver o que é mandar. Dizem coisas que dão a impressão ser possível, no mundo de hoje, a volta do fascismo, Hitler e Mussolini reassuscitando (é bom não esquecermos que na Alemanha Ocidental, há uma volta ao passado, como a perseguição aos judeus). Ninguém presta, ninguém do governo passado é capaz nem digno. Nunca vi tanto ódio solto.

E o medo? o medo anda por aí de tal forma que não raro alguém pede: "fala mais baixo", como se falar também fosse proibido. Reabrem velhos processos e prendem homens como Alvaro Moreira; é verdade que o escritor Adonias Filho veio dizer que Alvaro, não foi preso, mas "convidado" para comparecer à polícia. Quem de nós não ouviu isso de tirar no momento de ser preso, naqueles idos tempos da ditadura do Estado Novo? Ninguém disse a nenhum de nós quando invadiram nossas casas e roubavam tudo que possuamos: "esteje preso". Isso só se ouve em revistas da praça Ti-Radentes ou em prisões de vagabundos. Não, ah! não fomos sempre "convidados" a "comparecer à polícia", convidados, sim senhores, se bem que o convite às vezes durasse um, dois, vinte meses até nossa volta à liberdade.

Ódio anda à solta. Vamos dar valor; JK, teve milhões de erros mas foi realmente um presidente democrata. Sob seu governo tivemos a mais completa e ampla liberdade, inclusive a liberdade de falar mal dele em voz alta. Outro dia vinha eu pela rua depois de ler os jornais e pensei: — Tô na essa gente que votou em Jânio e em Carlos Lacerda vai morrer de saudades de Juscelino e de todos os maus, ruins, malfeitores que tivemos. Saudades de Juscelino e de Sete Câmara, por exemplo, o primeiro governador da Guanabara.

Todos agora escrevem bilhetes: colunistas políticos, os socialistas, o presidente da República. Também não quero de deixar de mandar o meu. El-lo: "meu querido povo cartola: coragem, muita coragem e pra frente — sabemos — é que se anda. Coragem!"

Tópicos Típicos

Na "O GLOBO" do domingo passado, Antônio Olinto escreve a respeito de André Gide, o célebre escritor francês cujo décimo aniversário se falecimento transcorreu no dia 19 de fevereiro.

Gide, espírito inquieto, criatura paradoxal, intelectual rebelde, perdido em limitações ideológicas pequeno-burguesas, foi o apologista de uma atitude de permanente disponibilidade para os intelectuais, aos quais recomendava que não se comprometessem com quaisquer posições práticas ou teóricas de que lhes pudesse vir algum prejuízo para a "liberdade". A seu ver, o ato humano, para ser "livre", deveria ser tanto quanto possível "gratuito". Isto é, não deveria sofrer condicionamentos de qualquer espécie, nem decorrer de imperativas morais.

Essa apologia da liberdade-disponibilidade é um dos temas preferidos pelos articulistas que escrevem sobre Gide. Outros temas ligados ao escritor francês e frequentemente abordados na imprensa (quando ela se lembra do autor de "O Imoralista"); são: o desapegoamento deste em face do comunismo, suas relações com Deus e sua pederastia.

Antônio Olinto, em seu artigo, aborda o problema das relações com Deus. Gide não era crente Olinto refere-se ao fato e ainda, o escritor francês chegou à conclusão de que Deus não existe, de que não é que temos de fazer com que ele exista". Quer dizer: não acreditava mas também não descreditava inteiramente. Pelo raciocínio, era levado ao ateísmo e excluía Deus, porém suas necessidades mistéricas pessoais permaneciam intactas e faziam-no ansiar pela crença, tornando-o um ateu bastante inconsequente.

Em determinada página do seu "Diário", chega a lamentar-se: "... como Deus se faz esperar..."

Esta atitude é a que o crítico húngaro George Lukacs chama de ateísmo religioso. Se Antônio Olinto quisesse (ou pudesse) mostraria como e por que o fenômeno ocorre em Gide. "O ateísmo religioso — ensina Lukacs — é fruto de uma situação em que, de um lado, o progresso da ciência afastam completamente existos círculos da intelectualidade do campo das Igrejas e religiões oficiais, enquanto, de outro lado, a situação social desta mesma intelectualidade (insurgência de existência, falta de perspectivas concretas na vida pública e particular, etc.) cria uma necessidade religiosa" (El Asalto a la Razón, p. 263).

As necessidades mistéricas pessoais que se manifestavam no talento e confuso Gide exprimiam não só a insegurança da sua situação concreta de indivíduo, a insegurança das suas condições de vida, trabalho e criação, mas, igualmente, a insegurança da burguesia — a que o escritor se ligava ideologicamente — e que, posta a rebuque da classe burguesa, recebe, com fervor, que está sendo submetida a um inexorável processo de proletarianização



Chumbando Cannabrava

LEANDRO KONDEI.

Não estimar Astrojildo Pereira seria prova de fraqueza em quem o conhecesse. Este velho lutador, estudioso, modesto, é, com efeito, um daqueles espíritos superiormente cultivados, cuja grandeza humana e extraordinária capacidade de tudo compreender transparecem, mesmo no mais ligeiro dos papos, ao mais obtuso dos interlocutores.

Quando, recentemente, seu coração obrou de fraqueza em quem o susto e obrigou-o a ficar de cama por algum tempo, viu-se o quanto ele é querido entre os companheiros de luta e respeitado nos meios literários, em geral. Um movimento espontâneo de interesse pela saúde desse fundador do PCB fez com o seu nome estivesse em todas as bocas e trouxe a sua pessoa, amiga da discreção e do anonimato, para o centro de todas as conversas.

Sem fazer jamais concessões de princípios, sem transigir jamais quanto aos valores ideológicos, Astrojildo soube inspirar considerações e acatamento até a intelectuais que não concordam com os seus pontos de vista. Otton Maria Carpeaux, Peregrino Junior, Bernardo Gersen, entre outros, reconheceram os grandes méritos dos estudos que o crítico marxista dedicou a Machado de Assis.

Por isso, por tudo isso, ficamos surpreendidos com o artigo publicado por Euryalo Cannabrava no DIÁRIO DE NOTÍCIAS de 5 de fevereiro de 1961, artigo no qual, entre ressaltos amáveis para disfarçar, um violento ataque é dirigido contra o "Machado de Assis" de Astrojildo. O sr. Cannabrava atribui ao livro deficiências tais que, a serem verdadeiras, reduzi-lo-iam a uma simples obrinha de segunda categoria.

Logo no começo do seu artigo, apresenta Astrojildo como um sentimental e conta que, em certa ocasião, ao ouvir falar da amizade entre Marx e Engels, percebeu que ele estava comovido, e até vislumbrou "uma lágrima vermelha no canto de seu olho esquerdo". Graço ingênuo à parte, entenderá o prof. Cannabrava, por acaso, que a capacidade de se comover é vergonhosa? Entenderá que um materialista dialético não se deve sensibilizar jamais, que este fator de humanidade é incompatível com o sentido racionalista

do seu pensamento filosófico? Se o professor adota, pessoalmente, este critério que o impermeabiliza aos sentimentos, se na sua vida contam somente as idéias e as sensações, que não nos leve a mal, mas deve ser um legítimo chato, o professor...

Proseguindo nas suas observações, o prof. Cannabrava procura relacionar o que considera que seja o sentimentalismo de Astrojildo às características do movimento revolucionário brasileiro, e chega a este primor de conclusão: "O credo extremista adquiriu, entre nós, esse feitio afetivo que valoriza mais os sentimentos do que as idéias, procurando na atividade revolucionária o derivativo para frustrações e recalques irremediáveis". Está aí: os comunistas brasileiros são uns frustrados, uns recalcados. E, com esta análise, Cannabrava está habilitado para receber um título de cientista "honoris causa" pela Universidade de Boston, ou coisa parecida.

Aliás, a honraria tem que ser imensa, para estar à altura do homenageado: Cannabrava é nada mais nada menos do que o dono da dialética. Astrojildo descobriu elementos de dialética no pensamento de Machado de Assis? Especificou-os em trinta e cinco? Coubagens. Intra-se de "confusão mental" do crítico marxista. Ele não sabia que, como informa o prof. Cannabrava, "não havia pensamento dialético entre os filósofos pré-socráticos, nem mesmo em Heráclito". Astrojildo ignorava, decerto, que o pensamento dialético foi criado naturalmente pela varinha de condão de Hegel, surgiu do nada — surgiu, ele mesmo de uma maneira antidualética...

Astrojildo cita um trecho em que Machado diz que não temos outra prova do mundo que nos cerca senão a que resulta do reflexo dele em nós e interpreta a frase como expressão de um pensamento materialista? Tolice. A frase poderia ser, perfeitamente, considerada expressão de um pensamento idealista. O mundo exterior refletido na consciência do homem não é uma formulação idealista? Se não é, passa a ser, por decreto de Sua Majestade Cannabrava primeiro e único, o impagável... Materialista agora vai ser

a concepção segundo a qual a consciência cria o mundo exterior, dita-lhe os valores.

Mas o que acontece, de fato, é que, quando Astrojildo se refere a um pensamento dialético ou a um pensamento materialista em Machado de Assis, tais expressões devem ser entendidas em termos, dentro do contexto a que se acham ligadas, quer dizer, não têm valor absoluto, estão sendo dialeticamente empregadas pelo crítico. Em seu livro ("Machado de Assis", ed. Livr. São José, p. 162), Astrojildo prevê: "... ele não era um materialista acabado e consequente. Não era, não podia ser, dadas as condições sociais do meio em que viveu e trabalhou". Previne, ainda, que Machado não era um pensador dialético no sentido em que atribuíamos a expressão a Marx ou a Hegel, porque ele "não era um filósofo profissional, um pensador propriamente dito, mas um escritor, um artista, que abeberou o seu espírito em fontes variadas do pensamento antigo e moderno, assimilando de umas e outras aquilo que melhor condizia com a sua própria maneira de ser, de viver e de conviver" (p. 161). Não obstante — e Astrojildo prova-o,

com dezenas de exemplos — os elementos de dialética e materialismo no seu pensamento, dentro do que lhes permitiam as limitações do ambiente, predominaram sobre os elementos de idealismo e metafísica.

Isso está bem claro no livro, sem qualquer equívoco. Quem fez confusão foi o prof. Cannabrava ao comentá-lo; e fez uma confusão tamanha que acabou até por se referir ao marxismo como um "materialismo econômico — lapso que prova o grau de aturdimento em que se achava, no momento em que escreveu o malfadado artigo do DIÁRIO DE NOTÍCIAS.

Aliás, em face do artigo, e cotejando-lhe as acusações com o texto limpo do livro, não há maneira de concluir senão por um dilema: das duas uma — ou o professor Cannabrava não entendeu porque não pôde (e neste caso é pouco inteligente), ou não entendeu porque não quis (e neste caso ressenete-se de má vontade). Em qualquer das hipóteses, deveria ter ficado quieto no seu canto, sem exibir suas fraquezas. Porque, como ensina a sabedoria popular, "maccaco pulando de galho em galho, quer é chumbo".

Lumumba

ALCIDIO JURANDIR

"Ha dois mil anos te mandei meu grito", falava a África pela voz do nosso poeta. Deus não ouvia porque Deus é aqui na terra, não no céu, que este são muitos, bilhões sem fim. O grito tinha de ser, como agora acontece, aos próprios africanos. A África soltou o seu grito, não de súplica, bastava o imenso, de dor, que espalhou nos dois mil anos. O grito, nestas horas trágicas e belas, é de libertação, cólera, triunfo. Os negros retribuem o terrível cárcere de raças, povos, nações, culturas, que é o continente de Lumumba.

E aqui penso no réquiem para Lumumba. Algum poeta negro, algum músico negro, algum "spiritual" dos algodoados de Virgínia. Tudo isso fará um réquiem para o grande negro.

"A política é um terrível veneno, mas alguém deve fazê-la", disse ele, no seu testamento. Que simplicidade nestas palavras dele, por exemplo: "Cameleá a luta porque senti o chamado do meu povo. Gostaria de ocupar-me com meus filhos, mas os sofrimentos de meu povo fizeram-me escolher a luta política". Esta luta, precisamente, odiada pelos que sempre fortaleceram a África a mim de suas fortunas e a carne do trabalho brutal.

Lumumba, negro da mais alta ciência e do mais puro espírito africano e universal. Me lembro dos meus avós e bisavós negros, do quilombo de que vim, da pretada que conheci e amei no Pará, ao pé dos velhos engenhos mortos, das "remadas" dançando em louvor de São Benedito. Sempre ouvi no coração essa voz subterrânea, expressa e invencível da África, porque de um negro negro nasci, e de um ser negro foi o meu primeiro leite.

Choro a morte do meu parente Lumumba, irmão negro, gente de minha família comum, pessoa

da linhagem dos pés no chão, África, África tão do Brasil também.

E quando vejo a esposa do grande negro, o colo nu, escuro, de luto, vejo também, entre os nossos pretos do Brasil, a minha mãe chorando, a África chorando ao mesmo tempo o grito universalmente africano de que será livre a África, para ser livre o homem e mais decente este mundo.

Teatro

Beatriz BANDEIRA

DIVERSAS NOTÍCIAS

"O Amor é Rosa Bombom" é o novo cartaz do teatro Copacabana. Foga de autoria de Raul Praxá, cidadão francês com vários títulos, inclusive o de presidente da Sociedade de Autoras Teatrais Francesas, que é a SBAT lá deles. O elenco é o de André Villon e Cilo Costa, a dupla que descobriu o "velocino de ouro" em teatro, batendo no ano passado o recorde de permanência em cartaz, com uma única peça. Como não pretendem fazer teatro, mas fazer dinheiro, divertindo seu público isto é a burguesia endinheirada de Copacabana, acertaram mais uma vez em cheio. "Rosa Bombom" é peça para ficar muito tempo em cartaz. Faz as delícias digestivas dos novos e velhos ricos, bem jantados e bem vividos. No fim tudo dá certo: as meninas são bonitas e simpáticas, o galã Cilo Costa é um espetáculo agradável a vista, o guarda-roupa é sofisticado e a refrigeração do teatro funciona. Assim como a bilheteria, que acaba dando a cada um dos componentes da Companhia, que tem o aspecto louvável de estar oportunista em bases cooperativas, a oportunidade de comprar seu "tacetino".

O Serviço Nacional de Teatro

O SNT, tem novo diretor o Sr. Clovis Garcia. Um balanço honesto da gestão passada, ou seja a do escritor Edmundo Montz, apresenta um saldo positivo de realizações. Não fez, possivelmente, tudo o que poderia ter feito, mas fez muito em comparação com os que o antecederam. No terreno editorial divulgou autores brasileiros contemporâneos, editou clássicos. Recuperou, pelo menos duas casas de espetáculos uma em São Paulo e outra no Rio. E, ao deixar o cargo, deixou a Companhia Nacional de Comédias, reassuscitada, já instalada em sua própria casa. Oxala o novo diretor volte seus olhos para o Conservatório Nacional de Teatro o eterno abandonado — que está a exigir uma reforma total, abrangendo tudo: instalações, programas, horários, professores. É preciso não esquecermos que o Conservatório, assim como a Escola Martins Penna, são a grande esperança do aluno pobre, aquele que trabalha o dia inteiro, reside em distantes suburbios, ingressa a casa, depois das aulas, cansado e submetido para verar madragadas — quando chega a hora de provas — construído cenários "bolando" meios de iluminação com recursos precaríssimos. Esses alunos tão mal compreendidos e sempre tratados com desprezo, acabam ficando de aventureiros que ali comparecem apenas "por causa do lanche" — como se isso não fosse uma razão a mais a exigir a atenção dos responsáveis. Pois aquela coisa deve estar errada em um país em que, depois de um longo dia de trabalho, busquem um estabelecimento de ensino, unicamente com o fito em um lanche que está longe de ser oprimido. Volte sua atenção para o nosso Conservatório. Sr. diretor do S.N.T.! Há uma infinidade de coisas a serem corrigidas. Quem o diz é uma professora que respeita seus alunos.



OSVALDO GOELDI

A 11 de fevereiro, faleceu nesta cidade, no Leblon, o gravador brasileiro Osvaldo Goeldi. Filho do eminente cientista suíço Emilio Goeldi, organizador do Museu que tem o seu nome em Belém do Pará, Osvaldo Goeldi foi entre nós um dos que o pioneiro da gravação em madeira: foi o maior expoente na sua arte.

Estão hoje espalhadas por todo o Brasil reproduções de trabalhos seus que se distinguem pela maestria, pela força que lhes inculca vida e sobrecida pelo realismo. Numa época em que outros artistas se perdiam em amenidades, Goeldi já representava nas suas gravuras os homens do trabalho, os pescadores, que forjar um de seus temas prediletos. Isto não significa que Osvaldo Goeldi fosse um simples copista: o seu realismo está profundamente impregnado de sentimento, de paixão, seus personagens e suas paisagens transcendiam dos limites do quadro,

adquirem vida, criam ambientes. Expressam o talento do artista.

Porque Osvaldo Goeldi foi sempre um artista, vivendo e morrendo pela sua arte. Por isso viveu modestamente e morreu pobre. Num país onde as produções artísticas ainda são destruídas de uma minoria, Goeldi não teve a popularidade que bem merecia pela beleza de sua arte, uma arte que vinha das inspirações populares. Com que palpão interna, meio dissimulada, recolhida-se ele a uma pensão modesta, de estudantes, na Bahia, para reproduzir, dia a dia, aspectos da velha e bela cidade, seus tipos de rua, seus crepusculos de fogo, o sol nas ilhas do Recôncavo, a alma dos homens...

Nos últimos anos, Goeldi obteve a consagração de sua obra em exposições internacionais e nacionais. Mas ele merecia mais do que isto: o preço ser conhecido do povo, fonte permanente de sua inspiração artística.

Na foto, um dos seus trabalhos.

LEIA A NOVA

HISTORIA DEL PARTIDO COMUNISTA DE LA UNION SOVIETICA

Edição 1960
321 páginas, encadernado.
Apenas Cr\$ 400,00

Pedidos a:
Agência Intercâmbio Cultural
Jurandir Guimarães
Rua dos Estudantes, 81 s. 28
Telefone: 37-1983 — São Paulo

Pela Vitória do Funcionalismo

ORESTES TIMBAOYA RODRIGUES

A numerosa massa de funcionários públicos federais, em sua maioria situado no Estado da Guanabara, foi profundamente chocada com o decreto do presidente da República, modificando o regime de trabalho nas repartições do governo. A medida, tão injusta quanto inopinada e violenta, surpreendeu ao funcionalismo, aos trabalhadores e ao povo. Mesmo os que votaram no senhor Jânio Quadros e que ainda aceitam a sua propagandística política de moralização, não podem esconder seu desapontamento, pois esperavam mudanças de outro tipo que não essas de tirar dos que trabalham para dar aos que vivem à custa da exploração do povo.

Na verdade o ato do senhor Jânio Quadros contra o funcionalismo federal delineia toda a sua política que é a de solucionar as dificuldades econômicas e financeiras do país à custa dos trabalhadores. É isto em nome da moralização. O que seria moral e digno de um governo empenhado no progresso do país e no bem-estar do povo seria buscar solução para as dificuldades onde elas existem: na reforma agrária, com o sacrifício dos odiosos privilégios dos latifundiários; na imediata cessação da remessa de lucros para o estrangeiro, na intensificação de fato e não de palavras de intercâmbio comercial com os países socialistas e na taxa mais alta dos lucros extraordinários, obtidos pelos tubarões. Isto sim, seria moral. Não dizer uma palavra sobre o latifúndio e os latifundiários, silêncio sobre os lucros dos capitais estrangeiros, fingir que ignora a sonegação do imposto de renda por parte dos grandes tubarões e investir contra os que trabalham no serviço público, isto sim é imoral e criminoso. O governo, sob pretexto algum, pode desorganizar a vida de milhares de cidadãos que trabalham, seja no serviço público, seja onde for. E o decreto do presidente da República tem esta consequência imediata, talvez a única de repercussão, pois a melhoria dos serviços públicos não será obtida com medidas dessa ordem.

É sabido que nos grandes centros, como Rio e São Paulo, os funcionários públicos exercem outras atividades remuneradas, como meio de aumentar suas rendas. A paridade e a reclassificação não fizeram desaparecer esta necessidade, pois a grande massa de funcionários, constituída pelos barnabês, continua ganhando pouco, diante da elevação incessante do custo de vida. É igualmente sabido que milhares de funcionários são também donos-de-casa e mães de família que conjugam suas atividades como funcionários com as obrigações de donos-de-casa.

Agora, com os dois expedientes impostos pelo senhor Jânio Quadros, todas as atividades suplementares dos funcionários estão liquidadas. Como se arranjaria o chefe de família que tem sua vida montada na base do vencimento e mais um salário suplementar? E a funcionária, que não ganha o suficiente para pagar empregadas que lhe tomam conta dos filhos e do casa? Distó, que é coisa vital para milhares e milhares de funcionários, o decreto governamental não cogitou, nem podia cogitar pois não foi feito em atenção ao povo e aos trabalhadores, mas como primeiro passo para investir contra os direitos já conquistados por todos os trabalhadores.

Se a medida contra os funcionários conseguir se consolidar, teremos logo medidas idênticas ou semelhantes nos outros setores de trabalho. E compreendendo em toda a sua extensão os objetivos do decreto presidência que os funcionários, os trabalhadores e o povo colocam-se radicalmente contra a sua execução.

As entidades de funcionários, lideradas pelas UNSP, assumiram a liderança da resistência contra a lei do castigo, que é o decreto do senhor Jânio Quadros. Nesta luta os funcionários contarão com o apoio e a solidariedade de todo o povo, a começar pelos sindicatos de trabalhadores, que sentem como ninguém a necessidade de barrar o caminho à política de maior exploração já iniciada pelo governo.

Os comunistas não foram surpreendidos por essa medida do presidente da República, nem o serão por outras da mesma natureza. Durante a campanha eleitoral, tudo fizeram para esclarecer o povo sobre o que seria o governo janiista. Agora, diante dos fatos, o que nos cabe é tomar posição firme em defesa dos explorados, sejam funcionários, sejam de qualquer outro setor de atividades. Proclamamos nosso apoio decidido ao funcionalismo e mobilizaremos todas as nossas forças para derrotar esse decreto que é o pano de amostra da política antioperária e antipovo exigida pelo Fundo Monetário Internacional e que o senhor Jânio Quadros se mostra disposto a seguir.

50 Mil Crianças Sem Escolas: Lacerda Não Quer Fazer Rodízio

A questão do rodízio nas escolas primárias está pondo em situação difícil o governador Lacerda. Transformou-se o problema de rodízio, por culpa do sr. Lacerda, num motivo de controvérsia, cujo desenrolar vem demonstrando, na prática, a insinceridade com que o antigo Fuzileiro do Clube da Lanterna proclamava-se a si mesmo protetor das crianças que não conseguiram vagas nas escolas do Estado.

Vamos aos fatos. O próprio sr. Lacerda lançou a ideia do rodízio das professoras, que têm, por lei, uma folga às quintas-feiras. Passariam elas a ter essa folga, mediante rodízio, nos diversos dias úteis. Assim, haveria aula também na quinta-feira, sem prejuízo do descanso das professoras e com acréscimo do número de aulas. Esse mecanismo permitiria um aumento de 50.000 vagas escolares.

Briga
A lembrança do governador foi transformada em anteprojeto de lei, elaborado pelo secretário de Educação, sr. Flexa Ribeiro e mandado à Assembleia Constituinte, que o transformou em lei, por unanimidade.

Veja porém a medida liminar do ministro Ari Franco, tornando sem efeito as leis ordinárias que a Constituinte havia elaborado. Mas a antiga Câmara de Vereadores, que em virtude da mesma liminar reconquistava a prerrogativa de elaborar leis ordinárias, deliberou aprovar, sem nenhuma alteração, o anteprojeto Flexa Ribeiro, que logrou aprovação unânime da Constituinte. Assim, embora às turras com o governador e com a maioria governista da Constituinte, a antiga Câmara de Vereadores, tendo em vista o interesse da população escolar, remediou o efeito

Jornadas de Solidariedade a Cuba

Por motivo da comemoração, no próximo dia 24, do 66º aniversário da Guerra da Independência de Cuba, a Comissão Brasileira de Solidariedade ao Povo Cubano programou a realização de um "Forum" durante o qual serão discutidas as três grandes leis da Revolução Cubana. O "Forum", que faz parte das Jornadas de Solidariedade a Cuba patrocinadas pela comissão, será iniciado no dia 24, com a realização de um debate sobre a Lei da Reforma Agrária cubana, no dia 25, sobre a Lei do Trabalho, e no dia 26, sobre a Lei da Reforma da Justiça de Castro e Joias Batiense, o sr.

da liminar Ari Franco e assegurou a criação de 50.000 vagas nas escolas públicas, justamente segundo os pedidos preconizados pelo governador e seu secretário de Educação.

Que fez o sr. Lacerda em face dessa demonstração de boa-vontade da Câmara de Vereadores? Assumiu atitude infantil de «mau menino» e fez coisa semelhante àquilo que o «bom menino» não deve fazer. Zangou-se, bateu o pé e resolveu não cumprir seu próprio anteprojeto, transformado em lei na antiga Câmara de Vereadores. Isso, sob o pretexto pueril de que não tem conhecimento da existência da casa legislativa do antigo Largo da Mãe do Bispo.

O Sr. Lacerda colocou seu ódio aos vereadores cariocas acima do proclamado interesse pela situação das crianças necessitadas de escolas gratuitas.

Pasta a situação nesse pé e sentindo, o sr. Lacerda, o ridículo de sua posição, resolveu ele tomar outra atitude igualmente grotesca. Mandou que se expedisse circular reservada às diretorias de escolas estaduais, no sentido de que se opere o rodízio, nos termos do anteprojeto Flexa Ribeiro e da lei que ele próprio se nega a cumprir, por ser originária da antiga Câmara de Vereadores.

E as outras vagas?

Em meio a tão complicadas marchas e contra-marchas, o sr. Lacerda deixou de lado a promessa de instalação de cem novas escolas a serem financiadas pela Federação do Comércio. Até agora essas prometidas escolas continuam no papel, apesar das excelentes relações do sr. Lacerda com os tubarões do alto comércio, muitos dos quais se constituíram em grandes eleitores do homem

Pedro Lessa, presidente da Associação dos Lavradores do Estado do Rio, o economista Domar Campos, o desembargador Osny Duarte, o agrônomo Robinson Campos e um representante da UNE.

No próximo dia 28, às 19 horas, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, realizar-se-á a segunda reunião do "Forum", quando será debatida a Lei da Reforma Urbana; e, no dia 2 de março, às 18 horas, na sede do Sindicato dos Bancários, concluir-se-á o ciclo com a realização do debate sobre a Lei da Nacionalização de Empresas.

SEM TER ONDE ESTUDAR. 100 MIL CRIANÇAS CLAMAM NA GUANABARA

Ào aproximar-se o início de cada ano letivo repete-se nesta cidade do Rio de Janeiro o espetáculo das corridas às filas das escolas públicas, em que as mães de cerca de quinhentas mil crianças vão procurar uma vaga para a matrícula de seus filhos.

Embora com um dos mais elevados índices de escolarização da Região Leste do país, o Estado da Guanabara apresenta aspectos sérios e de solução urgente no que tange à escola primária.

Razões de um "slogan"

Quando de sua campanha, o atual governador do Estado satureu a cidade com cartazes que insistiam numa reivindicação da população carioca: «Mão, eu quero escola».

A situação retratada pelo cartaz de propaganda era e continua sendo verdadeira, embora agora que a realidade não represente absolutamente o que deve ser uma solução justa para o ensino primário no Estado e no país.

Hoje, a população tem o direito de cobrar a promessa.

Onde estamos

No ano de 1957, de acordo com o Anuário Estatístico do Distrito Federal, apresentava o atual Estado da Guanabara um número de aproximadamente 75 mil crianças que não tinham onde estudar, embora se encontrassem dentro de idade escolar.

Considerando o crescimento demográfico acelerado desta unidade da federação, agravado pelos constantes movimentos migratórios que a demandam, podemos constatar que, no presente, mais de 100 mil crianças estão sem escola. Por outro lado, o número dos estabelecimentos escolares têm-se mantido praticamente estacionário ao longo dos últimos sete anos.

O Estado contava, em 1957, com 877 instituições escolares de ensino primário, existindo ainda mais 1.738 estabelecimentos particulares. O número de classes em funcionamento era, respectivamente, de 6.705 e 4.928, com uma matrícula efetiva de 341.409 alunos, para uma população infantil de 415.241 crianças (de 5 a 14 anos).

De 1957 até hoje, a situação teve suas cifras modificadas apenas para pior. Não aumentou o número de escolas, o aumento demográfico continuou.

Nem todas as escolas públicas existentes são um atendimento que seria natural e possível, por funcionarem apenas em um turno, de modo que, um segundo turno, no qual poderia ser

"Moço, eu quero Escola"

atendido um número idêntico de alunos, não existe por falta de professores e de material em virtude da desídia da autoridade responsável.

A escola particular

Embora em maior número que as públicas, as escolas particulares apresentam, no entanto, um menor índice de classes, conforme já mencionamos, com uma diferença a menos de aproximadamente duas mil.

A escola particular fornece, como é de todos sabido, um ensino caro. Destinando-se a camadas específicas da população, cuja renda familiar permite os altos gastos com a escola particular, que são ainda mais elevados pelas taxas exorbitantes de matrícula, pelos uniformes dispendiosos e pela própria procura de que são alvo, o que lhes permite negociar à vontade com os preços cobrados.

Comprovadamente, não existe vantagem do ensino particular sobre o público. Não é aqui o lugar para entrarmos em maiores minúcias sobre a escola pública, no entanto cabe tocar no assunto ao falar-se do subvencionamento feito às escolas particulares a fim de prestar ensino gratuito à maneira das escolas públicas.

A experiência realizada nos últimos anos demonstrou o erro e as péssimas consequências da manutenção de escolas particulares subvencionadas pelo Estado. As despesas que normalmente alegam aqueles estabelecimentos, como sendo o necessário à prestação do en-

sinho, estão muito acima da realidade, razão pela qual a verdadeira exatidão das contas estaduais, o que entretém os privilegiados, como é o caso de um vereador que mantém grande estabelecimento de ensino em Jacarépaguá.

Além desse aspecto econômico, não foram poucos os casos de mau ensino que afetaram as crianças em idade escolar, devido às péssimas condições de ensino e de infraestrutura de algumas escolas particulares.

O rolê das professoras

O projeto recentemente aprovado pela Câmara de Vereadores representa um aspecto importante na procura de uma solução para o problema do ensino primário. Por meio de uma reclassificação das turmas de folgas e turnos de professoras e alunos, possibilita-se a ampliação da capacidade atual das escolas públicas em cerca de 50 mil novas matrículas.

Mais escolas públicas

A população não poderá contar com uma rede eficiente de escolas primárias, enquanto o governo do Estado não tomar medidas drásticas visando à criação de escolas públicas. As iniciativas de associações ou entidades das classes produtoras aparecem como casos isolados, caracterizados demagogicamente e que, mais cedo ou mais tarde, haverão de recair sobre o próprio Estado, não sendo asseguradas as mesmas uma possibilidade de empreendi-

mento contínuo. E, acima de tudo, prestar educação é dever do Estado.

As entrevistas que o sr. governador tem realizado em alguns bairros têm sido caracterizadas por um afluxo volumoso de pedidos de matrículas de crianças em escolas públicas e de abaixo-assinados de moradores solicitando a construção de novas escolas.

Existem, espalhados pela cidade, vários prédios que se destinavam a estabelecimentos escolares públicos e cuja construção se encontra interrompida.

No Estrada Vicente de Carvalho, por exemplo, próximo a Madureira, existe o esqueleto de uma grande escola pública, a qual poderia ser terminada em poucos meses, a fim de dar melhor atendimento em matéria de ensino à população daquele subúrbio.

Em outras regiões as mais clamorosas são as da população, mal servida em uma de suas principais necessidades, também não se deixam de ouvir as justas vozes dos professores primários. Trazem elas ao conhecimento das autoridades os seus problemas, dos quais resultou o emendamento de cerca de 11 mil servíças profissionais no Plano de Classificação.

Outro problema das mestras é o dos transportes. A residência de muitas delas está situada em pontos distantes dos locais de trabalho, sendo obrigadas a dispender de transportes precários, principalmente os trens suburbanos da Central e da Leopoldina. A estufa das longas viagens já é um fator que sobrecarrega muitas das deficiências docentes de nossa escola primária.

A quase totalidade das escolas existentes no setor do ensino primário, mesmo as maiores, estão desparelhadas, não oferecendo tampouco o mínimo conforto a professores e alunos. O exemplo da Escola Edgar Romero, em Madureira, onde o capim cresce à vontade e os delinqüentes utilizam-se dela à noite, e o da Escola General Osório, em Coelho Neto, com uma conservação precaríssima, são casos corriqueiros cuja existência não surpreende aos conhecedores do ensino primário no Estado.



O Lixo Invade a Cidade... Governador Nem Sente o Cheiro

O bem-falante e o bem-apeado governador da Guanabara que prometeu mundos e fundos em sua campanha

eleitoral mas não conseguiu convencer a maioria do eleitorado, colocou uma de suas metas de Governo a lim-

peza da cidade em três dias. Dois meses já são passados de sua posse, durante os quais muita água tem corrido pelas ruas dessa cidade sem esgotos e sem calçamento. Da mesma forma como o sr. Carlos Lacerda se esqueceu de numerosas outras promessas feitas ao eleito, a de limpeza foi também posta de lado. Até agora, a batalha da limpeza não passou do papel, o que não é de admirar tratando-se do sr. Carlos Lacerda. E, enquanto isso, a cidade maravilhosamente pretende fazer do turismo uma de suas principais fontes de renda, vai se transformando em uma imensa lixeira, a começar por suas ruas centrais.

A Lei da Borracha

O governador Lacerda passou o Carnaval na Ilha de Brocoio, refúgio de milionários, hoje pertencente ao Estado. Na quarta-feira de Cinzas alegou que trabalhara como um leão, enquanto a cidade se divertia. Difícilmente terá trabalhado mais que os músicos dos orquestras de bailes e ranchos, mais que os garçons e os moloneiros e condutores de bondes, mais que dezenas de milhares de pessoas que suam camisa durante os festejos de Momo, sem cantar nem sambar.

Enquanto despachava papéis no refúgio de Brocoio, Lacerda esteve tranquilo, certo de que a Operação Carnaval se desenrolava de acordo com os planos. De fato, a polícia também não descansou durante o sábado, o domingo, a segunda e a terça. Houve mais de duas mil prisões e pancadaria grossa. Provavelmente Lacerda, com seus solícitos auxiliares, bateu um record de brutalidade. Possivelmente nunca houve, em nenhum carnaval, tanta violência.

Trabalhadores de energia vão debater a Constituição

No próximo dia 24, sexta-feira, às 19 horas, os trabalhadores nos indústrias da energia elétrica da Guanabara realizarão uma reunião, na sede do seu Sindicato, na rua General Osório, nº 316, para debater a forma da Constituição de 1951, bem como o seu efeito na Assembleia Constituinte.

Não satisfeito, o governador, termi-

OS "CAPACETES AZUIS" PROTEGEM OS AGRESSORES COLONIALISTAS

HAMMARSKJOELD TRAIU LUMUMBA E DESMORALIZOU A ONU NO CONGO

No dia 14 de julho de 1960, a pedido do primeiro-ministro Patrice Lumumba, o Conselho de Segurança da ONU aprovava uma resolução exigindo a imediata reti-

rada de todos os militares belgas do território congolês e autorizava o secretário-geral Dag Hammarskjöld a "tomar todas as medidas de acordo com o governo do Con-

go, para prestar a esse governo a ajuda militar necessária até que a Força Pública congolês estivesse em condições de cumprir sua missão". A partir desse momento se acentuou a crise na mais jovem nação independente africana e começou o vergonhoso processo de traição contra o povo congolês, que culminou com o assassinio de Lumumba e seus companheiros M'Polo e Okito. Autores de crime foram os colonialistas belgas, ingleses e norte-americanos, para os quais a presença e a política de Lumumba representavam um obstáculo aos seus desígnios de perpetuar o controle que mantém sobre as riquezas minerais do país. Cúmplice ativo foi o secretário-geral da ONU, que, desrespeitando as decisões do Conselho de Segurança, utilizou as forças de que dispunha não para manter a autoridade do governo legal congolês, mas para minar a sua autoridade ao ponto de provocar a dissolução da administração central, do Parlamento livremente eleito e do Exército, que acabou por levar o país ao caos.

os elementos do sôdo dos colonialistas semearam o pânico entre os europeus nas principais cidades do país, dando o pretexto para o governo belga transportar grandes contingentes militares para a ex-colônia. Era o primeiro passo para recuperar uma situação que parecia perdida. De fato, os colonialistas, que inicialmente depositaram esperanças em que Lumumba seria um governante servil aos seus interesses (veja-se que tiraram-no da prisão para que ele participasse da reunião de Bruxelas, em janeiro de 1960, que decidiu os destinos do Congo, onde apoiaram a indicação do seu nome para chefe do governo e a política de unidade nacional que ele defendia em contraposição a Kasavubu), logo se convenceram, pela intransigência que ele revelou na defesa da soberania nacional, de que o domínio incontrastado que mantinham e a política de espoliação das riquezas minerais do território congolês que executavam, estavam ameaçados. Estabeleceram então o clima de provocação, levaram à prática a intervenção militar e, logo em seguida, serviram-se do laçao Moisés Chombé para manter sob inteiro domínio a província de Catanga, a mais rica do país e uma das maiores reservas mundiais em minerais estratégicos.

ros dias da segunda metade de julho, os capacetes azuis desembarcavam em Leopoldville. Entretanto, as tropas das Nações Unidas, ao invés de amparar as autoridades legitimamente constituídas, passaram a fazer a política dos opositores de Lumumba, mais exatamente de defesa dos interesses monopolistas. Orientado por Hammarskjöld, o comando da ONU no Congo não aplicou a decisão do Conselho de Segurança de providenciar a retirada dos militares belgas do país e, conseqüentemente, a outra de impedir a ingerência de qualquer país nos assuntos internos do Congo: permitiu que eles constituíssem e comandassem o exército-fantoches de Catanga, e mais, fechou os olhos para a remessa constante de materiais e armamentos para tal exército. Foi tão escandalosa a proteção a Chombé, títtere conhecido dos grandes trustes mineiros que operam em Catanga, que o comando da ONU, ao mesmo tempo que procurava desarmar o exército legal do Congo, se sujeitava às imposições catanguesas no que se refere ao envio dos capacetes azuis para Elizabethville (capital de Catanga) e se comprometia a "defender" o território catangues contra o ataque das tropas legais do governo congolês. Assim, o comando da ONU, ao invés de procurar garantir ao governo legal o direito de acabar com a rebelião, reunificar e pacificar o país, fazia exatamente o contrário.

Enquanto isso ocorria em relação a Catanga, na capital Leopoldville a situação era diferente. Os grupos que atuavam sob a orientação dos colonialistas, cujos representantes mais ativos em Leopoldville eram os embaixadores dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França, tramavam a derrubada do governo legal e a dissolução do Parlamento. O comando da ONU, cujas tropas lá se encontravam para prestigiar o governo legal, como o recomendara o Conselho de Segurança, fazia exatamente o contrário: estimulava a crise, adotando medidas de restrição à ação de Patrice Lumumba, ordenava a interdição dos aeroportos e impedia os governantes de utilizar a rádio oficial para informar o povo sobre a situação no país. A ingerência do comando da ONU se fez de tal maneira patente, que o Parlamento congolês e o primeiro-ministro Patrice Lumumba pediram ao secretário-geral do organismo que ordenasse a imediata retirada das tropas que pertenciam a países da OTAN do Congo e a sua substituição por contingentes africanos, a imediata desinterdição da estação de rádio nacional e o abandono, por parte da ONU, do controle dos aeroportos congolês. Cronicamente no mesmo dia, o secretário-geral se dirigiu ao Conselho de Segurança, anunciando que seguiria com a aplicação das medidas já adotadas e advertia que seria tratado como intervencionista, qualquer contingente da ONU que auxiliasse a ação de Lumumba. Logo depois, ilegalmente e contra o voto do Parlamento, o presidente Kasavubu destituiu Lumumba e formava um novo governo de inspiração colonialista, que foi imediatamente reconhecido pelo secretário-geral da ONU.

"ASSASSINOS! ASSASSINOS!" GRITAVA O POVO NAS RUAS

Multidões em Todo o Mundo Pedem Punição dos Criminosos Colonialistas

Consumou-se o crime: Patrice Lumumba, chefe legítimo do governo congolês, foi assassinado em Catanga, onde se encontrava prisioneiro. Com ele também foram sacrificados o ministro da Defesa, Maurice M'Polo, e o presidente do Senado, Joseph Okito. O ato bárbaro, praticado de acordo com o melhor modelo fascista e colonialista, provocou a justa cólera de todos os povos do mundo e os mais violentos protestos dos governos pacíficos e democráticos. Em Nova Delhi e Buenos Aires, Moscou e Londres, no Cairo, em Belgrado e em Bonn, até em Bruxelas e Nova Iorque multidões ganharam as ruas para condenar o crime colonialista e reverenciar aquele que tombou em defesa da independência e da soberania de seu país, que lutou até o último instante para assegurar ao seu povo uma pátria livre das garras do colonialismo opressor e escravizador.

morte do chefe do governo congolês.

Da mesma forma que na África, numerosas manifestações se registraram nos países asiáticos, principalmente na Índia e na Indonésia, onde multidões enfurecidas invadiram e destruíram as sedes das embaixadas dos Estados Unidos e da Bélgica. Em Djakarta, aos gritos de "Fora do Congo", milhares de pessoas atacaram a residência do embaixador dos Estados Unidos, destruíram os móveis e fizeram uma enorme fogueira. O chanceler indonésio, Subandrio, declarou: "O governo indonésio está comovido e assombrado por ver que tal fato pode acontecer no século XX". O primeiro-ministro Nehru, da Índia, condenou violentamente o assassinio de Patrice Lumumba, responsabilizando a ação da ONU pelo agravamento da crise congolês.

Na América, diversas capitais foram palco de manifestações anticolonialistas e de protesto contra a morte de Patrice Lumumba. Em Cuba, o governo revolucionário decretou luto oficial de 3 dias; no México, o chanceler Manuel Tello protestou com indignação contra o assassinio; em Buenos Aires e Caracas estudantes e trabalhadores realizaram manifestações diante da embaixada da Bélgica e desfilaram pelas ruas empunhando cartazes em que condenavam o secretário da ONU, o imperialismo e o colonialismo como responsáveis pela chacina de Lumumba e seus companheiros. E de se notar que nessas duas cidades a polícia investiu violentamente contra os manifestantes, realizando prisões e espancando, e que os governos da Venezuela e da Argentina silenciaram diante da tragédia ocorrida no Congo.

Fora o assassino

Quem falava era o sr. Adlai Stevenson, chefe da delegação dos EUA na ONU, o local era o Conselho de Segurança. Procurava ele defender o sr. Dag Hammarskjöld quando a manifestação eclodiu. Na galeria, dezenas de negros e brancos norte-americanos prorromperam em brados "Assassinos de Lumumba", "Os Estados Unidos são responsáveis", Hammarskjöld é um criminoso". A polícia investiu contra os manifestantes, o edifício da ONU foi evacuado e interditado para o público. Nas ruas de Nova Iorque a manifestação prosseguiu, aí então a polícia realizou prisões. Um dos manifestantes, falando à imprensa, declarou que interromperá o discurso de Stevenson "Porque ele defendeu esse assassino, Hammarskjöld".

O protesto do povo norte-americano, registrado também em cidades como Chicago, Detroit e Filadélfia teve o mesmo significado dos protestos realizados em Roma, Paris, Londres e outras capitais do chamado mundo "ocidental e cristão", cujos governos, desde o início, prestigiram a ação dos colonialistas belgas e estimularam a ação traiçoeira do secretário-geral das Nações Unidas.

Nos países, estudantes e trabalhadores atacaram a embaixada da Bélgica, realizaram passeatas e comícios de protesto, demonstraram publicamente sua repulsa à política de apoio aos que ainda oprimem os povos africanos.

Solidariedade total

Na maioria dos países africanos e asiáticos, assim como nos países socialistas e neutralistas, as manifestações populares tiveram grande repercussão e foram acompanhadas por declarações e atos dos governos dos respectivos países condenando os autores do crime, a cumplicidade dos colonialistas e a participação direta do sr. Dag Hammarskjöld nos acontecimentos que culminaram com o sacrifício de Patrice Lumumba e seus companheiros.

No Cairo, milhares de pessoas invadiram e destruíram as instalações da embaixada belga, ao mesmo tempo em que o chefe do governo Gamal Abdel Nasser decretava luto oficial e a paralisação do serviço em todo o país durante uma hora em sinal de pesar pela morte do líder do povo congolês. A embaixada dos EUA e um escritório da UNESCO não escaparam à ação da massa revoltada. Em Ghana, falando ao povo pelo rádio, o primeiro-ministro Nkrumah acusou a ONU como cúmplice do bárbaro crime, o mesmo ocorrendo no Mali, onde o presidente Modibo Keita acusou o governo belga e a ONU. Nesses dois países realizaram-se manifestações populares de protesto, visando principalmente as ingerências norte-americanas e britânicas da ONU. No Marrocos, na Guiné, na Libéria e na África do Sul o povo saiu às ruas para condenar sua indignação contra os responsáveis pela

"Lumumba, Lumumba"

Mais de 6 mil pessoas, durante 5 horas, assediaram a sede da embaixada da Bélgica em Moscou. A frente dos manifestantes encontravam-se centenas de jovens africanos e de outros países que estudam na Universidade da Amizade dos Povos. A manifestação moscovita, assim como numerosas outras realizadas em diversas cidades da União Soviética revelaram o sentido essencial do protesto oficial da URSS: "Os soviéticos associam-se ao povo congolês e aos povos sedentos de liberdade de todo o mundo, para inclinar-se ante os corajosos filhos do povo congolês, que defenderam com firmeza e inflexível energia a liberdade e a independência de sua pátria".

"Lumumba, Lumumba" — gritavam os manifestantes em Moscou, em Varsóvia, em Praga, em Bucareste, Sofia, Budapeste e Tirana.

Em Pequim e Changai, na Nova China, centenas de milhares de pessoas concentraram-se nas praças para protestar contra o crime hediondo. O governo chinês, em declaração oficial, acusa a ONU e realinha todo o seu apoio ao povo congolês em sua luta pela independência e unidade nacionais.

Condenação unânime

As manifestações realizadas em todo o mundo, às quais se juntaram os protestos da Federação Sindical Mundial, da Federação Mundial da Juventude Democrática e de outras organizações internacionais, revelam o sentimento que domina os povos de repúdio ao colonialismo e defesa dos milhões de africanos que lutam corajosamente pela libertação de suas pátrias da opressão e da escravização. Os assassinos e seus sócios estão sós, repudiados pelos trabalhadores de todos os países, inclusive daqueles que ainda governam. O estudante e o operário de Bruxelas se manifestavam, os negros do Harlem foram à sede da ONU dizer de que lado estão e, em Washington, jovens africanos que estudam nas universidades americanas foram às ruas protestar e mostrar que estão muito enganados aqueles que pensam ter comprado suas consciências.

A verdade sobre o Congo

Cinco dias depois de proclamada a independência do Congo, eclodiu um motim entre soldados da guarnição de Leopoldville, provocado por oficiais belgas, que ainda mantinham postos de comando, transformado imediatamente em vasta ação contra Patrice Lumumba e as instituições do governo. Procurando criar artificialmente uma situação que justificasse a intervenção externa,

DINHEIRO DE WALL STREET ACENDEU A FOGUEIRA NO CONGO

Colonialismo Sem Máscara: Urânio de Catanga no Centro do Drama Congolês

«Os Estados Unidos terão de comprar no exterior, em 1975, 80% de seu manganês, 70% do seu chumbo, 75% do seu cobre, 40% do seu ferro...» — essas afirmações estão contidas num relatório elaborado em 1955 pelo economista Paley, endereçado ao governo norte-americano. Por outro lado, sabe-se que o subsolo africano fornece atualmente a totalidade dos diamantes utilizados no mundo, a metade do antimônio, a terça parte do cobre e do cromo, 40% do manganês, 15% do chumbo e do estanho, 10% do urânio e 65% do ouro e do cobalto. Associando-se esses números e citando nomes como «Rhodesian Selection Trusts», «Anglo American» e «Union Minière de l'Haut Katanga», pode-se encontrar o principal motivo que levou o governo dos Estados Unidos, antes com Eisenhower e agora com mister Kennedy, a aplaudir a ação traiçoeira do sr. Dag Hammarskjöld no Congo, a justificar assim o bárbaro assassinio de Patrice Lumumba e a participar, juntamente com outros países da OTAN, através da Bélgica, da vergonhosa intervenção nos assuntos internos do Congo.

As razões

O golpe foi preparado pelos homens da «Union Minière» e por seus associados anglo-americanos dos grupos «Rhodesian» e «Anglo-American». A primeira, empresa belga organizada em 1906, sempre teve o Congo e, principalmente, Catanga, sob seu inteiro domínio. Esse ia a tal ponto que eles se deram ao luxo de permitir a participação dos governos da colônia como acionistas da empresa. Essa participação ficou assegurada, com o acordo sobre a independência, à administração da jovem República, que ficaria de posse de 22,5% das ações da companhia. Tal fato, entretanto, levou o pânico aos colonialistas e contribuiu em grande medida para a execução do golpe.

Para se ter uma idéia do que representa o Congo para os colonialistas, é bastante ver-se a posição da «Union Minière» na região. O gigantesco consórcio internacional, a mais poderosa das cinco sociedades que dominam a economia congolês, auferiu, em 1959, lucros da ordem de 3 bilhões e 60 milhões de francos, distribuindo aos acionistas dividendos acima de 34%, correspondentes ao triplo dos normalmente distribuídos na Europa Ocidental.

Com suas minas de cobre, cobalto e urânio, constitui um Estado dentro do Estado. Em 1959 ela detinha em suas mãos 8% da produção mundial do minério de cobre e 60% da produção total de cobalto no mundo capitalista. No que se refere à produção de urânio, a «Union Minière» ocupa uma posição destacada, muito embora as cifras não sejam divulgadas, sabe-se que a participação do Congo na produção de urânio no mundo capitalista varia entre 25 e 30%. Além do mais, a companhia possui mais de um milhão e meio de hectares de terra e tem participação na indústria de transformação e nas empresas de transporte e comunicação.

Onde entra o urânio

A «Union Minière» era uma sociedade belgo-britânica. De 1950 para cá, entretanto, os capitais norte-americanos começaram a participar da empresa. Primeiro com Rockefeller, que adquiriu 600 mil ações da «Tanganika Concessions Ltd.» (o grande consórcio inglês participava do controle da «Union»), depois através do grupo «Anglo-American», presidido por Harry Oppenheimer.

Além do mais, os interesses norte-americanos no Congo cresceram ao ponto de se tornarem predominantes, em virtude dos acordos firmados com os governos da Bélgica e da Inglaterra sobre a concessão do urânio extraído das minas ca-

tanguesas. Em 1956 e 1957, por exemplo, 90% da produção do minério estratégico foi adquirido pela «Combinéd Development Agency», dos EUA, que obteve também o privilégio de adquirir pelo menos 75% da produção anual até 1960 e nos anos subsequentes.

As grandes jazidas de cobre também despertaram os apetites agressivos dos colonialistas em relação ao Congo. As minas de Catanga fornecem um minério contendo de 3 a 7% de cobre, ao passo que as jazidas norte-americanas apenas 0,9% e as chilenas 1,8%. Por outro lado, enouando o preço do cobre no mercado mundial varia de 175 a 420 libras a tonelada, o custo do minério em Catanga oscila entre 85 e 135 libras. Tal situação permite aos grandes consórcios que operam na região a obtenção de lucros variáveis entre 100 e 200% no mercado mundial, nunca menos.

Os interesses do Congo

A situação excepcional que era proporcionada pelo governo colonial belga aos monopólios, tendia a ser abolida. Patrice Lumumba revelou, logo nos primeiros dias do seu governo, a intenção de utilizar ao máximo os recursos minerais do país para conseguir os meios para construir a nação e dar uma vida decente ao seu povo. Não titubeou em declarar que a República do Congo considerava nulos todos os acordos firmados pela antiga administração colonial com os grandes trustes, assim como anunciava que somente ao governo legal competia assinar convênios e contratos.

A sua disposição em exigir a participação do Congo nas empresas de exploração que tinham sede em Catanga, a exigência do pagamento de taxas mais altas pelos grandes consórcios internacionais que exploravam os recursos minerais do país, levaram definitivamente à movimentação dos grupos colonialistas, à preparação e execução do golpe separatista em Catanga e à crise que provocou o colapso das instituições e a divisão do país.

Não foi por acaso que o «Daily Mail» de Londres, ao comentar a revolta de Catanga, afirmava: «Só com o apoio dos grandes trustes foi que Chombé pôde levantar sua voz contra a ONU e até ameaçá-la. Evidente que Chombé é um instrumento nas mãos dos grandes industriais, que o utilizam em seu último e desesperado esforço para se apoderar das riquezas do Congo».

Eis por que, finalmente, Hammarskjöld pôde agir impunemente, utilizando as tropas da ONU não para cumprir as determinações do organismo, mas para servir aos interesses do imperialismo, dos colonialistas belgas e ingleses e do novo colonialismo norte-americano.

O drama

Entretanto, como a situação não se modificou radicalmente com a formação do governo anti-Lumumba, patrocinado por Kasavubu e presidido por Joseph Ileo; como o Parlamento e a maioria das tropas se mantinham fiéis ao governo legal, preparou-se um novo golpe, desta vez comandado por um coronel conhecido por suas ligações com os belgas: Mobutu, que dissolveu os dois ministérios, o Parlamento e formou um comissariado. Não é preciso dizer que o sr. Hammarskjöld logo passou a negociar com o novo "homem forte" do Congo e a tramar com ele, de acordo com os interesses dos colonialistas, a liquidação total de Lumumba.

Agora ex-primeiro-ministro, depois de passar algum tempo sob custódia das tropas da ONU, foi aprisionado pelos asseclas de Mobutu e Kasavubu que, em dezembro, sob a alegação de falta de garantias e sob as vistas complacentes e com a cumplicidade criminosos do comando da ONU, enviaram-no para Catanga, onde terminou seus dias brutalmente assassinado.

Fracasso do plano

Com o "fastamento de Lumumba da arena", esperavam os colonialistas, assim como o sr. Hammarskjöld, que a situação no Congo se resolvesse rapidamente e de acordo com os seus interesses. O panorama que se apresenta, entretanto, é completamente diverso. Com o estabelecimento do governo Gizenga, na Província Oriental, único legal, pois conta com o apoio da maioria do Parlamento e dos ministros que compunham o antigo gabinete Lumumba, que controla mais de um terço do país e conta com a simpatia da esmagadora maioria da população congolês, a situação se tornou mais difícil para os colonialistas. Estes terão dificuldades em dominar os territórios livres do Congo pela força e, além disso, o reconhecimento desse governo pela União Soviética, os países socialistas e numerosos países africanos impedirá o comando da ONU e o sr. Hammarskjöld, cuja autoridade como secretário-geral da ONU não é mais reconhecida pela URSS e outros países depois do assassinio de Lumumba, de utilizar os contingentes do organismo internacional em missões a serviço dos colonialistas.

A morte de Patrice Lumumba, diferentemente do que esperavam os seus autores, provocará mais rapidamente a derrocada do colonialismo no Congo, a reintegração do país na comunidade dos países livres do mundo e o desaparecimento definitivo dos trustes usurpadores e espoliadores das imensas riquezas da região.

EXCLUSIVO! Cientista soviético escreve para NOVOS RUMOS

Segredos de Vênus Serão Revelados ao Homem

N. BARABACHOV

Diretor do Observatório Astronômico da Universidade estatal de Karkov, da Academia de Ciências da República Socialista Soviética da Ucrânia

Toda o mundo recebeu com entusiasmo a notícia de que a União Soviética enviou uma estação interplanetária automática a Venus, o planeta mais próximo da Terra e que mais tenazmente se envolve em mistério.

Em 1961 a situação de Venus está em melhores condições para os observadores. Em meados de abril, aproximadamente da Terra, chegando a uma distância de cerca de 42 milhões de quilômetros. Desde já brilha intensamente, mais do que qualquer estrela. Mas nesse momento em que Venus se coloca a uma distância mais próxima da Terra será coberta por sua sombra, ficando apenas uma metade iluminada pelo Sol.

De modo geral, Venus aparece ora como estrela matutina, ora como estrela vespertina, muito brilhante e facilmente observável. As vezes, quando a atmosfera está limpa ela pode ser observada a olho nu mesmo de dia, sob o Sol brilhante.

Ocultas pelas nuvens

Venus se movimenta numa órbita dentro da órbita terrestre. Mas, quando gira entre o Sol e a Terra, isto é, como dizem os astrônomos, quando se verifica sua «união mais íntima com o Sol», ela se aproxima da Terra até mesmo menos de 40 milhões de quilômetros. Mas, então ela invariavelmente volta para nós a face escura, não iluminada, como a Lua durante a lua nova. A distância média entre Venus e o Sol é de 108 milhões de quilômetros. A sua órbita aproxima-se de um círculo. O tempo de rotação de Venus em torno do Sol é de 225 dias terrestres e o seu diâmetro é de cerca de 12,5 mil quilômetros. A massa de Venus representa 0,818 de massa terrestre e a sua densidade é de 0,843 da densidade da Terra.

Assim, Venus é quase do mesmo tamanho que a Terra. Quando se acha mais afastada em relação ao Sol, é a mais brilhante de todas as estrelas e planetas. Nessa situação, seu resplendor ultrapassa a da mais brilhante estrela, Sirius, em quase treze vezes.

Observando-se Venus pelo telescópio, toda a sua superfície visível parece uniforme. Só, de quando em vez, em algumas partes pode-se notar esmaecidas manchas, menos ou mais iluminadas. Essa formação nebulosa é que nos impede, infelizmente, de ver a superfície do próprio planeta.

Em 1927 o astrônomo americano F. E. Ross fotografou Venus com a ajuda de grandes telescópios e descobriu que

nas fotos que receberam raios ultravioletas foram notadas várias manchas luminosas e escuras. Os pontos luminosos em Venus, segundo Ross, são nuvens semelhantes aos nossos cirros, e as sombras são brechas nas nuvens, através das quais se vêem as camadas mais baixas da atmosfera. Essas camadas têm uma cor parda-cinza, decorrente de uma nuvem de poeira que nelas flutua. Ross sugeriu que nos cornos de Venus encontram-se os seus pólos. As manchas que constituem brechas nas nuvens distribuem-se próximas ao equador do planeta. Essas manchas são muito instáveis, transformam-se rapidamente, surgem e de novo desaparecem.

No período de 1950-1954 estabeleceu-se que as nuvens que envolvem Venus têm o aspecto de raios e se parecem com os que observamos na Terra se nos afastássemos desta a uma distância suficientemente grande.

O dia e a noite... o que são?

Venus, com exceção da Plutão, é o único planeta do sistema solar, cujo tempo de rotação em torno do eixo, em outras palavras — a duração de seus dias e noites — não nos é completamente conhecido. A seu respeito só podemos fazer conjeturas mais ou menos dignas de crédito. Já em 1903-1911 o acadêmico A. A. Belopolski em Pulkovo tentou, com base em observações espectroscópicas de Venus, determinar o tempo de sua rotação em torno do eixo. A seu ver, o tempo de rotação é de 34,5 horas. Mas essa sua observação não pode ser considerada cientificamente demonstrada.

O célebre astrônomo americano, P. Lowell e outros observadores também não puderam conseguir nenhum resultado digno de crédito. V. Pickering (EUA) supõe que o período de rotação de Venus em torno do eixo é igual a 68 horas. V. Stevenson (EUA) supõe que é igual a 8 vezes 24 horas (dia e noite).

A. Dulfus (França) e vários outros observadores chegaram à conclusão de que o dia e a noite em Venus têm duração idêntica e constituem 225 dias e noites terrestres. Se sua afirmação correspondesse à realidade, então as condições físicas em Venus seriam muito peculiares, muito diferentes das terrestres: um hemisfério do planeta estaria eternamente mergulhado na escuridão, enquanto o outro se esquentaria sem interrupção e seria iluminado pelo Sol. Isso provocaria grande diferença de

temperatura entre os hemisférios iluminado e não iluminado.

Em 1956, D. Kraus, na Universidade do Ohio (EUA), descobriu o surgimento em Venus de irradiações na onda de 11 metros com o período de 13 dias e noites. Considerando a rotação da Terra em torno do eixo, calculou que o período de rotação de Venus deve equivaler-se a 22 horas e 17 minutos. No entanto, observações posteriores não confirmaram a existência de explosões.

Ultimamente o astrônomo americano R. S. Richardson, no Observatório de Monte Wilson por meio de observações espectrais, com grande grau de probabilidade, demonstrou que se a rotação de Venus fosse orientada do ocidente para o oriente o período de sua rotação deveria ser de mais de sete dias e noites terrestres, e se fosse do oriente para o ocidente, seria algo mais de 3,5 dias e noites.

O planeta é muito quente

I. Sinton (EUA) realizou medições radiométricas da temperatura à altura da camada de nuvens de Venus (mas a altura dessa camada a partir da superfície do planeta não nos é exatamente conhecida), que revelaram menos 39 graus Celsius.

Qual é, porém, a temperatura na superfície de Venus?

Até agora considerou-se que é de cerca de mais de 60 a mais de 80 graus. As observações pelo rádio deram resultados extremamente inesperados. Os sábios soviéticos A. D. Kuzmin e A. E. Salomonovitch realizaram-nas por meio de um poderoso radiotelescópio da Instituto de Física da Academia de Ciências da URSS. 17 dias após a união de Venus com o Sol, quando tinha o aspecto de uma foice estreita, a temperatura da superfície do planeta, segundo essas observações, era de mais de 170 graus. Determinou-se também que nas regiões de Venus, onde o Sol está no zênite, a temperatura se eleva de mais de 200 a mais de 300 graus. A noite, evidentemente, chega a zero.

Como explicar, porém, divergências tão considerável nas grandezas das temperaturas, determinadas por meio de termo-elementos e radiotelescópios? Ao que parece, tratar-se aqui de que as medições térmicas (de radiação) registram a temperatura das camadas superiores e mais frias da atmosfera, e as radioastronômicas, a superfície do planeta. Se observações posteriores confirmarem esses resultados, teremos que admitir que em Venus a temperatura é extremamente quente e que as baixas de água em sua superfície, se as há, devem na pressão comum da at-

mosfera da Terra evaporar-se fervendo. Se tal não acontecer, isso deve comprovar a considerável pressão da atmosfera de Venus.

As estações do ano

Um problema extraordinariamente sério é o da inclinação do eixo de rotação de Venus sobre sua órbita. Uma vez que as estações do ano no planeta resultam do efeito dessa inclinação. Se o eixo de rotação do planeta for perpendicular ao plano de sua órbita, neste caso não haverá estações do ano no planeta. Existirão apenas zonas climáticas, em cada uma das quais o tempo será sempre imutável. Uma vez que na superfície de Venus não se avistam detalhes acentuados permanentes, é muito difícil determinar a inclinação de seu eixo. Por esse motivo, até agora não há absoluta certeza quanto a grandeza dessa inclinação. Há apenas conclusões mais ou menos certas a esse respeito.

Assim, por exemplo, G. Coiper (EUA), à base do estudo do polo no disco de Venus, chegou à conclusão de que as camadas atmosféricas com suas formações nebulosas distribuem-se paralelamente ao equador do planeta. Partindo dessa conclusão, ele verificou que a inclinação do plano do equador de Venus em relação ao plano de sua órbita é de 32 graus. O astrônomo soviético V. I. Ezerskii, do Observatório de Karkov, ao proceder à comparação da distribuição da luminosidade dos polos sobre o disco de Venus nela encontrou diferenças sistemáticas. Chegou à conclusão de que eles estão ligados por modificações de acordo com as estações em Venus. Mas essas diferenças, segundo parece, só podem ser explicadas caso ocorra que a inclinação do plano de sua órbita é de 32 graus. Em resumo, chegou à mesma conclusão de Coiper. Lembremos que a inclinação do plano do equador da Terra é de 23 graus e 27 minutos. Daí admitir-se que se as conclusões a que chegaram Coiper e Ezerskii correspondem à realidade, então devem existir estações do ano em Venus.

É possível que haja oceano

Já dissemos antes que a superfície de Venus está permanentemente oculta à nossa observação por uma espessa camada de nuvens e apenas podemos fazer suposições a seu respeito. A base de uma série de verificações efetuadas sobretudo no Observatório astronômico da Universidade de Karkov, pode-se chegar à conclusão de que a superfície de Venus é relativamente sombria e que reflete cerca de 25 por cento da luz que sobre ela incide, uma vez que as nuvens que pairam na sua atmosfera refletem mais de 50%.

No processo da elaboração da fotometria de Venus, o autor destas linhas se convenceu de que Venus reflete a luz que se difunde sobre sua superfície devido a algumas propriedades espelhadas naturais.

Semelhante resultado foi obtido mediante o estudo da polarização da luz refletida por Venus. É perfeitamente natural supor que a superfície de Venus possui determinadas propriedades espelhadas, características, por exemplo, do oceano. É de supor-se também que uma parte do efeito do espelhismo seja produzido pelos cristais glaciais nas nuvens de Venus. É possível que aqui atuem ambas as causas.

O autor deste artigo, ainda em 1949, à base de observações fotométricas, chegou à suposição de que naquele planeta pode existir uma enorme superfície aquática — um oceano. Esta mesma idéia, na base de outras hipóteses, foi aventada em 1955 pelos astrônomos norte-americanos Menzel e Weepel.

A atmosfera e sua composição

As observações demonstram que a atmosfera de Venus deve possuir considerável densidade. A existência em Venus de uma atmosfera densa foi descoberta ainda de 1761 pelo eminente cientista russo, Lomonósov. Ao observar a passagem de Venus pelo disco do Sol, ele verificou que com o aparecimento do planeta no disco solar a borda deste último não era clara, «enquanto antes era limpa e toda igual». Quando Venus se aproximou da outra extremidade do disco solar, também se verificou «uma zona solar obscura» e o disco luminoso em torno do disco obscuro de Venus já se avizinhava do disco do Sol. Desta observação, Lomonósov chegou à conclusão de que Venus está «envolvido por uma notável atmosfera, semelhante (apenas que não tão grande) à que envolve nosso globo terrestre».

Ao observar-se a foice de Venus pode-se verificar que sua extremidade prolonga-se além do melado da circunferência, enquanto os cornos sumamente delgados ultrapassam até

mesmo a tircula inteira que envolve o disco sombrio do planeta. Este prolongamento dos cornos da foice e do disco explicam-se pela difusão da luz nas camadas superiores da atmosfera de Venus.

O espectro de Venus tem sido estudado por muitos astrônomos. Suas observações demonstraram que a quantidade de hidrogênio em sua atmosfera, sobre a superfície de nuvens, não pode ultrapassar de 1/1000 da quantidade de hidrogênio de toda a atmosfera da Terra. Não foi revelado vapor d'água nessa camada. No entanto, em 1960, elevando o telescópio à altura de 24 quilômetros, Strong (EUA) conseguiu descobrir vapor de água na atmosfera de Venus.

O estudo de Venus com a ajuda de filtros luminosos mostra que sua atmosfera deve compor-se de duas camadas. A camada superior é delgada e dispersa, sendo consideravelmente maior a profundidade da camada inferior. Esta camada deve ter uma cor amarelada. Em 1932, V. S. Adams e T. Danhem (EUA), no Observatório de Monte Wilson, descobriram vastos campos de gás carbônico. E que sobre as nuvens de Venus encontram-se grande quantidade de gás carbônico, correspondendo a camada desse gás a uma espessura de 400 a 3.200 metros de pressão atmosférica terrestre. Pode-se supor que sob a camada de nuvens de Venus existem hidrogênio e vapor d'água.

É necessário recordar que o famoso astrônomo francês, B. Liot, em suas observações polarimétricas, concluiu que a polarização da luz de Venus é muito semelhante à polarização das nuvens, que se compõem de pequenos gotos de água. Pode-se supor que o hidrogênio, que é o mais paramagnético dos gases, existirá abaixo da camada de nuvens de Venus.

É perfeitamente crível que uma parte do hidrogênio que pode haver acima das nuvens, sob a ação da calorificação intensiva dos raios ultra-violetas do Sol sofre uma fortíssima ionização. O cientista soviético Koziriev, ao estudar o espectro da luz cinzenta de Venus, observada frequentemente por muitos astrônomos, constatou nela uma grande quantidade de linhas espectrais não coincidentes, mas não encontrou uma linha de hidrogênio.

Koziriev estabeleceu que a luminosidade do céu noturno de Venus é aproximadamente 50 vezes mais intensa do que a da Terra. Mas isto não é estranho. Como planeta mais próximo do Sol, sobre Venus cai uma quantidade muito maior de partículas lançadas pelo Sol. É interessante que a irradiação de Venus mostra que em sua atmosfera se processam intensas descargas elétricas do tipo das tempestades,



aproximadamente mil vezes mais fortes do que as da Terra.

Vemos que nosso conhecimento de Venus ainda é bastante modesto. No entanto, agora quando a ciência soviética abriu-nos amplas possibilidades para o estudo do Cosmos, quando as estações automáticas interplanetárias estão em marcha em novos cruzeiros cósmicos, podemos desvendar os mistérios que nos separam de Venus — a irmã mais próxima de nossa Terra.

NOVOS RUMOS

Não Sabem Amar

O que desmoraliza, o que denuncie, o que condena os dominadores, os colonialistas, os reacionários, os criminosos é a falta de imaginação. Assim, os belgas, os norte-americanos, o secretário da ONU, uma rédea dem como já pretendia Henrique IV, há cinco séculos passados, converter os povos da África ao cristianismo, o que significa explorá-los e escravizá-los. Onde quer que estejam, onde quer que vão, cometem as mesmas violências, no passado como hoje. Não se corrigem. Não se modificam. As suas ações têm marca registrada: presentemente, «made in USA». Os seus pés se habituaram a pisar em cadáveres. Os seus olhos a verem a desolação e a miséria. Os seus ouvidos a escutar lamentos e imprecações. As suas mãos se habituaram a empunhar chicotes e a roubar os bens dos nativos. Nunca aprenderão a viver. Nunca aprenderão a amar. E como não sabem viver e nem sabem amar, não entendem os anseios de liberdade, de justiça, de bem-estar que impele a humanidade, preta ou branca. Por isso mataram Lumumba. E pensaram que poderiam fazê-lo, impunemente, e sem testemunhas. Mas havia uma estrela espionando, horrorizada, dentro da noite. Contam que amanhecia, quando mataram Garcia Lorea. Em todas as horas de muitos dias e de muitas noites mataram milhões de homens, de mulheres, até de crianças, mas não conseguiram, até hoje, matar os sonhos legados, por esses mortos, à humanidade. Dentro de uma noite africana ou no começo de um dia, em qualquer continente, são, sempre, os mesmos. Falta-lhes imaginação.

Mataram Lumumba, mas se esquecerem de que não podem matar todos os negros, nem os seus anseios de libertação. E como um símbolo desses anseios, numa atitude de dramática pureza, a mulher de Lumumba desfilava pelas ruas, com o busto nu. E essa pureza que merece um poema, uma escultura, um quadro, os dominadores, os colonialistas, os reacionários, os criminosos D. Henrique IV, os armadores dos navios negreiros, os mensageiros do cristianismo não puderam arrancar do povo negro, nem há cinco séculos, nem agora, quando mataram Lumumba. Não conseguiram sujar, com o artifício do biquini, o seio negro e puro dessa mulher que chorou o companheiro assassinado, por si, por seu amor, pelo amor de todas as mulheres africanas, e que dá o testemunho público de sua revolta e de sua fidelidade aos costumes de seu povo. Os seios dessa mulher criaram três filhos e é como se tivessem criado todos os filhos da África, todas as crianças, até as nossas daqui, as libertadas, de quem as negras têm sido, mães carinhosas: Foi esta a história contada por aquela estrela, a estrela que os criminosos não puderam apagar, como não poderiam apagar, nunca, a marca de suas violências.

Era uma vez um negro chamado Lumumba, cuja morte foi uma semente de vida multiplicada na luta pela liberdade dos negros e de muitos brancos que, também, são escravos.

Ana Montenegro



Panorama visto do alto

Nas instalações dos foguetes cósmicos figuram aparelhos especiais para fotografar a Terra, as nuvens e a situação do foguete no espaço. Esta é uma fotografia da Terra feita por meio de tais aparelhos, de uma altura de 120 quilômetros. Os cientistas começam a penetrar nos segredos do cosmos, e não está longe o dia em que o homem será enviado ao espaço interplanetário

Dois Anos de Milagres

ALMIR MATOS

Enviado especial a Cuba

(II de uma série de cinco reportagens)

Preparada para fazer face à anunciada invasão lanque e mostrando, no desfile do dia 2 de janeiro, o enjume poderio militar que já possui, o povo cubano comemorou o segundo aniversário de sua revolução. Foram dois anos de uma luta difícil e desigual, mas uma luta vitoriosa. O país se libertou de toda dominação estrangeira; já não é a mina que servia para enriquecer tantos milionários americanos, nem nas ruas de Havana apareceram os debochados «marines» para prostituir moças ingênuas ou ultrajar o monumento a Martí. Os problemas de Cuba já não são resolvidos na Casa Branca ou em Wall Street, mas na própria terra cubana, perfeitamente identificados o seu Governo e o seu povo. E, libertando-se da dominação estrangeira, libertou-se o país, ao mesmo tempo, da brutalidade dos «senhores de terra» e de todos os demais entraves que impediam ao povo o acesso aos bens materiais, à cultura e à liberdade. A tirania de Batista era a dominação e o atraso, o terror e o obscurantismo — tudo a serviço dos seus patrões dos Estados Unidos.

Eis apenas alguns dados, ilustrativos do estado a que foi arrastada Cuba pela tirania pró-imperialista: em 1958 a produção de açúcar, base de toda a economia cubana, atingiu o nível de 1927, quando a população do país era a metade da atual; o desemprego chegava na entressafra do açúcar, o mais de 800 mil pessoas, numa população de 6 milhões; praticamente tudo que se consumia em Cuba era importado dos Estados Unidos, gastando-se 140 milhões de dólares só na compra de gêneros alimentícios; nenhum direito era reconhecido aos cidadãos, e andar à noite pelas ruas era uma aventura cheia dos mais graves riscos. Enquanto isso acontecia, Batista e seus aduladores viviam como nababos, chegando a fortuna pessoal do tirano a cerca de 100 milhões de dólares.

Tudo isso, e muito mais, foi varrido pela revolução: os cubanos iniciaram uma nova vida, a vida que há dois anos constroem com tanta paixão e tão grande entusiasmo.

Frutos da revolução

Além da conquista da independência nacional e da liberdade, que representa a revolução para o povo cubano no plano material? Há duas maneiras de responder: uma com os dados estatísticos e outra vendo o povo, acompanhando os camponeses nas «tiendas del pueblo» e os operários ou os jovens ou os donos-de-casa nas ruas, nas lojas, nos armazéns. Mas só há uma resposta possível: o povo vive melhor, porque vive feliz.

De modo geral, nesses dois anos de revolução o custo de vida sofreu uma redução de 20 a 25%. Inicialmente, os salários mais baixos e o salário mínimo foram aumentados, estabilizando-se em seguida todos os salários, do mesmo modo que os preços de todos os gêneros. Mas houve uma enorme redução

das despesas: os aluguéis foram reduzidos em 50%, os remédios em 30% e os tarifas de energia elétrica e de gás em 30%. No campo, principalmente, essa redução ainda foi maior: nos «armazéns do povo», que substituíram os «barracões» dos latifundiários, todos os gêneros passaram a ser vendidos com uma diferença de pelo menos 30%. E isso — o que é importantíssimo — ao mesmo tempo em que diminuiu drasticamente o desemprego para os trabalhadores assalariados e que os pequenos produtores deixavam de pagar a renda aos latifundiários e encontravam preços melhores e seguros, pagos pelo Estado, para a sua produção.

Acaba-se o desemprego

O objetivo do Governo Revolucionário é extinguir totalmente o desemprego em fins de 1962. «Então — dizia há pouco Ché Guevara — a nossa situação será a que existe hoje nos países socialistas: precisaremos de mais gente para trabalhar». O ritmo em que, nesses dois anos, diminuiu o desemprego — flagelo que acobrava ano após ano os trabalhadores de Cuba — autoriza acreditar-se na previsão de Guevara. Talvez com exagero, calcula-se em 200 mil o número atual de desempregados. Mas, já em algumas zonas agrícolas começa a ser sentida falta de mão-de-obra — ali onde a diversificação da produção já chegou a um ponto mais alto. E' quase incrível a rapidez com que vai sendo absorvida a mão-de-obra disponível. Basta o exemplo do algodão: Cuba não produzia algodão, mas já em fins de 1960 estavam cultivadas cerca de 20 mil hectares, representando novos empregos para 50 mil cubanos; em fins de 1961 deverão estar cultivados 40 mil hectares, empregando-se nessa nova lavoura cerca de 120 mil pessoas.

Ao lado disso, nas cidades, vai cessando o desemprego graças ao aumento da produção nas fábricas (trabalhando normalmente em três turnos) e à construção incessante de novas e novas fábricas. Podem ser lidos diariamente nos jornais de Cuba os comunicados do Ministério do Trabalho designando centenas de novos trabalhadores para a indústria em crescimento. Este ano, 23 novas fábricas serão inauguradas, enquanto aproximadamente 100 outras fábricas serão instaladas nos próximos anos, graças aos contratos firmados com os países socialistas. Mas não vamos tratar aqui da industrialização. Esse será um outro capítulo nesta série de reportagens.

Terra para os trabalhadores

Toda a terra pertencente às empresas americanas e aos latifundiários cubanos passou para a propriedade do povo. As grandes fazendas transformaram-se em cooperativas ou «granjas do povo», enquanto os pequenos e médios arrendatários, parceiros e posseiros ficaram com a terra como propriedade individual. Desapareceu por com-

pleto o miserável império do latifúndio — que submetia o país à condição de semicolônia e os trabalhadores ao desemprego e à fome. Hoje, mais de 1 500 cooperativas estão organizadas em Cuba, representando 30% da produção agrícola do país. E aos pequenos e médios produtores, em solenidades que se repetem diariamente ao longo de toda a ilha, já foram entregues quase 30 mil títulos de propriedade. A terra passa, assim, para as mãos de seu verdadeiro senhor: aquele que a trabalha.

Conseqüências imediatas da reforma agrária: aumento e diversificação da produção e elevação vertical do padrão de vida das massas do campo. Em 20 meses de reforma agrária, a produção do arroz (antes, era proibido importar do Japão, mas o arroz que vinha dos Estados Unidos era o japonês) saltou de 3 milhões e 800 quintais para 4 milhões e 600 mil quintais. A produção de feijão (antes, não existia praticamente essa cultura: 90% eram importados dos Estados Unidos) atingiu, em fins de 1960, 2 milhões e 300 mil quintais. E mais ou menos o mesmo em relação à batata, ao tomate, ao milho, etc. E mais: toda a produção é colocada com segurança e por preços mais altos do que antes. O comprador é o INRA.

Só mesmo os fanáticos do imperialismo podem, diante de tais dados, que dão apenas uma pálida idéia da grandiosa transformação que se opera no campo cubano, alimentar ilusões em «levantes camponeses». Pode «O Globo» reproduzir à vontade os mentirosos da UPI ou da AP. Tudo será em vão.

Casas para o povo

Como acontece em geral em nossos países, o povo cubano sofria tremendamente o problema da habitação: alugueis escarchantes e infames condições de moradia. Como resolvê-lo? O Governo Revolucionário adotou três gran-



Mecanizando a agricultura

des medidas: a) redução de 50% nos aluguéis; b) reforma urbana: transmissão das casas residenciais aos seus ocupantes no caso de não serem utilizadas pelos proprietários; c) construção em massa de novas residências para os operários e camponeses.

Era um «milagre» da revolução: em poucos anos deixará de existir em Cuba o problema da habitação e todos serão proprietários das casas em que moram. Pôs-se fim à renda imobiliária.

Esta terra é de Manzanillo, na província de Oriente. Pela primeira vez chegam aqui máquinas. E' uma cooperativa: planta-se algodão, também pela primeira vez, e se constroem casas para os camponeses. A reforma agrária cubana permitiu que os trabalhadores agrícolas se libertassem da produção semifeudal reinante na ditadura de Batista.

Hoje, em todo o território cubano, 800 mil casas estão sendo transmitidas aos seus ocupantes — e cada transmissão é uma festa.

Ao lado disso, 10 mil casas já foram construídas pelo Estado (INAV) ou pelas cooperativas e esse número chegará a 20 mil em fins de 1961. Mesmo com o risco de me alongar, não posso deixar de fazer uma menção especial ao que vimos em Santiago de Cuba. Há na capital dessa província

um bairro, Manzana de Gomez (ironia do povo: em Havana, Manzana de Gomez é um enorme bloco de escritórios e lojas de luxo), onde viviam, ao vegetavam, cerca de 600 famílias, lembrando algumas de nossas piores favelas: casebres de lata ou de palha e chão batido. Pois bem: a 10 quilômetros do centro de Santiago está sendo concluída a construção de um bairro novo — «Vista Alegre» — onde antes havia um latifúndio abandonado. O Estado ajuda a construção e paga aos construtores um salário diário de 2,25 pesos. Os construtores (as casas são pré-fabricadas) são os próprios moradores, orientados por técnicos do Estado. São 603 casas — e as famílias que as vão receber não pagarão um centavo sequer ao Estado. Acreditem, eu vi: para as famílias mais numerosas, há casas de dois andares e sete quartos. E nem é de graça, porque o Estado paga o trabalho de construção.

Ai estão somente alguns «milagres» ocorridos nesses dois anos da revolução. Há um outro «milagre» gigantesco em 31 de dezembro de 1961 não haverá mais em Cuba um só analfabeto! Mas essa será uma outra reportagem.

NOVOS RUMOS

ANO II

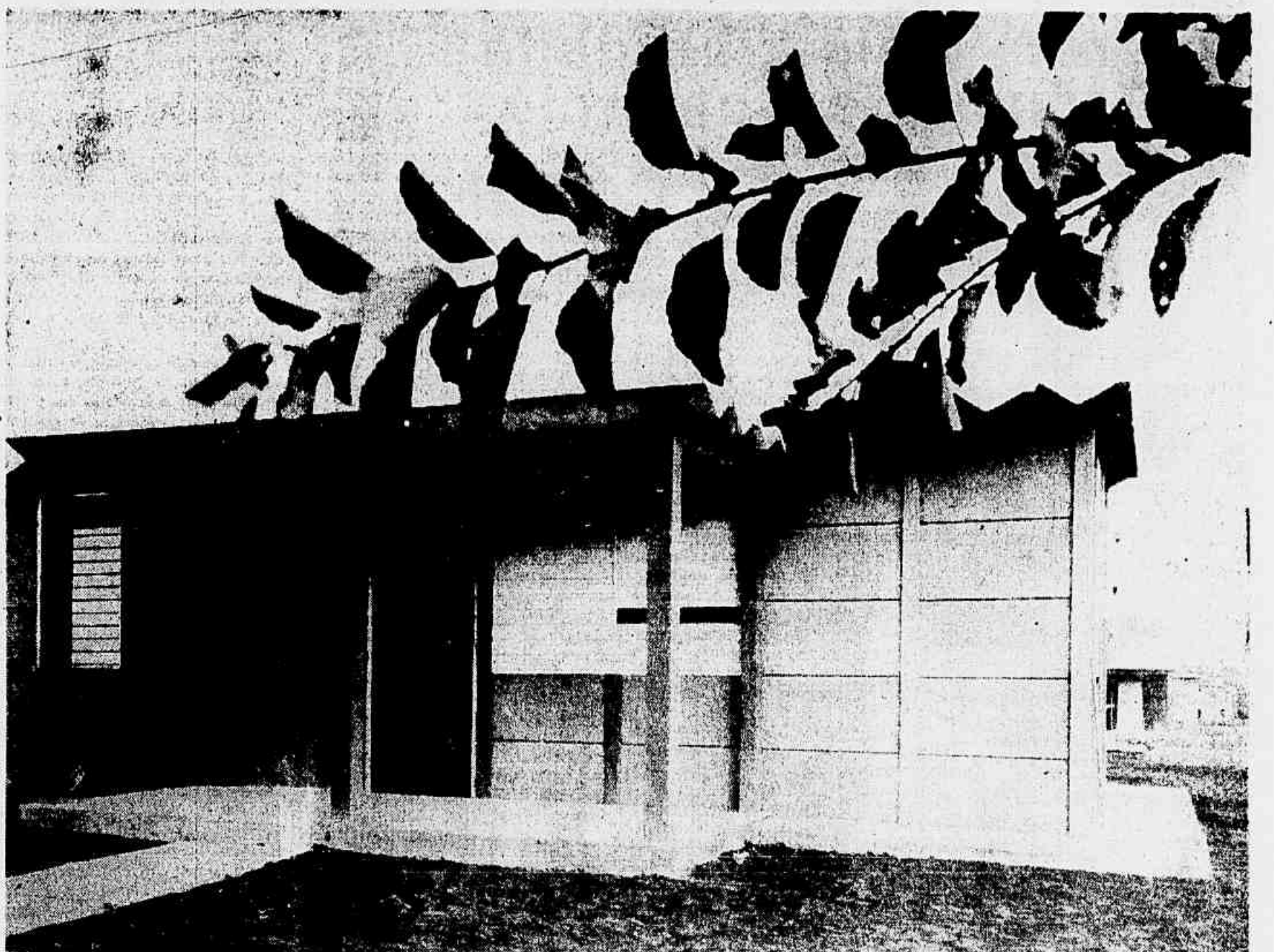
Rio de Janeiro, semana de 24 de fevereiro a 2 de março de 1961

Nº 103



Herança de Batista

Dois anos depois da revolução, ainda há quadros assim em Cuba: é a herança trágica de Batista e da dominação lanque. E' o bairro Manzana de Gomez, em Santiago



Boa habitação para todos

Visitamos esta casa, no bairro Vista Alegre: boa sala, três amplos quartos, excelente cozinha, serviço sanitário completo, gás, energia e um vasto quintal. Quanto custa? Nada. O bairro Vista Alegre, ainda não concluído, contém em mais de 600 casas, escolas, centros de diversão, biblioteca, enfim, tudo que o povo necessita e merece. Vão se mudar para o novo bairro os ocupantes do infeto Manzana Gomez. Pode surpreender a alguém de bom senso que um povo que está vivendo «milagres» como este não vacile um instante em dar a vida pela revolução.

Ferrovias Brasileiras: Deficits de Milhões

Se há uma questão que desafia as forças nacionalistas, exigindo uma solução positiva, esta é a do transporte ferroviário, ou mais concretamente, a da Rede Ferroviária Federal (RFF). Quando afirmamos que o problema ferroviário desafia os nacionalistas, partimos do fato de que somente as forças interessadas no desenvolvimento independente do país podem formular uma política de transportes de acordo com interesses reais da economia nacional.

Para se ter uma ideia do demantelo a que chegaram os transportes ferroviários no Brasil, vamos dar a palavra aos próprios diretores da RFF. No último relatório publicado (Relatório Anual — 1959), afirmam eles:

O déficit de cerca de 15 bilhões de cruzeiros (computado o da Viação Férrea do Rio Grande do Sul) equivale a cerca de 57% do déficit estrutural da União em 1959 e a cerca de 150% do total dos fundos atribuídos pelo Orçamento Geral da União para 1960 ao Ministério da Agricultura, da Educação e Cultura, da Marinha ou da Aeronáutica. Se eliminado, acarretaria importante aumento da capacidade de investir da União, já que representa 5 vezes os recursos da RFFSA para o reaparelhamento das estradas. O montante do déficit de um ano seria suficiente para concluir o Tronco Principal Sul, ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul em bitola larga. Ou, se destinado a investimentos em outros setores, bastaria para pavimentar 4.000 quilômetros de estrada de rodagem, ou instalar 500.000 kw de potência hidroelétrica (aproximadamente a capacidade de sistema do Rio de Janeiro) ou adquirir 300.000 DWT de navios. O significado deste déficit, no quadro do esforço brasileiro de investimentos em setores básicos da economia, avulta, finalmente, quando se verifica que equivale à soma dos recursos anuais dos Fundos de Reaparelhamento Econômico, Eletrificação, Marinha Mercante e Portuário.

Em face a situação tão grave, quase dramática, a posição do governo e dos responsáveis diretos pelas nossas ferrovias é praticamente de irresponsabilidade: reconhecem a existência do problema, apontam uma ou outra das suas causas, mas não vão além, nem sequer, se esforçam para esboçar um plano capaz de dar uma solução global para a questão.

Uma longa história

Não poderemos compreender as dificuldades atuais das estradas de ferro brasileiras se não remontamos

às origens dessas estradas, à história do seu surgimento. Os troncos principais do nosso sistema ferroviário foram lançados nos fins do século passado e nas duas primeiras décadas do século XX. Os interesses econômicos então predominantes no país eram — em escala ainda maior do que hoje — os do latifúndio e os do imperialismo, e as estradas de ferro foram construídas para servir a tais interesses, tendo em vista sobretudo a exportação. As nossas ferrovias não surgiram portanto em função das regiões econômicas no interior do país, do seu mercado interno, mas para levar aos portos o café, a carne, os minérios, etc. Quando muito, serviam a zonas isoladas ou eram criadas para valorizarem determinadas regiões dominadas por grupos de latifundiários que haviam chegado ao Poder.

O resultado de tudo isso foi a criação de um sistema ferroviário irracional, com ramais inteiramente econômicos, e, o que é pior, sem qualquer coordenação nacional. Em consequência, apenas 50% da rede atualmente existente pode, segundo os técnicos, ser economicamente útil.

Para completar o panorama histórico, é preciso apreciar o que aconteceu nos anos de pós-guerra. Finda a guerra, até quando as estradas se beneficiaram com um monopólio de fato, inicialmente pela precariedade das rodovias, e, durante o conflito, pelo racionamento dos combustíveis líquidos, as ferrovias encontravam-se desgastadas em virtude da falta de renovação adequada do seu material. O governo dando então prova de um desceio absoluto pela situação existente, sem qualquer preocupação de resolver uma questão decisiva para a economia do país, nada fez para aproveitar os saldos em moeda estrangeira acumulados durante a guerra a fim de reaparelhar nossas estradas de ferro. A prioridade concedida aos investimentos rodoviários, as baixas tarifas cobradas pelas ferrovias, uma política cambial de subvenções duvidosas às importações, tudo isso, aliado à inexistência de uma justa política nacional de transportes, redondo nos déficits de bilhões da RFF, na dramática situação em que se encontra a rede ferroviária do Brasil.

Desorientação: Anarquia atual

Em 1960 o déficit ferroviário deu um passo à frente e atingiu a casa dos 21 bilhões de cruzeiros. Acredita-se que chegue a 35 bilhões no ano corrente.

São muitas as razões invocadas para explicar os déficits e o seu

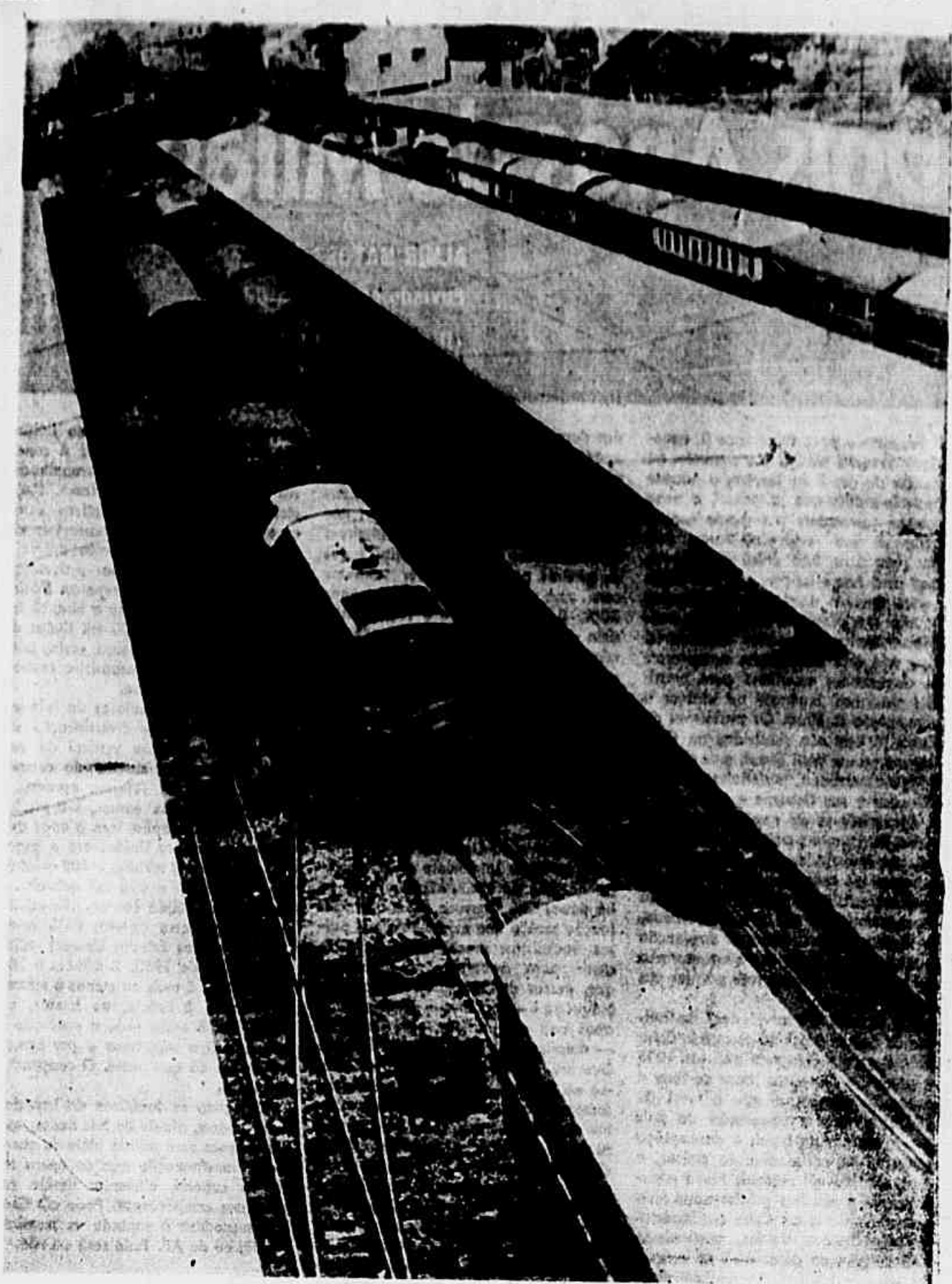
crescimento de ano para ano. Pensamos que muitas dessas razões são válidas. Mas pensamos também que muito mais importante do que apresentar uma ou outra razão isolada, é tentar fixar algumas idéias básicas sobre a crise atual e como vencê-la. O que não podemos é concordar com o caos atual, caos em grande parte estimulado pelo governo e os dirigentes da RFF, que, em lugar de apresentarem uma saída para a situação, enredam-se em intermináveis especulações, como, por exemplo, a de que se devemos ou não substituir as ferrovias pelas rodovias. Na verdade, o que tais discussões pretendem é fugir ao verdadeiro debate e, desse modo, impedir que as forças nacionais cheguem a formular o seu ponto de vista sobre o que deve ser uma orientação global para os investimentos em transporte no Brasil.

A anarquia e o caos chegaram ao auge no último quinquênio. Enquanto se investia, por conta da União, cerca de 64 bilhões de cruzeiros em rodovias, as ferrovias eram destinadas apenas 37 bilhões. A aquisição de vagões, carros, etc., encontra-se por isso atrasadíssima. E a política de tarifas ferroviárias acha-se na mesma situação de caos e anarquia.

Uma política nacional de transporte

Tudo indica que num país como o Brasil o transporte ferroviário tem ainda um importante papel a realizar. Isto não significa qualquer menosprezo pelos demais tipos de transporte. Ao contrário, os transportes só podem funcionar a pleno rendimento quando estejam integrados num sistema nacional único.

A complexidade do problema ferroviário brasileiro não admite soluções parciais. Tem ele que ser equacionado no quadro geral da economia brasileira, isto é, estabelecendo-se a sua relação com outras importantes questões. Não podemos, por exemplo, pensar em elevar a rentabilidade das estradas pelo aumento da densidade de tráfego, sem antes aumentar e diversificar a produção agrícola, por meio de medidas de reforma agrária, em zonas inteiras através das quais se estendem os trilhos da maioria de nossas ferrovias, e que são hoje inteiramente sufocadas pelo latifúndio improdutivo. Da mesma forma, não podemos resolver nossas dificuldades ferroviárias sem estabelecer uma perfeita coordenação entre transporte por estrada de ferro e por estrada de rodagem, entre investimentos rodoviários e ferroviários. A questão de nossas estradas tem ainda ligações diretas



Caos nas ferrovias brasileiras

com a indústria de material ferroviário e com o importante e atual problema das desigualdades regionais.

Não nos arriscamos aqui, além

O material usado em nossas estradas de ferro é obsoleto e insuficiente. Há falta de carros e vagões, tanto para os longos percursos quanto para o serviço suburbano. A situação da via permanente não é melhor. Os planos para reaparelhamento das ferrovias vêm sendo adiados desde o fim da guerra, e enquanto isso elas afundam na desorganização e no caos

do que foi dito, a apresentar nem mesmo as linhas gerais do que deve ser uma solução nacionalista para as ferrovias brasileiras. Acharmos porém que uma tal solução po-

de ser perfeitamente encontrada, num debate em que participem todas as forças interessadas no desenvolvimento nacional e independente de nosso país.

Nota Econômica: A Deterioração de Nossas Relações de Intercâmbio

O novo governo norte-americano, num esforço nitidamente demagógico, resolveu oferecer excedentes agrícolas dos Estados Unidos aos países da América Latina. Com esse fim, enviou uma comissão para percorrer vários países do Continente. No mesmo momento em que a missão chega ao Brasil, notícias procedentes do exterior informam que o ministro da agricultura do México recusou a oferta do Presidente Kennedy, e ao tomar tal atitude disse que a América Latina precisa é de bons preços para seus produtos de exportação.

Nada mais justo. Realmente, os países latino-americanos, como de resto, os demais países subdesenvolvidos, vêm assistindo, nos últimos anos, a queda dos preços de seus produtos de exportação, e, paralelamente, a elevação dos preços das manufaturas importadas dos países capitalistas avançados. Deterioraram-se as relações de intercâmbio dos países subdesenvolvidos, e isto em virtude da pressão baixista exercida pelos monopólios internacionais (em nosso caso, principalmente os norte-americanos) sobre os preços dos produtos primários, combinada com a alta relativa ou absoluta dos produtos industriais a desvalorização artificial do câmbio.

Em recente exposição, o então ministro da Fazenda, sr. Sebastião Pais de Almeida, apresentou um quadro impressionante sobre a involução dos preços mundiais dos principais produtos brasileiros de exportação, produtos que nos últimos anos têm representado cerca de 84% do valor global das nossas mercadorias mandadas para o exterior. Tomando os preços médios por tonelada em 1955 e 1960, temos o seguinte quadro:

	1955	1960	DIFERENÇA
Café	1.027,0	707,3	- 319,7
Cacau	745,6	554,1	- 191,5
Algodão	747,6	487,7	- 259,9
Açúcar	81,8	75,2	- 6,6
Minério de ferro	11,7	10,3	- 1,4
Lã	1.411,4	1.024,8	- 416,6
Mate	258,9	160,6	- 98,3
Laranja	121,8	54,1	- 70,7
Fumo	657,6	577,0	- 80,6

Ante dados tão eloquentes não é possível duvidar-se que somos, através do comércio exterior, submetidos a uma tremenda espoliação. E isso apesar do progresso técnico ser mais acentuado na indústria dos países avançados do que na produção primária das nossas mercadorias de exportação: em tais condições, se os preços houvessem baixado em harmonia com a maior produtividade, a queda deveria ter sido menor nos produtos primários que nos industriais, o que, na verdade, não se deu.

No decorrer do quinquênio 1954/58, por exemplo, ocorreu uma deterioração em nossas relações de trocas, talvez sem paralelo em outras épocas, e cujas repercussões tiveram maior gravidade, até mesmo do que as observadas na grande crise mundial dos anos trinta.

Comparem-se as duas situações. No período 1928-32, o preço médio da tonelada exportada pelo Brasil caiu de

47,0 libras-ouro para 22,4 libras-ouro, reduzindo-se a menos da metade, enquanto a tonelada importada por nosso país sofreu uma queda de 16 libras-ouro para 6,7 libras-ouro, diminuindo, portanto, numa proporção ainda maior. Resultou daí que nossas trocas, ao final da crise mundial, apresentavam acentuada melhoria, elevando-se o índice de intercâmbio (preço unitário da exportação, dividido pelo preço unitário da importação) de 100, em 1928, para 114, em 1932. Assim, o poder aquisitivo de uma tonelada de nossos produtos exportáveis subiu de 2.938 quilos, no primeiro ano, para 3.343 quilos, no último ano.

No período 1954/58, entretanto, a situação se apresenta bem diferente. O preço médio de nossa tonelada exportada caiu de 364,18 dólares para 149,81 dólares (menos 60%) e o preço médio da tonelada importada apenas decresceu de 122,44 dólares para 95,27 dólares (menos 22%). Como resultado, nossas relações de intercâmbio pioraram drasticamente, descendo o índice de 100, em 1954, para 53, em 1958. Nossa tonelada exportada, que podia comprar, na primeira dessas datas, 2.974 quilos de mercadorias importadas, não compraria mais de 1.572 quilos na última data.

Os períodos comparados, de exercícios comerciais com a distância de apenas cinco anos, não permite supor mudanças sensíveis na composição das exportações ou das importações.

Os prejuízos causados por essa rápida e profunda deterioração de nossas relações de intercâmbio foram, certamente, os maiores registrados em nossa história. Basta ver que por 4,3 milhões de toneladas de produtos exportados em 1954, recebemos 1,6 bilhões de dólares, e por 8,3 milhões de toneladas exportadas em 1958, recebemos apenas 1,2 bilhões de dólares. Isto quer dizer que para obter quantidade equivalente à recebida cinco anos antes, precisamos produzir e exportar acima de duas vezes mais do que produzimos e exportamos nos cinco anos anteriores.

Se os 32,2 milhões de toneladas que exportamos durante o quinquênio fossem vendidos no preço médio de 364,18 dólares apurados em 1954, teríamos obtido, não 7,1 bilhões, mas 11,7 bilhões de dólares. Portanto, as perdas causadas pela desvalorização dos preços-ouro de nossos produtos, nesses cinco anos, podem ser avaliadas em 4,6 bilhões de dólares.

Infelizmente, o sr. Kubitschek nada fez, durante o seu governo, para deter a deterioração dos termos de intercâmbio. Sabese mesmo que o ministro Alkmin foi afastado do seu posto apenas por haver esboçado uma fraca defesa dos preços do café. O sr. Jânio Quadros não deu, até agora, qualquer demonstração de estar disposto a seguir um caminho diferente do seu antecessor.

A atitude do ministro mexicano, recusando a ofertas norte-americanas e pedindo preços justos para os produtos de exportação dos países da América Latina, foi portanto, da maior oportunidade. Desmascaram a demagogia e denunciou a exploração. Cabe acrescentar que somente uma política exterior independente poderá assegurar preços compensadores aos nossos produtos de exportação nos mercados externos.

INTERVJ

CIDADES GEMINADAS INTEGRARAM POVOS DE TRÊS PAÍSES

Gaúchos da Fronteira Querem Mais Liberdade de Trânsito e Comércio

A criação de uma legislação especial, levando em conta a realidade econômica e social da zona fronteiriça entre Brasil e Argentina e Brasil e Uruguai, onde existem numerosas cidades vizinhas localizadas frente a frente, constitui uma das mais sentidas reivindicações dos povos da região. Durante o II Congresso Estadual dos Vereadores Gaúchos, realizado em novembro de ano passado, o tema foi objeto de discussão e a tese a respeito apresentada pela delegação do município de Uruguaiana foi aprovada por unanimidade e as recomendações nela constantes foram enviadas às autoridades estaduais competentes, ao Ministério da Fazenda e ao Itamarati.

Situação especial

Tanto do ponto de vista econômico como do ponto de vista social, a zona fronteiriça entre o Brasil e os dois países platinos apresenta aspectos particulares. A existência de cidades geminadas dá margem ao surgimento de relações específicas entre os moradores dos dois lados, vistas elas de qualquer ângulo.

Do ponto de vista comercial, pode-se dizer que existe entre elas uma perfeita identidade. Para ilustrar basta recordar que o Brasil conta com uma unidade de produtos de extrema necessidade para a zona fronteiriça argentina, como frutos da própria zona, café, maçãs, pês, produtos industriais (tecidos, artigos de nylon e outros), medicamentos, etc. Por outra parte, produtos essenciais tais como farinha, grãos, tecidos de lá-

e a própria carne são bastante procurados pelos brasileiros que deles necessitam.

Outro aspecto importante nas relações existentes na zona fronteiriça é o social: entrelaçamento familiar, artístico, sanitário e um regime de ajuda mútua que existe entre brasileiros-argentinos e brasileiros-uruguaios. Muitas são as famílias que têm parentes do outro lado, o que estimula o maior contato e a maior circulação de pessoas nas cidades fronteiriças. Os clubes sociais e esportivos e as próprias organizações sindicais mantêm relações permanentes, intercâmbio constante. As autoridades de ambos os lados se prestam extraordinária colaboração, principalmente nas questões de saúde e assistência médica. Os médicos, dentistas, químicos, veterinários e inclusive funcionários dos respectivos ministérios da agricultura realizam constantes reuniões de consultas para discutir problemas de sua especialidade que atingem às populações vizinhas dos países limítrofes.

Em relação aos trabalhadores, em virtude mesmo de existirem operários das cidades limítrofes trabalhando indistintamente nas duas zonas, a identidade é marcada pela luta unitária das entidades sindicais dos diferentes países no que se refere ao estabelecimento das mesmas condições salariais para os operários de ambas as partes da fronteira.

Regulamentação

Nos impedimentos oficiais que vem dificultando a elaboração de

um sistema de franquias nas relações entre as populações da região fronteiriça entre os três países, dos quais um dos que com mais peso aparece é o do estímulo ao contrabando de divisas, opõe-se entretanto o fato de que o comércio da fronteira é aquele que se realiza em pequena medida e que são impostos pelas próprias necessidades específicas da região normalmente, sem que haja paga de direitos e taxas aduaneiras.

Mesmo não se levando em conta esse argumento, existem algumas soluções que o governo poderia encontrar para resolver o problema. Entre elas, podem-se destacar: 1) — que se apliquem impostos às mercadorias destinadas à Argentina e ao Uruguai, para assim o governo ter outra fonte subsidiária de ingressos imediatos, sem trâmites burocráticos; 2) — poder-se-ia também contemplar a possibilidade do governo brasileiro autorizar a sucursal do Banco do Brasil a trocar «pesos» argentinos e uruguaios em moeda brasileira, sempre que destinados a aquisição no país. Desta forma o Brasil ficaria com as divisas estrangeiras destinadas à compra de mercadorias.

A adoção de medidas dessa natureza, além de beneficiar grandemente as populações da região fronteiriça dos três países, poderia pôr fim a uma das grandes preocupações das autoridades: o contrabando de mercadorias, ao mesmo tempo que o estabelecimento de uma legislação a respeito da precariedade grandemente o desenvolvimento econômico da fronteira.

Plataforma unitária do Movimento Universitário

A reunião do 1º Conselho da UNE constituiu nova e importante teste no sentido de melhor se precisar o grau de unidade e de maturidade política do movimento universitário brasileiro.

As resoluções aprovadas quase que por unanimidade, e, muitas delas mesmo por unanimidade, expressam uma demonstração inofensível de que o mundo estudantil de nosso país está firme e coeso em torno de um Programa nacionalista e democrático que expressa os melhores anseios de nossa jovem geração.

A luta pela Reforma Universitária; a rearticulação nacional para enfrentar a ameaça da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação ora em discussão no Senado; a disposição firme de defender a todo custo a Revolução Cubana etc. ao lado das reivindicações de caráter eminentemente econômico tais como: a luta pela ampliação da rede de Casas de Estudantes e de restaurantes universitários, barateamento do livro didático etc. constituirão até o próximo Conselho a plataforma de ação para os universitários.

Portanto, está de parabéns o Conselho de Manaus. Forneceu resoluções que, enfiadas num todo único, são um instrumento que se devidamente utilizado pode, por sua vez, ser fator de novos passos no sentido de fortalecimento da unidade estudantil a partir da base. Logo, diante das mesmas, deve haver sempre uma posição clara e definida, uma atitude concreta de trabalho prático e imediato a fim de que elas não redundem apenas num pedaço de papel a mais a dar-se nos gavetos dos Unibás Estaduais, ou dos DD.AA. Nesse sentido, o primeiro esforço deve estar voltado para sua mais ampla divulgação. A publicação das mesmas seguida de comentários e artigos deve ser ponto de destaque em toda a imprensa estudantil (jornais de faculdades, boletins das UNIBÁS, páginas estudantis dos jornais diários etc.) Em segundo lugar virá o trabalho pela aplicação dos mesmos. Esta tarefa é bastante importante uma vez que é na militância ativa que podemos separar o joio do trigo, isto é, aqueles que realmente se batem pelos interesses da juventude estudantil universitária dos oportunistas inveterados, carreiristas, demagogos que se utilizam dos bandeiros de luta dos estudantes apenas para galgar posições de mando e de prestígio dentro do movimento. O trabalho concreto pela realização do Seminário Nacional pela Reforma e Democratização do Ensino no país e do Seminário de Problemas do Nordeste a ser realizado em Recife; a organização da luta contra a aprovação pelo Senado da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; um plano concreto de solidariedade à Revolução Cubana que vise sobretudo a divulgação das Reformas Universitárias, Agrária e Urbana nas escolas são algumas das tarefas concretas que, realizadas, darão vida às Resoluções aprovadas em Manaus.

Uma última preocupação: a de tornar conhecida e levar à prática aquelas Resoluções dentro de cada escola do país e não apenas no âmbito das organizações da cúpula. O trabalho dentro de cada Faculdade adquire para nós, agora, uma importância vital e subestimá-la seria incorrer em erro grosseiro. Mobilizar e unir grandes massas estudantis a partir da turma e dos DD.AA. é uma exigência, é um fator indispensável para que as Resoluções de Manaus sejam vitoriosas e o próximo Congresso da UNE constitua um novo passo na derrota dos inveterados divisionistas e um grande êxito da marcha inexorável do movimento universitário brasileiro para o coroamento de sua unidade.

NOVOS RUMOS DENUNCIA A NAÇÃO

Autoridades Brasileiras Cúmplices do Massacre de Patriotas Paraguaio

As margens da estrada que leva de Paranhos a Vila Amambai, no Estado de Mato Grosso e nas proximidades da fronteira do Brasil com o Paraguai, oito refugiados paraguaios foram fuzilados por um grupo de bandidos a serviço do ditador Stroessner. A bárbara ocorrência verificou-se em território brasileiro, na presença e com a cumplicidade de uma autoridade brasileira: o indivíduo Santinho Rodrigues, delegado de Polícia de Vila Amambai. O fato estardalhaçado que NOVOS RUMOS denuncia veementemente à Nação e ao povo, não é o primeiro que se registra na região, assim como não é também o primeiro em que estão envolvidas autoridades brasileiras. A zona fronteiriça transformou-se de algum tempo para cá num verdadeiro inferno. Autoridades civis e militares do Brasil, conluídas com os serviços de segurança da ditadura paraguaia, instauraram um clima de violência e terror contra os patriotas guaranis que escapam à tirania de Stroessner e procuram refúgio no território brasileiro. Delegados de Polícia, oficiais e suboficiais das tropas estacionadas na região estão envolvidas nos atos criminosos praticados e executam as perseguições contra os refugiados em perfeita coordenação e sob ordens diretas emanadas de Assunção. Os servi-

ços que prestam têm um preço: 80 mil guaranis por cada paraguaio entregue à sanha dos estirpos do ditador.

O massacre de Amambai

No dia 20 de dezembro, oito paraguaios que fugiam à perseguição das tropas de Stroessner atravessaram a fronteira do Brasil e se apresentaram no pórtico de Polícia de Paranhos, onde pediram asilo. Recebidos pela subdelegado Hilário Lopes, foram por este desarmados e presos. Durante 4 dias estiveram na cadeia de Paranhos, até que, no dia 25, chegou à cidade o indivíduo Inocêncio Rodrigues, delegado de Polícia de Vila Amambai, com «ordens» para transportá-los para aquele município. Veio num caminhão dirigido por um motorista de nome Tavares e não trazia nenhuma escolta para acompanhar os prisioneiros.

As 23 horas daquele dia iniciaram a viagem. Os oito paraguaios iam na carroceria do caminhão, manietados e amarrados uns aos outros. Depois de 30 minutos de viagem, surgiu na estrada um grupo armado de mais ou menos 20 homens a pé e a cavalo. Com um fuzileiro fizeram sinais para o caminhão, que parou logo depois. Antes mesmo do grupo se aproximar, a de-

legado Inocêncio Rodrigues ordenou aos prisioneiros que descessem do veículo. Minutos depois se consumou o crime. Quando os refugiados se aperceberam da armadilha para a qual haviam sido levados, tentaram escapar. A fuzilaria rompeu e eles foram caindo. Aquêles que ainda denotavam sinais de vida foram barbaramente degolados. Dois deles, entretanto, conseguiram escapar. São os lavradores Remigio Gimenez e Gualberto Arze: que no dia seguinte foram encontrados e entalhados ao Hospital Militar de Ponta Paró, onde se encontravam até pouco tempo.

Inocêncio Rodrigues, após consumado o crime e para se inocentar, dirigiu-se a Vila Amambai onde contou a história de um «assalto» fantástico de que havia sido vítima e que culminou com o assassinio dos refugiados. Não contava, entretanto, com a possibilidade de que algum deles pudesse escapar com vida. Remigio e Gualberto se encarregaram de dizer a verdade.

Os envolvidos

O massacre de Amambai foi preparado meticulosamente e nele estiveram envolvidos também autoridades militares brasileiras. Ao se noticiar a ori-

gem dos 8 refugiados em Paranhos, soube-se um 1º tenente do 11º R.C., de nome Hugo, conhecida perseguidor de patriotas paraguaios, embarcou para Assunção. De lá retornou para a sede do Regimento, em Ponta Paró, em companhia de um oficial paraguaio, o major-piloto Epifanio Cordeiro, que manteve contatos com o comandante brasileiro, major Sapucaia, deslocando-se em seguida para Amambai. O oficial brasileiro viajou num avião de nacionalidade paraguaia, que levava também um grupo de soldados daquele país, na certa os autores do massacre. A ação do 1º tenente Hugo, a cumplicidade do delegado Santiago, do subdelegado Hilário Lopes e de outros militares foi regiamente recompensada pelo governo paraguaio. Segundo se sabe, cada um dos brasileiros que colaboraram para a execução dos 8 refugiados paraguaios recebeu a importância de 640 mil guaranis.

Outras ocorrências

A prática de atos criminosos contra os paraguaios que procuram o território brasileiro para escapar das garras da polícia do tirano Stroessner, é seguida por outras autoridades. O comandante do Regimento sediado em Bela Vista apregoa aos quatro ventos

suas ações ilegais contra refugiados, sem que se tome medida alguma para impedi-los. Recentemente, falando a um grupo de rebeldes paraguaios detidos no 11º R.C. de Ponta Paró, afirmou textualmente: «Se eu encontrar na minha zona, um rebelde paraguaio, entregá-lo imediatamente às autoridades de Stroessner. É assim que eu procedo».

Outra autoridade brasileira que mantém estreitas relações e colabora frequentemente com a polícia paraguaia, é o delegado da localidade de Antônio João, de sobrenome Quintana. Violando todas as leis, esse indivíduo prendeu a agricultor Prudencio Ruiz e o entregou às autoridades paraguaias de Capitã Bado.

Santinho, o tenente Hugo e o comandante do Regimento sediado em Bela Vista e outras autoridades brasileiras da zona fronteiriça continuam a praticar impunemente os seus crimes, a violar o direito de asilo reconhecido pelo Brasil e a manchar, com suas ações, as tradições mais caras de solidariedade e de democracia de povo brasileiro. Comerciam vilmente com a vida humana: trocam a vida de um homem por uns miseráveis e alguns presentes provenientes de Assunção.

INVESTIMENTOS DE CR\$ 1.200 MILHÕES SOMENTE NA PRIMEIRA ETAPA

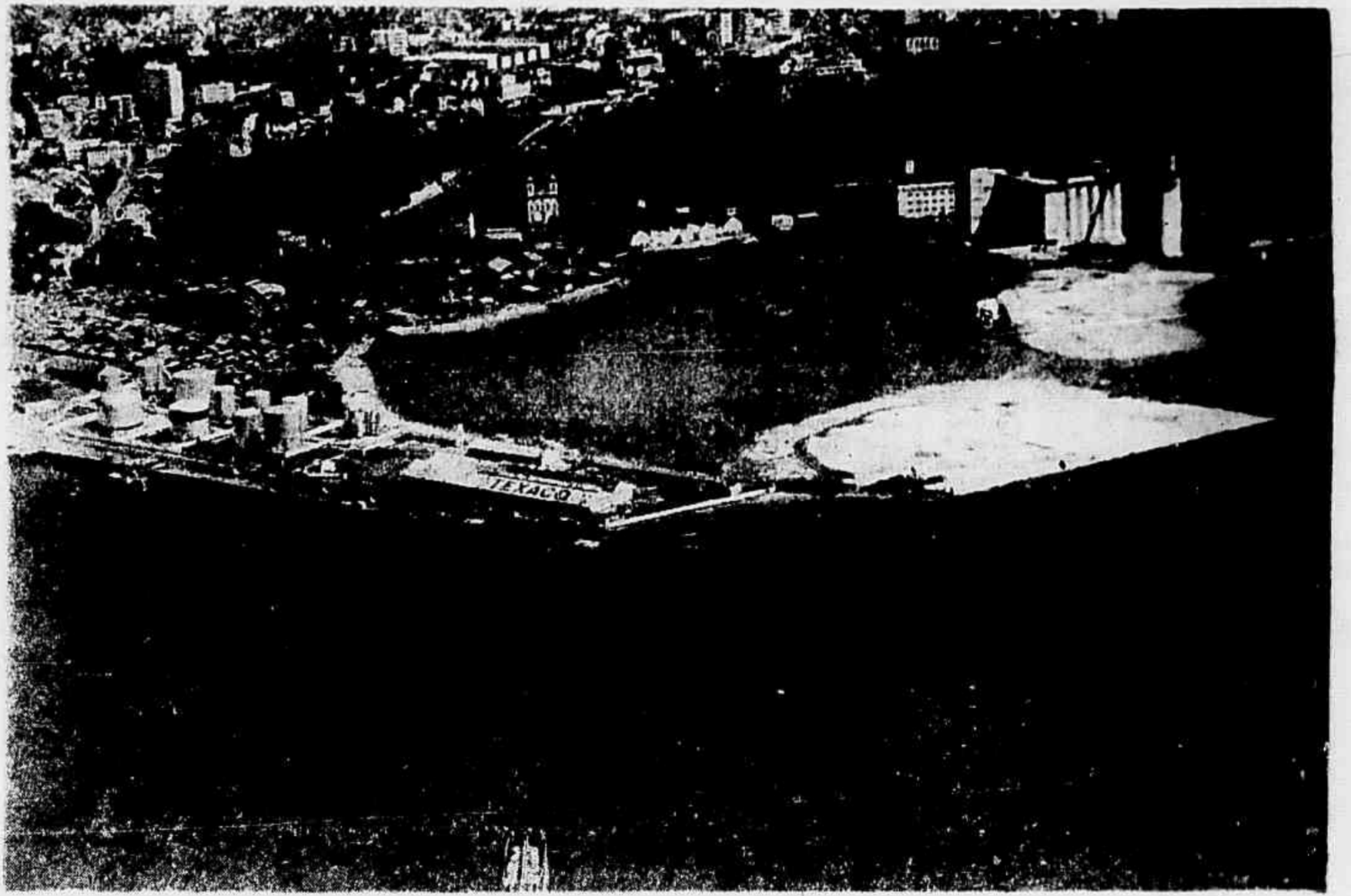
AMPLIAÇÃO DO PÔRTO DE SALVADOR ATENDE AO PROGRESSO DA BAHIA

Por sua localização geográfica particularmente favorável, e possuindo a costa marítima mais extensa do país (932 quilômetros), o Estado da Bahia constitui-se numa espécie de traço-de-união entre o sul e o norte-nordeste do país. Por isso mesmo, o desenvolvimento de seu sistema de transportes, marítimos e terrestres, é de decisiva importância, não somente para a própria economia baiana, mas inclusive para a integração da economia nacional.

Já em 1959 o pórtico de Salvador se classificava, segundo Relatório do Ministério da Fazenda, como o terceiro do país (depois de Rio de Janeiro e Santos) e o primeiro do nordeste, pelo volume de carga movimentada. E sua tendência, de ano para ano, é para maior movimentação de carga e descarga, ressaltando a insuficiência das atuais instalações portuárias e a necessidade de seu reequipamento e ampliação. Com o desenvolvimento da economia baiana, não somente aumentará as exportações de produtos tradicionais (açúcar, fumo, sisal, mamona, minérios, etc.), como surgirão novas necessidades, com a ampliação da Refinaria de Mataripe para 42 mil barris diários, o programa de indústria petroquímica da Petrobrás, a instalação do matadouro-frigorífico da Mafra em Feira de Santana, a implantação da usina siderúrgica programada pela Sudene, o beneficiamento de chumbo em Santo Amaro, os planos de modernização da indústria açucareira pelo grupo Ermirio de Moraes, etc. Por outro lado, o programa de construção, e pavimentação rodoviárias, já em fase de execução — pavimentação da BR-4 (Rio-Bahia pelo interior), construção da BR-5 (Rio-Bahia pelo litoral) e da BR-11 (ligando as capitais do nordeste), pavimentação do trecho Salvador-Feira da BR-28, etc. — facilitará o escoamento da produção agropecuária e mineral do interior baiano, apresentando novas exigências ao pórtico de Salvador.

Plano de ampliação

Dai justificar-se plenamente a inclusão, no Plano Portuário Nacional, das obras de ampliação do pórtico de Salvador, já em plena fase de realização pela concessionária dos serviços portuários, a Companhia Docas da Bahia. O plano de ampliação do pórtico de Salvador, obra de grande envergadura, implicando num investimento, somente em sua primeira etapa, de mais de 1.200 milhões de cruzeiros, consiste, fundamentalmente, na construção de uma faixa de cais de 240 metros de extensão e 10 metros de altura, ligando a extremidade do atual cais de operações ao antigo cais de combustíveis e inflamáveis, e fechando a enseada da Água de Meninas. Com isso, toda a faixa do cais ganhará continuidade, tornando-se possível o aproveitamento completo de todos os seus trechos. A extensão do cais de Salvador aumentará, assim, em cerca de 600 metros, passando a uma extensão de mais de 2 quilômetros. A Companhia Docas da Bahia iniciou as obras em 1958, já tendo prontos, para a muralha do novo cais, 550 blocos de concreto de 80 blocos cada. Também está pronta a cava para a colocação dos blocos enquanto duas



Vista aérea da enseada de São Joaquim, já quase fechada pelas obras de atêrro, que prosseguem, dos dois lados. Com a colocação dos blocos de concreto, já prontos, a faixa do cais de Salvador aumentará para mais de 2.000 metros.

dragas trabalham dia-e-noite no atêrro serão recuperados ao mar mais de 300 mil metros quadrados, que serão em grande parte aproveitados para o próprio pórtico: ampliação do atual armazém n.º 10, construção de 4 novos armazéns, de n.ºs 11 e 14, oficinas, pórtico para volumes pesados, pátio para manobras, edifício para a administração, estação para passageiros, etc. A parte da área recuperada ao mar que não for necessária aos serviços portuários será vendida, o produto desta venda destinando-se a custear as obras de ampliação, juntamente com recursos do Fundo Portuário Nacional.

Reequipamento dos serviços portuários

O plano de ampliação abrange, também, o reequipamento dos serviços portuários de Salvador. Neste sentido, visando a mecanização de seus serviços, a Cia. Docas da Bahia já recebeu 15 empilhadeiras, 4 transportadores para madeira, 13 tratores e 2.000 pallets (tabuleiros). Foi recuperado um rebocador, e adquirido um iate a motor, com capacidade para 150 toneladas de carga. Solucionando o problema da água, foram adquiridas duas barcas d'água, que poderão abastecer os navios sem necessidade de atracar-

no, ambas com capacidade para 150 metros cúbicos. Foram também construídos uma casa de bombas de recalque e dois reservatórios, um subterrâneo para 300 metros cúbicos e outro elevado para 50 metros cúbicos. O novo encanamento d'água de 8 polegadas de diâmetro, já está completo até a 4ª armazém, devendo abranger toda a extensão do pórtico. Assim, mesmo antes da conclusão das obras, o pórtico de Salvador já pode ser considerado um dos melhores equipados e organizados do país.

Ancoradouro em São Joaquim

Com as obras de ampliação do pórtico, desaparecerá a feira de Água de Meninas, entreposto utilizado pelos saqueiros que fazem o transporte marítimo no recôncavo baiano, servindo ao abastecimento da cidade, embora nas piores condições de higiene e segurança. O plano elaborado pela Cia. Docas da Bahia prevê a transferência dos feirantes de Água de Meninas para um moderno mercado a ser construído junto à enseada de São Joaquim. Julgando que a feira iria simplesmente desaparecer, e que perdiam o trabalho que lhes garantia a subsistência diária, os feirantes iniciaram um movimento contra o atêrro da enseada de

Água de Meninas. Mas o entendimento foi desfeito, firmando-se um acordo entre a Cia. Docas e os sindicatos feirantes, pelo qual a enseada somente seria fechada depois de construído em São Joaquim um ancoradouro que pudesse ser utilizado pelos saqueiros. Num prazo recorde de 3 meses, o novo ancoradouro foi construído pelas técnicas da Cia. Docas, superando inclusive as condições mínimas estabelecidas pelos feirantes, cuja transferência

se fará, futuramente, quando houver construído o moderno mercado já projetado. De maneira, as obras de ampliação do pórtico de Salvador, não somente assegurará completa eficiência aos serviços portuários, mas também criará melhores condições para o desenvolvimento da sua população, e a melhoria das condições de vida e das exigências de sua economia em desenvolvimento.

Estudantes Brasileiros na Reunião de Helsinki: Festival da Juventude

Pela Panair, seguiu dia 18 para Helsinki a delegação de estudantes brasileiros que participará da reunião do Comitê Internacional Preparatório do VIII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, a se realizar nos dias 22, 23, 24 do corrente na capital finlandesa. Integram a delegação: Lindemberg Faria, vice-presidente da UNE; Jarbas Teixeira, presidente da UBES; e Ivan Otton Ribeiro, estudante de Minas Gerais.

O próximo Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes será realizado em 1962 nos, desde já intensificam-se os preparativos para essa grande festa internacional juvenil que já se tornou uma tradição entre os jovens de todo o mundo. A reunião preparatória de Helsinki, entre outras questões, discutiu a data, a local e planos gerais de trabalho para o VIII Festival.

REAFIRMA O CC DO PC CHINÊS

Os Imperialistas Jamais Conseguirão Quebrar a Unidade Entre a China e a URSS

De 14 a 18 de janeiro, o Comitê Central do Partido Comunista da China realizou uma reunião plenária, em Pequim, presidida por Mao Tse-Tung. Objetivo da reunião: receber e discutir um informe apresentado pelo secretário-geral do Comitê Central do PC chinês, Teg Hsiao-Ping, sobre a Conferência de Moscou dos representantes de 81 partidos comunistas e operários, efetuada em fins do ano passado.

Como se sabe, importantes problemas teóricos e políticos foram debatidos na Capital soviética relativos à situação mundial, à luta pela paz, à construção do socialismo, às lutas dos povos coloniais e semicoloniais pela sua independência — enfim uma série de questões concernentes à estratégia e à tática dos comunistas em âmbito mundial.

A sessão plenária do Comitê Central do PC da China estavam presentes 83 membros efetivos e 87 suplentes, além de 23 outros representantes de diversas organizações do Partido. Foi unanimemente aprovada a atuação da delegação dos comunistas chineses na Conferência de Moscou, sendo aprovada uma resolução a respeito e decidido levar a cabo as tarefas traçadas nos documentos respectivos.

A resolução aprovada pelo CC do PC chinês salienta como um dos principais objetivos fortalecer a unidade entre a China e a União Soviética, assim como com todo o campo socialista, o movimento comunista mundial e a classe operária de todo o mundo combatendo por novas vitórias da causa da paz mundial e do progresso humano.

Característica de nossa época

Diz em parte a resolução do CC do PC chinês:

— Nossa época é uma época de luta entre dois sistemas sociais antagônicos, época das revoluções socialistas e das revoluções nacional-libertadoras, época da bancarrota do imperialismo, de abolição do sistema colonial, época de transição de outros povos para o caminho do socialismo, de triunfo do socialismo e do comunismo em escala mundial. O fim do imperialismo e o triunfo do socialismo são inevitáveis. O curso do desenvolvimento social demonstrou mais uma vez a grande vitalidade do marxismo-leninismo e refutou completamente todas as modernas "teorias" revisionistas contrárias ao marxismo-leninismo.

"Atualmente — prossegue a Resolução dos comunistas — há uma nova ascensão na luta dos povos em todo o mundo contra o imperialismo, pela paz mundial, pela libertação nacional, a democracia e o socialismo. O poderoso campo do socialismo está se tornando o fator decisivo no desenvolvimento da sociedade humana". E acrescenta: "A crise geral do capitalismo atingiu um novo estágio em seu desenvolvimento. As forças da paz superaram as forças da guerra. As forças do progresso superaram as forças da reação. As forças do socialismo superaram as forças do imperialismo. Ante os povos de todo o mundo delineia-se uma brilhante perspectiva para a causa da paz, da libertação nacional, da democracia e do socialismo".

E adiante: "A defesa da paz mundial, a realização da coexistência pacífica e da competição pacífica entre países de diferentes sistemas sociais e a prevenção de uma nova guerra mundial, novamente tramada pelos imperialistas, constituem as mais prementes tarefas para os povos do mundo inteiro".

Unidade sino-soviética

Referindo-se à unidade entre a China e a URSS e entre o PC da China e o PCUS, diz a resolução: "A unidade entre a China e a União Soviética e entre os partidos chineses e soviéticos tem um significado particularmente grande. No movimento comunista internacional, o grande Partido Comunista da União Soviética se encontra na vanguarda, com uma longa história e rica experiência (...). A União Soviética é o mais avançado e o mais poderoso país do cam-

po socialista. O Partido Comunista da China se tem esforçado firmemente por manter e fortalecer a unidade entre os partidos chineses e soviéticos e entre os dois países, considerando que isto interessa fundamentalmente aos povos da China e da União Soviética, assim como aos povos de todo o mundo. Os imperialistas jamais terão êxito em seus planos desesperados de quebrar a unidade entre os partidos chineses e soviéticos e entre os dois países".

Balanco econômico

A reunião plenária do Comitê Central do Partido Comunista chinês teve um segundo ponto da ordem-do-dia: a discussão de um informe de LiFu-tchun, membro do Biro Político do CC e vice-presidente do Conselho de Estado e chefe da Comissão de Plano do Estado sobre a execução do plano econômico para o ano de 1960.

Segundo o informante, o nível da produção industrial da China continuou a crescer em ritmo intenso durante o ano findo. Na pro-

dução de aço, a China, que ocupava o 9.º lugar no mundo em 1957, passou para o sexto lugar no ano passado. Na produção de carvão de pedra, atingiu o segundo lugar no mundo, quando há três anos — início do plano quinquenal — ocupava o 5.º.

A base material e técnica da indústria foi grandemente reforçada. O estoque de máquinas agrícolas é mais de duas vezes superior ao de 1957. Mais que duplicou também o número de engenheiros e técnicos no mesmo período.

Já na agricultura a situação não é tão satisfatória, devido às secas registradas nos dois últimos anos. O plano da produção agrícola de 1960 não foi cumprido por ter o país passado pelas mais severas calamidades naturais já verificadas em um século, depois de outras idênticas que assinalaram o ano de 1959.

Esta forma, a reunião plenária do CC do PC chinês decidiu que, em vista das graves calamidades naturais que afetaram a

produção agrícola em dois anos consecutivos, toda a nação, durante o ano de 1961 deve concentrar seus esforços na frente agrícola, fazer da agricultura o ponto fundamental da economia da nação e de seu fomento e da produção de cereais o seu grande objetivo. Nas áreas rurais devem ser empenhados esforços para consolidar mais ainda as Comunas Populares, adotar medidas efetivas para a elevação do bem-estar dos membros das Comunas, ajudá-los a vencer as dificuldades decorrentes das calamidades da natureza e efetuar bons preparativos para incrementar a produção agrícola este ano.

O Plano do CC do PC chinês aprovou finalmente medidas relacionadas com o funcionamento do Partido, decidindo, em vista do grande desenvolvimento da construção socialista nas Províncias, criar seis birôs do Comitê Central nas regiões Norte, Leste, Centro, Sudoeste e Noroeste. Esta medida tem por objetivo fortalecer a liderança do Partido Comunista nas províncias, municipalidades e regiões autônomas.



DENNIS: FILHO DEVOTADO DA CLASSE OPERÁRIA AMERICANA

"Antevemos para o nosso país um futuro livre da guerra e da ameaça de guerra; um futuro sem miséria, exploração e opressão". Estas palavras do camarada Eugene Dennis, presidente do Partido Comunista dos Estados Unidos, falecido no dia 31 de janeiro último, definem bem a constante de toda a sua vida de eminente combatente da classe operária e do movimento revolucionário estadunidense. Dennis foi um lutador incansável em defesa dos direitos da classe operária e do povo norte-americano, ao tempo em que lutou intrepidamente em defesa da paz, contra uma nova guerra mundial. O seu desaparecimento prematuro deixa um claro imenso nas fileiras dos combatentes de vanguarda daquele país, e a sua perda é chorada por todos os povos progressistas do mundo inteiro.

A propósito de sua morte, o Comitê Central do Partido Comunista dos Estados Unidos divulgou a nota que abaixo transcrevemos na íntegra. "Tempo há de vir em que os nossos compatriotas virão a conhecer a estatura heróica do homem que foi Eugene Dennis, líder do Partido Comunista dos Estados Unidos da América. Pois Eugene Dennis foi um dos mais nobres filhos da classe operária americana, um lutador bravo e arrojado de suas primeiras linhas de combate, um líder inteligente e perspicaz de sua vanguarda.

O camarada Dennis, com abnegada dedicação, profundo conhecimento e consumado saber, muito contribuiu, e de maneira duradoura, para a solução dos problemas capitais com que se deparava nossa nação e que sufocavam a humanidade.

Trabalhou pela paz
Descreveu as dimensões da ameaça à humanidade de uma guerra termonuclear e revelou o amplo campo de ação e a capacidade titânica das forças potenciais que podem ser arregimentadas em prol da paz.

Já na década de 1930, Dennis encontrava-se bem no centro das lutas dos desempregados. Conduziu inúmeras manifestações, arrostou inúmeras prisões e foi condenado a seis meses de prisão em Los Angeles.

Combatou para que se pusesse fim ao colonialismo e ao racismo. Foi um participante ativo dos movimentos de libertação anticolonial das Filipinas, da África do Sul e da China. Em 1947, foi sentenciado a um ano de prisão por ter desafiado a Comissão Senatorial de Atividades Antinorte-americanas de uma ma-

neira que lançava a atenção da opinião pública mundial sobre as condições absoluta carência de direitos das massas de negros do Sul.

Fêz progredir a unidade e as fileiras dos sindicatos

No ano de 1928, Eugene Dennis organizou os trabalhadores agrícolas e marítimos da Califórnia, e, posteriormente, os trabalhadores em transporte de Wisconsin. Trabalhou em prol da unidade do povo em torno da liderança operária pela ação política independente. O camarada Dennis desempenhou um proeminente papel no trabalho de "coalizão" popular, que foi a base para diversas reformas sociais dos anos do governo de Roosevelt.

Acima de tudo, o camarada Dennis foi membro devotado, construtor e líder do Partido Comunista, lutador em prol do socialismo, um defensor inabalável do internacionalismo proletário.

Ingressando no Partido Comunista ainda jovem, o camarada Dennis foi eleito para o Comitê Nacional do Partido, em 1936. Em 1938, foi eleito membro do Secretariado do Comitê Nacional. Foi eleito secretário-geral do Partido em 1948, posto que ocupou até 1959, quando foi eleito Presidente do P. C. E. U. A.

O camarada Dennis deu uma contribuição significativa às lutas que visava a assegurar as liberdades constitucionais em nosso país, durante os anos de perseguição e histeria anticomunista e dos julgamentos da Lei Smith.

Durante os anos de liderança do camarada Dennis, nosso partido esteve sujeito a violentos ataques dos círculos governantes reacionários. Mas, apesar do encarceramento de seus líderes e da supressão de muitas de suas organizações, o Partido não se estacou. As tentativas dos revisionistas de liquidação do Partido, a partir de dentro, foram frustradas.

O nosso Partido honrará sempre a memória do camarada Eugene Dennis. O seu desenvolvimento será constantemente auxiliado pelo rico legado de seus escritos e da inextinguível memória de seus feitos heróicos e exemplares.

Choramos a perda de nosso estimado camarada e líder. Expressamos a mais profunda simpatia e hipotecamos nossa duradoura amizade a Peggy e Gene, Jr.

Comitê Nacional do Partido Comunista dos E. U. A.

Secretariado: Gus Hall, secretário-geral; Benjamin J. Davis; James E. Jackson; Hyman Lumer.



Mao Tsé-tung fala no CC

O Comitê Central do Partido Comunista da China reuniu-se em janeiro último em Pequim, para ouvir o informe da delegação que esteve presente à reunião dos representantes dos partidos comunistas e operários, realizada em novembro em Moscou. Na foto, aspecto da sessão do Comitê Central, vendo-se o camarada Mao Tse-tung quando falava.

Prestes Saúda o 80º Aniversário de William Z. Foster

A propósito do 80.º aniversário de William Z. Foster, verificado no dia 25 de fevereiro, o camarada Prestes enviou ao Comitê Central do Partido Comunista dos Estados Unidos a seguinte mensagem:

"Ao Comitê Central do Partido Comunista dos Estados Unidos da América

Queridos camaradas: Na oportunidade das comemorações do 80.º aniversário do Camarada William Z. Foster, os comunistas brasileiros saudam calorosamente o Comitê dirigente do Partido Comunista dos Estados Unidos e, por seu intermédio, todos os seus militantes.

Os comunistas brasileiros acompanham com vivo interesse a luta dos comunistas americanos pela preservação da paz, pela democracia e em favor da autodeterminação dos povos. Os lances gloriosos desta luta, sustentada heróicamente pelo Partido Comunista dos

Estados Unidos, resultam numa inestimável contribuição ao movimento comunista mundial.

Atuando no centro da reação mundial, o Partido Comunista dos Estados Unidos desenvolve as suas atividades nas mais difíceis condições. Todas as formas e meios são tentados, no sentido de exterminá-lo ou reduzi-lo à inoperância. A sua bravura, a firme determinação dos seus militantes, e a inabalável certeza da vitória final, entretanto, têm feito fracassar todas as investidas. Guiados pela invencível doutrina marxista-leninista, os comunistas americanos estão à altura do importante papel histórico, que lhes foi cometido.

O Camarada William Z. Foster personifica as mais altas tradições e qualidades da classe operária americana e do militante comunista. Fundiu sua vida ao movimento operário de vanguarda, fazendo-a parte integrante e inseparável dele. Todas as suas ener-

gias e toda a sua grande e lúcida capacidade, ele as dedicou ao movimento comunista, à luta pela paz e pela consecução dos mais altos objetivos da classe operária. E foi sob sua firme direção que o Partido Comunista dos Estados Unidos logrou as mais significativas vitórias.

Ao ensejo das solenidades comemorativas do 80.º aniversário do Camarada William Z. Foster, os comunistas brasileiros, por meio intermédio, desejam ao Partido Comunista dos Estados Unidos as maiores e mais significativas vitórias na luta em que se empenha.

Ao Camarada Foster, exemplo de militante comunista, filho eminente da classe operária americana e seu lúcido e provado dirigente, desejamos todas as venturas, crescentes êxitos em sua atividade teórica e prática, saúde e muitos anos de vida.

Saúda-o fraternalmente,
Luiz Carlos Prestes"

Lumumba: Símbolo da Luta Anticolonialista



O líder sacrificado

Patrice Lumumba, pequeno funcionário dos Correios no Congo, plenamente identificado com os anseios de liberdade de seu povo, foi um dos principais artefices da independência congolês, que, após anos de luta, logrou libertar-se da exploração colonial belga. Elevado ao posto de primeiro-ministro da nova nação, Lumumba tratou de liquidar os resquícios da dominação secular, travando decidida luta contra os representantes dos interesses belgas, como, Tchombe, que deseja separar a província de Catanga, atendendo ordens de seus ajeitos. Os colonialistas, acobertados pelo secretário-geral da ONU, eliminaram Lumumba, a fim de anistar a possibilidade da independência do país.



Crime deixa órfãos

A eivrescência causada pelos colonialistas na nova República do Congo não poupou nem a família dos líderes nacionalistas locais. Os três filhos de Patrice Lumumba — Juliana, Patrice Jr. e Franepus, 5, 8 e 9 anos, respectivamente — foram mandados para o Cairo, como medida de segurança. Na República Árabe Unida os três pequeninos órfãos cursarão a escola, longe de seu país.



O crápula e o herói

Quando Lumumba foi à ONU, procurando resolver a situação de seu país, Dag Hammarskjöld recebeu-o entre sorrisos e apertos de mão. Poucos meses depois, fomentou e tramou o assassinato do líder africano.



Fascismo em ação

Ferindo todas as regras internacionais do tratamento de presos políticos, Patrice Lumumba foi transportado de sua província para Catanga mantido, como se fora um criminoso, ou pior, criminoso comum.

NOVOS RUMOS



Métodos do imperialismo

Preso e seqüestrado pelas forças que se lhe opunham à independência do Congo, entre as quais avultam a Bélgica e os E.E.U.U. com a complacência de Dag Hammarskjöld, Lumumba foi selvagemmente espancado.

ACOMPANHANDO o irresistível fluxo de luta pela libertação nacional que vem marcando esta segunda metade do século, os patriotas congolêses desencadearam a luta para concretizar seus anseios de uma vida independente. Entre as figuras de proa dos embates libertários, sobressaiu a figura de um líder de origem popular que, a pouco e pouco, tornou-se espelho das mais altas aspirações de seu povo, que — depois do histórico 1º de Julho, quando, na solenidade de independência, o líder teve a coragem de dizer diante do rei Balduino os males do colonialismo e indicar as medidas indispensáveis ao florescimento nacional — confiou-lhe o mais alto cargo na nova ordem. A situação contrariou-se quando um fantoche, Moïse Tchombe, e sub-fantoche, como Kasavubu e Molutu desencadearam a luta separatista que visava entregar as províncias mais ricas da nação (Catanga figura entre as maiores reservas de urânio do mundo) aos seus antigos donos, com a visível participação dos imperialistas norte-americanos à espera de seu quinhão. Exigida a intervenção da ONU, esta delegou poderes limitados a Hammarskjöld, que se pôs francamente a fazer o jogo dos imperialistas. Ante a pouca eficácia dos atos legais com que procuravam encobrir a anulação da independência congolês, as forças anti-nacionais foram ao limite extremo de um crime hediondo — Patrice Lumumba ficou na memória dos povos como símbolo anticolonialista.